



FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA

**Fontes documentais sobre índios
dos séculos XVI-XIX**

Carlos de Araujo Moreira Neto

DOCUMENTOS TAVERA

Documentos Tavera

2



**Fontes documentais
sobre
índios dos séculos XVI-XIX**

Carlos de Araujo Moreira Neto

FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA

Madrid, 1996

Imprime:

Stock Cero, S. A

Emilio Muñoz, 15 - 28037 Madrid

Depósito Legal: M-23176-1996

En esta su segunda entrega, los “Documentos Tavera” se acercan, dentro de su preocupación general por la difusión de instrumentos de referencia, al importante ámbito luso-brasileño. El trabajo del antropólogo Carlos de Araujo Moreira Neto, que aquí presentamos, encierra una intensa y precisa reflexión acerca de las fuentes de interés para el estudio de los pueblos indígenas brasileños. Junto a la información de carácter estrictamente archivístico, que ofrece noticias de la documentación conservada en instituciones brasileñas y europeas, estas “Fontes documentais...” incluyen una detallada descripción de las ediciones de documentos de esta índole realizadas en las principales revistas brasileñas. Sus aportaciones van, por tanto, más allá de los aspectos directamente relacionados con la investigación antropológica o etnográfica para ofrecer interesantes perspectivas sobre la evolución de la historiografía indigenista brasileña.

Daniel Restrepo Manrique
Fundación HISTÓRICA TAVERA

AGRADECIMIENTOS

Muitas pessoas ajudaram na feitura desse texto. É de justiça destacar aqui alguns deles, cujo crédito é maior. Esther Caldas Bertoletti, chefe da Divisão de Documentação do Museu do Índio; Maria de Nazareth Mon tojos Tacques, responsável pela Biblioteca Marechal Rondon do Museu do Índio; e, finalmente, a antropóloga Maria Elizabeth Brêa Monteiro, cuja colaboração foi decisiva em todas as fases de preparação dos originais.

ÍNDICE

QUADRO SUMÁRIO DA SITUAÇÃO INDÍGENA (1500-1900).....	9
ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE ABRIGAM DOCUMENTAÇÃO SOBRE INDIOS NO BRASIL	
<i>Rio de Janeiro</i>	
Biblioteca Nacional.....	13
Arquivo Nacional.....	17
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	23
Museu Nacional.....	27
Ministério das Relações Exteriores.....	29
Arquivos Regionais	
<i>Pará</i>	
Biblioteca e Arquivo Público do Pará.....	36
Museu Paraense Emílio Goeldi.....	40
<i>Amazonas</i>	
Arquivo Público do Amazonas.....	45
Historiadores do Amazonas.....	47
<i>Maranhão</i>	49
<i>Ceará</i>	52
<i>Pernambuco</i>	54
<i>Bahia</i>	56
<i>Minas Gerais</i>	62
<i>São Paulo</i>	67
<i>Rio Grande do Sul</i>	76
<i>Mato Grosso</i>	79

ARQUIVOS EUROPEUS

Portugal

Arquivo Histórico Ultramarino	85
Arquivo Nacional da Torre do Tombo	86
Biblioteca da Ajuda	86
Biblioteca Nacional de Lisboa	87

<i>Espanha</i>	87
----------------------	----

<i>Inglaterra</i>	90
-------------------------	----

<i>Holanda</i>	92
----------------------	----

ORDENS RELIGIOSAS

Jesuítas	95
Franciscanos	102
Capuchinhos	111
Carmelitas	119

BIBLIOGRAFIA DAS BIBLIOGRAFIAS	129
--------------------------------------	-----

QUADRO SUMÁRIO DA SITUAÇÃO INDÍGENA (1500-1900)

No território brasileiro de hoje haveria, na época dos primeiros contatos com os europeus, cerca de 6 milhões de índios distribuídos irregularmente pelas várias regiões do país. No litoral brasileiro, do extremo norte do Amapá (3,5° lat.N) até o extremo sul do país (34° lat.S), haveria na faixa relativamente estreita, que corresponde ecologicamente à Mata Atlântica, 1,5 milhão de índios, quase todos de tradição Tupi-Guarani. Eram chamados, genericamente, Tupinambá, tendo ao sul do paralelo 25 os Carijó (Guarani).

Na várzea Amazônica, ao longo da corrente principal do rio Amazonas, entre o meridiano 70°W e a foz do rio, no Atlântico, existiriam cerca de 1,5 milhão de índios (Kokama, Omagua, Jurimagua, Tupinambarana, Tapajó, Aruã, etc.).

Nas demais áreas de floresta equatorial, quase todas pertencentes à grande região Amazônica, havia concentrações consideráveis de índios de tradição Aruak e Karik nos afluentes do norte do Amazonas e a presença numerosa e diferenciada de grupos de línguas Tupi e Aruak, principalmente na região do alto rio e dos formadores do Madeira. A oeste desse rio havia grupos de diversas tradições lingüísticas e culturais como grupos Pano e Katukina. A leste do Madeira há uma perceptível predominância de grupos Tupi na Amazônia oriental. Esses grupos dominantes das áreas de terra firme da Amazônia, juntamente com uma infinidade de pequenos grupos, característicos das populações de floresta tropical, atingiriam, talvez, um milhão de indivíduos em 1500.

A região Guarani e Chaquenha que engloba todo o sul do Brasil a partir de São Paulo e sul de Mato Grosso (Guarani, Kaingang, Chané, Guaná, Guaicuru, Paiguá, Chamacoco, Guató, etc.) teria um milhão de índios.

As áreas de cerrado e caatinga do Brasil Central e do Nordeste, englobando também os sertões de Minas Gerais e da Bahia, com grupos indígenas predominantemente de tradição Jê e Macro-Jê (Xavante-Xerente, Kayapó, Timbira, Bororo, etc.), os chamados grupos Tapuya do Nordeste (Kariri, Xokó, Otshukayana, Pankararu, etc.) e

os grupos do sertão do leste (Acroá, Kayapó meridional, Gueren, Puri, Maxakali, etc.) representariam, talvez, 600 a 800 mil índios.

A experiência européia de contato com as populações indígenas brasileiras limitou-se, no século XVI, quase exclusivamente à faixa da costa norte-sul, isto é, ao litoral que se estende dos 5º aos 33º lat.S. Todos os esforços de colonização, de criação de vilas e formas de governo e economia locais, de desenvolvimento de missões e de adoção de uma política geral em relação aos índios, baseada no trabalho forçado e na opressão desmedida em todos os níveis, realizaram-se exclusivamente nessa estreita região entre 1500 e 1600, onde os portugueses, no dizer de Frei Vicente de Salvador, primeiro historiador brasileiro do começo do século XVII, “arranhavam a costa como caranguejos”.

Para os índios dessa região, os Tupinambá, que viviam em densos aldeamentos costeiros, aproveitando a fertilidade das matas litorâneas e a riqueza de peixes do mar, tiveram que suportar todo o ônus da implantação colonial do século XVI. Mais do que as guerras, a opressão, a desorganização econômica e social e a desmoralização trazidas pelos europeus, foram as novas enfermidades introduzidas as responsáveis pela rápida dizimação e virtual extinção dos Tupinambá da costa norte-sul. A varíola, o sarampo, o tifo, a tuberculose e outras doenças pulmonares, as enfermidades venéreas e todas as demais mazelas e pragas trazidas pelos europeus tiveram um efeito devastador sobre os grupos indígenas da costa. Fontes da época, entre as quais o jesuíta Anchieta, que escreve nos últimos anos do século XVI, não deixam dúvida sobre o caráter aniquilador dessas epidemias.

O século XVII representa a expansão pelo interior em direção aos cativos indígenas das missões jesuíticas do Paraguai, do sul e, no norte, a expansão pela costa leste-oeste contra os franceses e seus aliados indígenas do Ceará e do Maranhão, até a conquista das primeiras áreas de apoio na foz do Amazonas, com a fundação de Belém em 1616. O século XVII será o século da destruição das missões jesuíticas do Guairá e no Paraguai pelos mestiços brasileiros de São Paulo (mamelucos) e é, também, o século das lutas contra os holandeses no Nordeste, no Maranhão e na Amazônia, seguidas pela longa campanha de extermínio contra os Tapuyas, aliados pretensos ou reais dos holandeses. No Maranhão e na Amazônia, a luta se fez contra os franceses, ingleses, holandeses e até irlandeses e seus aliados indígenas. O custo dessa política foi avaliado, com evidente exagero, pelo padre Antonio Vieira, o maior dos jesuítas portugueses, que, na segunda metade do século XVII, calculava que a competição pelo domínio da Amazônia havia causado a morte de 2 milhões de índios no baixo Amazonas.

O século XVIII é o século da consolidação da ordem missionária na Amazônia e, também, o século da expansão sistemática dos portugueses em direção aos sertões do leste e centro-oeste brasileiros. O descobrimento de minas de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás enriqueceria a colônia (e a metrópole) e traria novos conflitos. A metade

desse século marca também o fim do predomínio indiscutível dos jesuítas na condução da questão indígena, monopólio virtual que mantinham desde sua chegada ao Brasil em 1549. Os jesuítas são expulsos em 1759 e, a partir daí, vigorou uma política de “modernização” colonial sob orientação do Marquês de Pombal, governante de fato do reino, ocupado formalmente pelo débil rei D. José I. O aumento da produção colonial e o desenvolvimento de sua população trouxeram novas pressões sobre os índios que passaram a um nível insuportável após o término do governo de Pombal em 1776. Uma política de endurecimento progressivo contra os índios, negros e mestiços da colônia marcou os anos finais do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX, que culminaram com sucessivas revoltas indígenas, inclusive a grande rebelião da Cabanagem na Amazônia (1835-1840), na qual pereceu um número absurdo de índios e mestiços.

A independência do Brasil, em 1822, não alterou substancialmente a situação dos índios, que continuaram submetidos à mesma legislação draconiana de D. João VI. Essas leis só foram abolidas formalmente em 1831, com a queda do 1º Imperador do Brasil, mas continuaram vigentes na prática em tudo que se referisse às relações económicas ou sociais da população branca com os índios. Durante o II Império (1840-1889), implantou-se, principalmente no leste e no sul do Brasil, além de áreas anteriormente desenvolvidas do nordeste, a grande agricultura de exportação baseada na produção de café, açúcar, e criação de gado. O crescimento da população nacional, ampliado pela volumosa imigração estrangeira, expandiu-se por áreas virgens ou pouco ocupadas, deslocando ou exterminando os índios. Isso ocorreu com frequência cada vez maior nas poucas áreas ainda intocadas no nordeste e em todos os estados do leste e do sul de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, etc... A pecuária e a produção de mate expandiram-se pelo sul de Mato Grosso e outras regiões do centro-oeste. Enquanto isso, na Amazônia, a partir de 1870, teve início, com ímpeto crescente, a extração de borracha e de cacau, madeiras, castanhas e outros produtos florestais.

Isso quer dizer que, durante o século XIX, os índios foram desafiados e ameaçados em qualquer lugar onde se encontrassem, mesmo nas mais remotas regiões do país. A inanidade e o caráter contemplativo do governo, regido por um “rei filósofo”, mas que tolerava a escravidão negra e a servidão de índios e mestiços como fatos permanentes e inevitáveis, tiveram um efeito desastroso sobre as populações indígenas de todo o país. O simples fato de que o governo tivesse, a partir de 1845, confiado a direção e o monopólio virtual da política governamental de assistência aos índios aos frades capuchinhos importados da Itália, extraordinariamente retrógrados e sem nenhum conhecimento ou sensibilidade no trato com essas populações, haveria de marcar, inevitavelmente, o trágico resultado final.

Em fins do século XIX não haveria mais de 500.000 índios sobreviventes no território brasileiro. Na primeira metade do século XX esse número diminuiria ainda mais, até atingir o nadir populacional de 100.000 indivíduos em meados do século. A

partir daí, apesar de todas as vicissitudes, os índios têm aumentado consistentemente em número, atingindo hoje cerca de 250 a 300 mil indígenas.

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE ABRIGAM DOCUMENTAÇÃO SOBRE INDIOS NO BRASIL

RIO DE JANEIRO

A cidade do Rio de Janeiro foi capital do país desde meados do século XVIII (1763) até a segunda metade do século XX (1961). A transferência da capital para Brasília preservou, no Rio de Janeiro, as grandes instituições culturais que aqui foram criadas nos primeiros anos do século XIX, a exemplo da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museu Nacional, Arquivo Histórico, Biblioteca e Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Serviço Geral de Documentação da Marinha, Arquivo e Serviço Cartográfico do Exército, etc. Essas instituições abrigam não só grandes acervos bibliográficos e documentais com os quais foram originalmente criados, mas integram também coleções produzidas e reunidas no país, a que se soma o resultado de missões enviadas a centros de documentação do exterior desde o século passado.

Nas páginas seguintes será feito um informe suscinto sobre os acervos dessas instituições de interesse para o conhecimento dos grupos indígenas brasileiros.

Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi criada em 29 de outubro de 1810 como a Real Biblioteca do Rio de Janeiro. O príncipe regente D. João, futuro rei D. João VI, transferiu a corte portuguesa de Portugal para o Brasil em fins de 1807. Entre os acervos transferidos nessa época figura o da Real Biblioteca da Ajuda, criada por D. José I para substituir a antiga Biblioteca Régia, destruída pelo terremoto de 1755.

Quando foi proclamada a independência do Brasil, os bibliotecários da Real Biblioteca do Rio de Janeiro voltaram para Portugal, levando consigo muitos documentos manuscritos, entre esses os chamados Manuscritos da Coroa, que se encontravam sob a guarda do Visconde Villa Nova da Rainha. A despeito disso, conservaram-se no Rio de Janeiro alguns conjuntos de documentos de uso privado da Casa Real.

Outros acervos foram adicionados à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a exemplo dos impressos e manuscritos reunidos por Frei José Mariano da Conceição Veloso e que foram integrados à Biblioteca Nacional em novembro de 1811. Entre os documentos de Frei Veloso, conhecido botânico e bibliófilo, figuram com destaque os manuscritos de sua vasta obra, *Flora Fluminensis*, que seria publicada a partir de 1825.

Frei José da Conceição Veloso tinha um interesse especial pelas línguas indígenas brasileiras, havendo publicado, em 1795, um *Diccionario Portuguez e Brasiliano*, além de muitas obras sobre Botânica, História Natural, Agricultura na sua *Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego*, em Lisboa. Entre os muitos manuscritos colecionados por Frei Veloso está a versão em língua Guarani da *Conquista Espiritual* de Montoya, feita em uma missão jesuítica do Paraguai na primeira metade do século XVIII. Esse texto foi publicado com o título “Manuscripto Guarani da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro sobre a Primitiva Catechese dos índios das Missões” (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, 6, 1879), seguido do “Vocabulário das Palavras Guaranis usadas pelo traductor da Conquista Espiritual do Padre A. Ruiz de Montoya” (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, 7, 1879).

Muitas outras coleções, oriundas de particulares e de órgãos públicos, integraram e ampliaram o acervo da Biblioteca Nacional. Entre eles conta-se a aquisição da valiosa Biblioteca do Conde da Barca, em 1817; da coleção de desenhos manuscritos e livros do arquiteto José da Costa e Silva, em 1818; da livraria do Dr. Francisco de Mello Franco, em 1824; e do acervo do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva constante de obras de Ciências Naturais, códices, manuscritos e outros papéis e documentos oficiais, doados por seus herdeiros à Biblioteca Nacional.

A coleção Pedro De Angelis, que Jaime Cortesão editou em sete volumes através da Biblioteca Nacional, é um dos acervos mais preciosos de documentos existentes ali. Esse acervo, que se refere no que tem de mais importante à documentação jesuítica dos séculos XVII e XVIII, foi originário, basicamente, da documentação jesuítica do Paraguai. Pedro De Angelis foi um intelectual, professor e jornalista, natural da Itália, e que, tendo trabalhado em Nápoles, associado intimamente ao governo de tendência napoleônica, com a queda de Napoleão e de Murat, acabou passando para Paris e, mais tarde, se transferiu, por volta de 1827, para Buenos Aires, onde permaneceu grande parte de sua vida. Aí viria a falecer em 1859.

A documentação reunida por Pedro De Angelis compõe os manuscritos do mesmo nome adquirido pelo governo do Brasil através do Visconde do Uruguai e do Visconde do Rio Branco, em 1853. O catálogo enviado para exame na Biblioteca Nacional por comissão de que fazia parte Duarte da ponte Ribeiro, autoridade em questões de fronteiras do Ministério das Relações Exteriores e ministro dessa pasta; Gonçalves Dias, poeta e historiador, que já fizera pesquisas históricas em arquivos do norte do Brasil em 1854 e iria desenvolver a mesma atividade em arquivos europeus; e Manuel Ferreira Lagos, sócio e secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também funcionário do Ministério das Relações Exteriores. A essa comissão foi dado o encargo de avaliar a oferta de Pedro De Angelis. O Ministério do Império aprovou a compra. Nessa época, de acordo com o catálogo, a coleção compunha-se de 2.785 volumes impressos e 1.291 documentos manuscritos e mapas. Alguns não deram entrada na Biblioteca Nacional e outros foram transferidos para a secretaria do Ministério das Relações Exteriores, sendo que as duplicatas, em número de 120, foram enviadas para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A coleção De Angelis trata, em sua maior parte, como já se disse, de documentação jesuítica e de origem oficial em relação às várias províncias do rio da Prata, onde os jesuítas trabalharam mais intensamente. Ela é extremamente rica de documentos em relação aos índios, principalmente os Guarani e assemelhados dessa região e é dividida, como se vê, no índice dos volumes, pela províncias jesuíticas. Foram editados sete volumes com introduções, notas e glossários do conhecido historiador português Jaime Cortesão. Na transcrição dos documentos foram respeitadas escrupulosamente a sintaxe e a grafia do espanhol da época.

O primeiro volume, editado em 1951 pela Biblioteca Nacional sob o título geral de *Manuscritos da Coleção De Angelis*, é “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)”, ilustrado com mapas, gravuras e índice remissivo, útil para a localização da informação sobre os diversos grupos indígenas, glossário que permite o entendimento de termos em desuso ou menos conhecidos em português.

Os outros volumes da série, preparados com igual cuidado, são os seguintes: “Jesuítas e Bandeirantes no Itatins (1596-1760)”, 1952; “Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)”, 1969; “Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1617-1758)”, 1970; “Tratado de Madrid: Antecedentes-Colônia do Sacramento (1669-1749)”, 1954; “Antecedentes do Tratado de Madrid: Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)”, 1953; “Do Tratado de Madrid à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)”, 1969.

É indispensável notar que a referência a províncias do rio da Prata não exclui as regiões que, atualmente, integram o território brasileiro. Na verdade, a maior parte das informações dos Manuscritos da Coleção De Angelis refere-se a territórios e grupos indígenas que fazem parte, hoje, do Brasil, como os grupos da Província do Guai-

rá, Tape, etc. A informação sobre a grande província colonial do Paraguai se estende a regiões que hoje fazem parte de outros países do Rio da Prata, como os territórios do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, que são brasileiros, territórios argentinos como Misiones, e territórios uruguaios como o próprio Uruguai e até da Bolívia, como o Chaco boliviano.

Em 1872, a Biblioteca Nacional recebeu do Dr. Alexandre José de Mello Moraes a doação de mais de 200 volumes de manuscritos encadernados. No ano seguinte, foi comprada à viúva do comendador Manoel Ferreira Lagos grande parte de sua biblioteca acompanhada de urna importante coleção de manuscritos. Parte substancial dessa coleção foi a série de memórias do naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira que desenvolveu intensa atividade de pesquisas em Ciências Naturais e Etnografia em várias regiões da Amazônia e de Mato Grosso em fins do século XVIII.

O valor dessas coleções para o melhor conhecimento das populações indígenas brasileiras pode ser entrevisto através da menção a alguns títulos dessas memórias que se conservam na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

O catálogo completo dos manuscritos de Alexandre Rodrigues Ferreira foi publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, 72, 1952.

A grande realização da Biblioteca Nacional foi a Exposição de História do Brasil organizada por seu diretor Ramiz Galvão e inaugurada em dezembro de 1881. Em seu discurso inaugural, Ramiz Galvão acentuou a importância dessa mostra que reunia e expunha ao público uma visão integrada de milhares de manuscritos, textos impressos e documentos iconográficos e cartográficos que permitiam uma visão detalhada da história e da cultura nacional.

O Catálogo da Exposição de História do Brasil foi publicado em três volumosos tomos (*Anais da Biblioteca Nacional*, 9, 1881-1882), com 1.758 páginas e um suplemento com mais de 100 páginas que inclui um índice remissivo e sumário. A chave da classificação adotada no Catálogo da Exposição de História do Brasil ordena os vários documentos expostos em duas categorias gerais: a Seção Literária que inclui todos os impressos, manuscritos e documentos cartográficos, e a Seção Artística que inclui a iconografia, os retratos de estátuas e bustos e a reprodução de documentos iconográficos de História Natural e Etnografia.

As referências específicas sobre índios aparecem no item Colonização e Civilização dos índios (pp. 1251-1267) e em Etnografia e Linguística, subdivisão da classe de História Natural (pp. 1009-1025). A iconografia sobre índios figura na Seção Artística, classe de História Natural (pp. 1599-1603).

Naturalmente, essas poucas páginas que tratam dos povos indígenas de modo exclusivo não esgotam as informações sobre os índios. Em todas as outras classes da Geografia do Brasil, Geral e das Províncias, a História do Brasil e suas subdivisões (História do Brasil por Épocas, História Administrativa, História Eclesiástica, História Constitu-

cional, História Diplomática, História Militar, História Literária e das Artes, Biografias e Numismática) os índios estão presentes como um dos temas mais frequentes, principalmente durante o período colonial, e nas províncias da Amazônia e do centro-oeste.

A abundância de informações sobre índios pode ser entrevista pela seleção arbitrária de uns poucos títulos de manuscritos e impressos citados no Catálogo da Exposição:

- Carta de Pero Vaz de Caminha a el rei D. Manuel, dando-lhe noticia do descobrimento da terra de Vera-Cruz, hoje Brazil, pela armada de Pedro Alvares Cabral (BN), manuscrito, cópia autêntica do original autógrapho existente na Real Torre do Tombo de Lisboa.
- Ley sobre não captivarem os gentios do Brasil, 10.09.1611. Ms., 9 pp. (BN).
- Noticias da voluntaria redução de paz e amizade da feroz nasção do gentio Mura nos anos 1784, 1785, 1786. Ms. anónimo original (BN) coligidas pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (CEHB 6157).
- Ensaio de Anthropologia. Região e raças selvagens do Brasil. Memoria onde se estuda o homem indigena debaixo do ponto de vista physico e moral, e como elemento de riqueza, e auxiliar para acclimatação do branco nos climas intertropicaes pelo Dr. Couto de Magalhães. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro & Comp., 1874, in 4 de 158 pp., 1 fl. (BN) (CEHB 11361).

O Catálogo da Exposição de História do Brasil foi o maior esforço de recolhimento, exposição e análise de documentos sobre o Brasil, sua natureza e seus habitantes, feita em qualquer época, e constitui, hoje, mais de um século após sua realização, um instrumento de trabalho indispensável a quantos se interessem em melhor conhecer o Brasil e seus povos.

Entre as publicações da Biblioteca Nacional que abrigam copiosas informações sobre populações indígenas, citam-se os *Anais da Biblioteca Nacional* (v.1 a 108) editados desde 1876. O volume 100 dos *Anais da Biblioteca Nacional* (1980) inclui um índice de autores, assuntos e títulos, acompanhado de um sumário dos volumes de 1 a 99 dessa publicação seriada.

A série Documentos Históricos da Biblioteca Nacional compõe-se de 110 volumes, editados entre 1928 e 1955. José Honório Rodrigues, em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, publica um sumário do conteúdo dos diversos volumes dessa série.

Arquivo Nacional

Com a denominação de Arquivo Público do Império, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foi criado pela Constituição de 1824 e estabelecido em janeiro de 1838.

Em 1840 tornou-se um órgão autônomo, subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império. O acervo do Arquivo Nacional, a despeito de não abrigar todos os documentos e papéis públicos produzidos pelas várias repartições e ministérios do Império e da República, é muito rico em documentação histórica relativa não só ao Brasil independente (a partir de 1922), mas, também, em relação ao período colonial. Assim, há no Arquivo Nacional um abundante acervo correspondente aos séculos XVII e XVIII, ampliado e tomado mais geral após a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763. Após essa data, recolheu-se ao Arquivo Nacional quase toda a documentação oficial dos vice-reis e do governo de D. João VI e Pedro I, com abundantes informações sobre a Inconfidência Mineira, as revoluções de 1817 e 1824 e os conflitos da época da Independência.

Como foi dito, alguns ministérios não recolheram sua documentação ao Arquivo Nacional, mantendo acervos próprios, a exemplo do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério do Exército (antigo Arquivo Militar) e do Ministério da Marinha (Serviço Geral de Documentação da Marinha).

O grande acervo do Arquivo Nacional em relação à documentação produzida pelos órgãos públicos corresponde ao período imperial (1822-1889). Como informa o historiador José Honório Rodrigues, ex-diretor e reformador do Arquivo Nacional:

“Com a República, agrava-se a negligência no recolhimento, e desde então o Arquivo Nacional é o arquivo de custódia do Arquivo do Ministério da Justiça, mantendo-se os arquivos próprios do Exterior e o da Guerra, e os depósitos dos demais ministérios. O Arquivo Nacional é muito pobre sobre a República e a única documentação importante recebida é a da Presidência da República (...)” (Rodrigues, 1969:185).

Em relação aos documentos conservados no Arquivo Nacional de interesse particular sobre populações indígenas, há que mencionar, entre outros, a grande série dos relatórios dos presidentes das várias províncias durante o Império e aos relatórios das Diretorias Gerais de índios de cada província apensos ou associados aos relatórios presidenciais. Em minha tese de doutorado, *A Política Indigenista Brasileira durante o Império*, utilizei amplamente as informações contidas nesses relatórios de presidentes de província e das Diretorias Gerais de índios. Indico, a seguir, alguns dos documentos mais importantes pela informação que contêm sobre índios, além de alguns outros manuscritos utilizados na elaboração daquele trabalho:

Relatórios dos Presidentes de Províncias.

Pará:

1. F.J. de S. Soares de Andréia, em 1838 (Ms).
2. F.J.de Soares de Andréia, em 1839. Anexos: “Instruções Gerais para os Comandantes Militares da Província do Pará” e “Instruções para Organização dos Corpos de Trabalhadores”.
3. Bernardo de Souza Franco, 1839.
4. João Antonio de Miranda, 1840.
5. Bernardo de Souza Franco, 1841.
6. João Maria de Moraes (vice-pres.), em 1845.
7. Jerónimo Francisco Coelho, em 1848-1849.
8. Sebastião do Rêgo Barros, em 1855.
9. Manuel de Frias Vasconcellos, em 1859.
10. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1862-1863.
11. F.M.C. de Sá e Benevides, em 1876.
12. J. Gama Malcher (vice-pres.), em 1878.
13. Barão de Maracaju, em 1884.
14. M.J.de Almeida Pernambuco, em 1889.

Amazonas:

1. J.B. de F. Tenreiro Aranha, em 1852.
2. Herculano Ferreira Pena, em 1853-1854.
3. M.G. Correia de Miranda (vice-pres.), em 1855.
4. João Pedro Dias Vieira, em 1856.
5. Francisco José Furtado, em 1859.
6. M.G. Correia de Miranda (vice-pres.), em 1860.
7. M.C. Carneiro da Cunha, em 1862.
8. A.B.C. de Albuquerque de Lacerda, em 1864.
9. Antonio Epaminondas Mello, em 1866.
10. José de Miranda da Silva Reis, em 1870-1872.
11. Domingos Monteiro Peixoto, em 1873.
12. Domingos Jacy Monteiro, em 1877.

Maranhão:

1. Eduardo Olímpio Machado, em 1853-1854.
2. Manoel de S. Pinto Magalhães (vice-pres.), julho 1854.
3. Eduardo Olímpio Machado, em 1855.
4. B.A. de Magalhães Taques, em 1857.
5. A.C. da Cruz Machado, em 1857.
6. J.L. da Cunha Paranaguá, em 1859.
7. José Maria Barreto (vice-pres.), em 1859.

8. João Silveira de Souza, em 1860.
9. A.M. de Campos Mello, em 1862.
10. Lafayette Rodrigues Pereira, em 1866.
11. M. Jansen Ferreira (vice-pres.), em 1867.
12. J. Silva Maia (vice-pres.), em 1870.
13. S.E. Carneiro da Cunha, em 1872.
14. Cincinato Pinto da Silva, em 1881.
15. José Manuel de Freitas, em 1883.
16. José Bento de Araújo, em 1887-1888.

Mato Grosso:

1. José A. Pimenta Bueno, em 1837.
2. Ricardo José Gomes Jardim, em 1846.
3. M. Alves Ribeiro (vice-pres.), em 1848.
4. Joaquim José de Oliveira, em 1849.
5. Augusto Leverger, em 1851, 1852, 1854, 1856.
6. Antonio Pedro de Alencastro, em 1860.
7. Herculano Ferreira Pena, em 1862-1863.
8. Augusto Leverger (vice-pres.), em 1863.
9. A.M. Albino de Carvalho, em 1864-1865.
10. Francisco José Cardoso Junior, em 1871-1872.
11. João José Pedrosa, em 1878-1879.
12. Barão de Maracaju, em 1881.
13. J. Leite Galvão (vice-pres.), em 1881.
14. F.R. de Mello Rêgo, em 1888.

Goiás:

1. José Rodrigues Jardim, em 1835.
2. Luiz de Gonzaga Camargo Fleury, em 1838.
3. F.F. dos Santos Azevedo (vice-pres.), em 1842.
4. Joaquim Inácio Ramalho, em 1846-1847.
5. Antonio de Pádua Fleury (vice-pres.), em 1848-1849.
6. Eduardo Olímpio Machado, em 1850.
7. Antonio Joaquim da Silva Gomes, em 1851.
8. A.A. Pereira da Cunha, em 1856-1857.
9. F.J. da Gama Cerqueira, em 1859 (II), 1860.
10. A.M. de Aragão e Mello, em 1861.
11. J.M. Pereira de Alencastro, em 1862 (II).
12. J.B. Gomes de Siqueira, em 1867.
13. Augusto Pereira, em 1869-1870.
14. Antero Cicero de Assis, em 1872, 1874 (Anexo: Relatório da Diretoria de índios de Goiás) 1875 y 1876.

15. Aristides de Souza Spinola, em 1879, 1880 (II).
16. Joaquim de Almeida Leite de Moraes, em 1881.
17. T. Rodrigues Moraes (vice-pres.), em 1882.
18. Felicíssimo do Espírito Santo (vice-pres.), em 1887.

Ceará:

1. Francisco de Souza Martins, em 1840.
2. Pinto Mendonça (vice-pres.), em 1861.
3. J.B. da Cunha e Figueiredo Jr., em 1863.
4. Rio Grande do Norte:
5. Pedro Leão Velloso, em 1863.
6. Pernambuco:
7. Francisco do Rêgo Barros, 1838 (Anexo: Mapa Estatístico de 1838).
8. Francisco Antonio Ribeiro, em 1853.
9. Barão de Vila Bela, em 1868.
10. Henrique Pereira de Lucena, em 1875.
11. Luna Freire (vice-pre.), em 1878.

Alagoas:

1. M.F. de Souza Mello.
2. Anselmo Francisco Peretti, em 1844.
3. H.M. de Oliveira Lisboa, em 1845.
4. José Antonio Saraiva, em 1854.
5. Antonio Alves de Souza Carvalho, em 1861 (Anexo: Relatório de Manoel Lourenço da Silveira sobre Situação Indígena da Província).
6. Luiz Rômulo Peres de Moreno, em 1873.

Na tese citada, foram consideradas somente as províncias brasileiras do norte, do nordeste e do centro-oeste. Assim, os relatórios dos presidentes de província utilizados não incluíram regiões importantes do Brasil como a Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e as províncias do sul. Para uma visão integral da situação indígena naquele século, será indispensável utilizar também a farta documentação sobre índios constante dos relatórios daquelas províncias. Haverá ocasião de fazer algumas outras considerações sobre o mesmo tema quando forem referidos dados sobre a condição dos índios nas várias regiões brasileiras. É indispensável acrescentar que os relatórios dos presidentes de províncias se baseiam no relatório mais detalhado, e de igual periodicidade, elaborado pelos diretores gerais de índios de cada Província. Quase sempre estes mantiveram-se inéditos, incluídos no relatório do chefe do executivo provincial um resumo ou súmula do relatório mais específico. De qualquer forma, os relatórios de presidente de província incluem abundantes informações sobre po-

pulações indígenas organizadas em títulos como: catequese e civilização dos índios, segurança pública, colonização e terras públicas, etc. Os relatórios dos diretores gerais de índios conservam-se nos arquivos regionais e, também, no Arquivo Nacional.

Ao lado da imensa documentação manuscrita que inclui milhões de documentos, 14.348 mapas, plantas e atlas, 37.320 fotografias, e 2.123 filmes, o Arquivo Nacional tem um intenso programa de publicações mantido desde 1886, quando se publicou o *Catálogo das Cartas Régias, Provisões, Alvarás, Avisos, Portarias, etc. de 1662 a 1821*. Essas publicações dividem-se em várias séries. Esta série de publicações, que se estende até hoje, faz parte do conjunto Publicações Históricas. A título de exemplo, cita-se o sumário dos volumes 4 e 5 na parte que se refere, diretamente, a populações indígenas:

VOLUME 4

- Roteiro Chorografico da Viagem e Revista que o Illmo. E Exmo. Snr. Martinho de Souza e Albuquerque Governador General deste Estado [Pará], fez a algumas Villas e Povoações da Margem Austral do Rio Guará assim como as da Grande Ilha chamada do Marajó, junto com o Exame e Observação das suas mais Remarcaveis Fazendas (pp. 93-108).
- Officios do Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz, Fernando Delgado Freire de Castilho, de 9 de Março de 1813, sobre a navegação do Rio Tocantins (pp. 118-131). Trata dos índios Macamecran, Xerente, Xavante, Caracategé, Norocagé, Poxeti, Porecamecran.
- Correspondência e outros documento de Marquês de Pombal sobre a expulsão dos jesuítas do Brasil e Portugal (pp. 3-92).

VOLUME 5

- Índice da Coleção de Ordens Régias, 1719-1807.
 - I. Sesmarias.
 - II. Ajudas de custo, Congruas, Fabricas, Mantimentos, Ordenados, Praças mortas, Proprias e Soldos.
 - III. Escusas, Baixas, Aposentadorias, Intertenimentos, Dispensas e Reformas.
 - IV. Nomeações.
 - V. Patentes.
 - VI. Licenças para saídas de navios.
 - VII. Passaportes.
 - VIII. Licenças diversas.
 - IX. Assumptos diversos: Provisão sobre os índios das Missões do Rio de Janeiro empregados no serviço real, 20.05.1754; Carta Regia sobre

mercê ao Marquez de Aloma dos foros de sesmaria da aldêa de Santo Antonio dos índios Garrulhos, na Parahiba do Sul, 10.10.1806.

Merece menção também, entre muitas outras, o longo poema heróico do jesuíta José de Anchieta em latim e português, de meados do século XVI, que descreve as guerras de extermínio contra os índios, do Governador Geral do Brasil Mem de Sá: “De Gestis Mendi de Saa”. Original acompanhado da tradução vernácula pelo Pe. Armando Cardoso, *Publicações Históricas*, 38, 1958.

A documentação manuscrita do Arquivo Nacional organiza-se em vários fundos públicos, segundo as repartições de origem. São citados adiante alguns desses fundos que se relacionam mais diretamente com populações indígenas: Comissão Especial da Faixa de Fronteira, Inspetoria Geral de Terras e Colonização, Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, Ministério do Reino e do Império, Secretaria dos Governos Provinciais, Série Agricultura, índios, terras públicas e colonização; Série Guerra; Série Interior, Secretaria do Estado do Brasil, etc. Os fundos privados referem-se a acervos relativos ou produzidos por personalidades da vida política, administrativa, militar ou intelectual do país. Citam-se alguns desses mais diretamente relacionados com terras indígenas: Afonso Augusto Moreira Pena, ministro da Agricultura, conselheiro do Império e, posteriormente, Presidente da República; Antonio Henrique Leal, historiador e intelectual do Maranhão; Cesar Augusto Marques, historiador e tradutor de obras sobre índios; Felisberto Caldeira Brandt Pontes, marquês de Barbacena, político do Império; Félix Emilio Taunay, pintor; Franklin Américo de Menezes Doria, barão de Loreto; Joaquim Caetano da Silva, historiador e especialista em questões de limites; Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, intelectual e especialista em legislação indígena, etc.

Como foi dito, o Arquivo Nacional tem extensos e importantes acervos documentais sobre a colônia e o período do Império. Em relação ao século atual, sua importância é menor como nota o historiador José Honório Rodrigues, já citado.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado na mesma época da instalação do Arquivo Nacional (1838), foi a mais prestigiosa instituição histórica e cultural do século XIX, graças ao patrocínio e à ativa participação do Imperador Pedro II em seus programas de atividades. José Honório Rodrigues identifica algumas causas que deram origem ao prestígio e à riqueza do acervo documental dessa instituição:

“A estagnação do Arquivo Nacional, excetuada a fase de Machado Portela (1873-1898) e a interpretação constitucional de que era duvidosa a legalidade da existência

de arquivos provinciais, fêz com que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enriquecesse seu patrimônio, bem como os Institutos Históricos provinciais. Além disso, o equívoco da administração imperial fazendo recolher coleções documentais, como a “Documentos Biográficos”, pertencente à Secretaria do Império, e as coleções “De Angelis” e “Visconde do Rio Branco”, particulares, adquiridas ou doadas à Biblioteca Nacional - gerando grande debate entre o Arquivo e a Biblioteca Nacional -, reforçou a tendência à doação aos Institutos Históricos, especialmente o Brasileiro. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enriqueceu, assim, seu arquivo de três fontes principais: 1) as ofertas oficiais; 2) as cópias executadas no estrangeiro; 3) as coleções particulares. As primeiras vinham de D. Pedro II, das secretarias do próprio Govêmo, de altos funcionários públicos, como o Ministro em Portugal António Menezes Vasconcelos Drummond e de particulares; as segundas da Secretaria do Império, que enviou ao Instituto as cópias feitas em Portugal, e da Secretaria de Estrangeiros, feitas por Joaquim Caetano da Silva. As várias missões já descritas no capítulo sôbre a evolução da pesquisa no Brasil, os documentos mandados copiar por D. Pedro II em Portugal, a coleção Gonçalves Dias no Maranhão, e a coleção José Higino, concorreram para valorizar o patrimônio manuscrito do Instituto Histórico. Este recebia documentos selecionados, avaliados por estudiosos, eruditos, historiadores, ou coleções particulares de personalidades da vida pública brasileira”. (Rodrigues, 1969:195-196).

Durante o século XIX, o Instituto Histórico Brasileiro desempenhou, de certa maneira, o papel que hoje exerce na vida intelectual e científica do país o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é a de coordenar, apoiar e incentivar o esforço de conhecimento de investigadores nacionais e estrangeiros nos diversos campos de saber. Assim, o Instituto Histórico acumulou um rico acervo de informações, memórias, relatórios e notas prévias de quase todos os investigadores, naturalistas e viajantes qualificados que viajaram pelo país naquela época. A esta documentação somam-se as coleções particulares de um avultado número de políticos, militares, intelectuais e nobres do Império, vários dos quais tiveram contribuições significativas no estudo e trato da questão indígena. A título de informação citam-se alguns deles: Franklin Américo Menezes Dória, Barão de Loreto; D. Antonio de Macedo Costa, bispo; Carlos Frederico Felipe von Martius, naturalista; Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, militar, político e presidente de província; José Bonifácio de Andrada e Silva, conselheiro do Imperador e autor de memórias sobre índios; Antonio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal e estudioso de lingüística indígena; Manuel de Melo Cardoso Barata, historiador do Pará e autor de muitos textos sobre índios da Amazônia; João Pedro Gay, padre e autor de larga memória histórica sobre índios e missões do sul do Brasil; Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, historiador e ideólogo do Império, autor de muitos textos anti-indígenas.

O Instituto Histórico tem um vasto acervo de documentação manuscrita produzida no país ou copiada em arquivos estrangeiros. Soma-se a ele uma rica biblioteca e coleções de abundante documentação cartográfica e iconográfica.

O principal veículo do Instituto Histórico é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que é publicada sem interrupção desde 1839. Com quase 400 volumes publicados, além de séries especiais como os tomos relativos a 4 congressos de História Nacional e um Congresso de História da América, a *Revista do Instituto* constitui num dos mais volumosos e informativos conjuntos de memórias e informações sobre índios brasileiros. Alguns índices parciais facilitam a leitura, como o seguinte: “índice Analytico da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomos 1 a 84), 1839-1921”; *RIHGB*, tomo especial, 1927. 768 pp.

Em relação aos manuscritos do Instituto Histórico tem-se uma informação básica nos seguintes catálogos:

- Tristão de Alencar Araripe. Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizado por ordem alfabética e dividido em quatro partes, *Biografias, Documentos, Memórias, Poesias*. Rio de Janeiro, 1884, 153 pp.; *Idem*, 2 série, continuação da 1 publicada em 1884. 1º Aditamento ao Catálogo. Rio de Janeiro, 1889; *Idem*, “Exposição sôbre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico”, *RIHGB*, t. 47, parte 1, 1884. pp. 554-552.
- M.D. Moreira de Azevedo. “Relação dos autógrafos e originais do Instituto Histórico”, *RIHGB*, t. 47, parte 1, 1884. pp. 505-523.
- “Enumeração dos documentos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *RIHGB*, vol. 55, 1922. pp. 336.

Um dos livros mais importantes da segunda metade do século XIX sobre a questão da escravidão no Brasil foi o livro de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, advogado, político, deputado da Assembléia Geral, sócio do Instituto Histórico e participante dos movimentos pela libertação dos escravos negros, *A Escravidão no Brasil*, em 3 volumes, escrito entre 1866 e 1867 e publicado na Typographia Nacional do Rio de Janeiro. Este livro seria considerado por alguns dos grandes intelectuais e políticos do Império, como Joaquim Nabuco e o historiador Oliveira Lima, como uma obra essencial e que teria profunda influência sobre o processo de libertação final dos escravos. Sabe-se, por exemplo, que o livro de Perdigão Malheiro teve influência direta sobre a Lei do Ventre Livre do Visconde do Rio Branco, em 1871.

O importante da obra de Perdigão Malheiro para o assunto essencial deste texto é a parte segunda de sua obra, que se refere, especificamente, a índios. Trata-se de

uma análise documentada e fartamente ilustrada pela citação detalhada e minuciosa da legislação pertinente, de todos os dispositivos legais e administrativos sobre índios desde a época da conquista do Brasil, em 1500, até a época dessa edição, em 1867. Nessas cerca de 100 páginas, o autor extrata, organiza e analisa todo o corpo legal e político da ação portuguesa e da ação do Brasil independente, a partir de 1822, sobre índios.

Perdigão Malheiro foi sócio do Instituto Histórico, onde pronunciou várias conferências e ao qual legou, com sua morte em 1881, vários documentos e manuscritos, principalmente sobre Amazônia e sobre questões de limites que estão documentados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 44, parte 2, 1881 (pp. 408-412).

Perdigão Malheiro não assistiria à abolição da escravidão, que só viria a ocorrer em 1888. Recentemente, a Editora Vozes reeditou na Coleção Dimensões do Brasil, *A Escravidão no Brasil*, em 2 volumes (1976).

A legislação do Império sobre índios, no período posterior ao falecimento de Perdigão Malheiro, pode ser vista em resumo no texto que elaborei em minha tese com o título “Leis, Decretos e Decisões”, que inclui a legislação pós-pombalina, seguida da legislação do Brasil imperial. Em outros textos adiciono algumas outras informações sobre a legislação da Colônia e do Império especificamente sobre índios. Entre esses textos podem ser citados “A Constante Histórica do Indigenato no Brasil”, editado em comemoração ao centenário do Museu Goeldi (1966); “Os Dados para a História Recente dos índios Kaingang”, editado como parte dos textos apresentados à I Reunião de Barbados (1971) e meu livro *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*, editado em 1988, onde há um apêndice documental com farta legislação referente a índios no período colonial e do Império.

Entre os documentos manuscritos legados por Perdigão Malheiro são citados alguns de interesse mais direto para o conhecimento dos índios:

- Diário da Diligência de Reconhecimento do Rio Paraguai desde o lugar do Marco na boca do Jauru até para baixo do presidio Nova Coimbra.
- Diário da viagem que fez o Dr. Pontes a tirar configuração do rio Guaporé (fins do século XVIII).
- Novo diário de viagem aos rios Madeira, Mamoré, Guaporé até Vila Bela, da capital do governo de Matto Grosso, 1790.
- Diário da diligência do reconhecimento das cabeceiras do rio Sararé, Guaporé, Tapajós e Jauru que se acham todos debaixo do mesmo paralelo na Serra dos Parecis, em dezembro de 1789.
- Diário sobre as origens do rio Tapajós.

- Memória geographica sobre o rio Tapajós pelo Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra (fins do século XVIII).
- Descrição geographica da América Portuguesa por Gabriel Soares de Souza em 1587.
- Cartas Jesuíticas do Pe. Antonio Vieira, 2 v.
- Cópia dos manuscritos do Pe. Antonio Vieira que não andam impressos. 2 v.
- Varios apontamentos do próprio Perdigão Malheiro sobre legislação e códigos.

Graças ao interesse e proteção especial do Imperador Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi, provavelmente, durante o século XIX, a mais fecunda e produtiva das instituições brasileiras voltada para o conhecimento do país e de seus habitantes, com particular interesse sobre os índios.

O Instituto Histórico foi, durante esse período, o local de freqüência obrigatória de todos os naturalistas, intelectuais e especialistas dos vários campos do saber, nacionais e estrangeiros, que viajaram pelo país naquele período. Do acervo de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fazem parte os resultados desses esforços de conhecimento transmitidos através de conferências, relatórios, notas prévias e informações de toda a sorte, muitas delas relativas aos índios de modo exclusivo ou acessório. O grande número de naturalistas, principalmente estrangeiros, que visitaram o país ao longo de todo o século XIX, deixou no Instituto Histórico registros detalhados e preciosos de suas viagens e investigações.

Museu Nacional

O Museu Nacional do Rio de Janeiro foi fundado em 1818 no molde dos tradicionais museus de História Natural e Etnografia. Desde sua fundação, beneficiou-se da intensa atividade de pesquisa desenvolvida ao longo do todo o século XIX por naturalistas estrangeiros e nacionais.

Entre os primeiros citam-se Spix e Martius, da missão científica patrocinada pelo governo austríaco, decorrência da aproximação entre aquele país, Portugal e o Brasil, por motivo do casamento do príncipe herdeiro D. Pedro e a arquiduquesa Leopoldina da Austria. Seguiram-se várias outras expedições como a do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, que se dedicou ao estudo da natureza e de populações indígenas, principalmente os Botocudos do leste de Minas Gerais, Espírito Santo e sul da Bahia. Nas primeiras décadas do século XIX, teve presença longa e produtiva em

grande parte nas regiões do sul, do leste e do centro-oeste do país, o viajante e naturalista A. Saint-Hilaire, que deixou um número avultado de obras impressas com muita informação sobre índios e a população regional.

Na esteira da viagem à volta do mundo de Charles Darwin, que esteve, aliás, no Rio de Janeiro realizando pesquisas no interior da província, vieram outros naturalistas de origem inglesa, interessados em estudos sobre a evolução das espécies, como Wallace de Bates, por volta de meados do século. Pouco anterior é a presença do paleontólogo William Lund, que trabalhou, anos a fio, em cavernas do centro de Minas com espécies animais extintas e com restos humanos do que chamaria o “homem de Lagoa Santa”.

Seguiram-se grandes expedições em direção ao centro-oeste do Brasil e à Amazônia, como a do francês Francis Castelnau e a de Agassiz. Todos esses esforços de conhecimento dedicaram um interesse grande por populações indígenas. A expedição de Agassiz teve uma importância adicional para o desenvolvimento das atividades científicas no Museu Nacional, não só porque trabalhou em estreita associação com ele e engajou alguns dos estudiosos brasileiros nessas atividades, mas, adicionalmente, estimulou a presença permanente no Brasil, com base no Museu Nacional, de alguns membros estrangeiros na expedição como Hartt e Orville Derby.

Paralelamente a essas atividades, naturalistas qualificados do Museu Nacional, como Ladislau Neto e João Baptista de Lacerda, dedicaram-se à pesquisa paleontológica, arqueológica e biológica relativas às populações indígenas antigas e atuais do Brasil. São característicos dessa segunda metade do século XIX os estudos sobre a população indígena pré-histórica do litoral do Rio de Janeiro e do sul do Brasil através do estudo sistemático dos restos de cultura material e dos esqueletos conservados em sambaquis ou ostreiras.

Pesquisas similares realizadas no baixo Amazonas e nas costas do Amapá por arqueólogos como Domingos Soares Ferreira Penna, fundador do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, revelaram uma grande variedade de culturas indígenas pré-históricas como as de Marajó, Miracanguera, Cunani, etc.

Ao contrário do Museu Paulista, fundado em 1894 e que teve um setor de documentação e pesquisa histórica, com farto material de documentação sobre índios, criado por seu diretor, o historiador Afonso Taunay, o Museu Nacional não se ocupou de acervos de documentação escrita, a não ser à relativa a relatórios e trabalhos científicos manuscritos. A importância maior do Museu Nacional para a documentação e estudo das populações indígenas está em suas grandes coleções etnológicas e arqueológicas e na presença de sua preciosa biblioteca, com centenas de milhares de volumes, folhetos e documentos de natureza cartográfica e iconográfica, a exemplo das pranchas e textos do naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira que

ilustram aspectos da natureza e das populações indígenas da Amazônia e Mato Grosso nas últimas décadas do século XVIII.

Paralelamente à grande exposição de História do Brasil, organizada pela Biblioteca Nacional em 1881, o Museu Nacional organizou, na mesma data, uma exposição antropológica que pretendia expor o nível dos conhecimentos e testemunhos acumulados sobre populações indígenas brasileiras a esta época. Além dessa grande exposição, o Museu Nacional produziu dois volumes impressos e ilustrados com textos das investigações feitas sobre populações indígenas extintas e atuais e muita informação sobre os grupos indígenas remanescentes a cargo de naturalistas e estudiosos como Ladislau Neto, João Baptista de Lacerda, Charles Hartt, Mello Moraes Filho e João Barbosa Rodrigues. A primeira dessas publicações é o volume 6 dos *Archivos do Museu Nacional*, de 1881. O outro é a *Revista da Exposição Antropológica*, da mesma época.

Ministério das Relações Exteriores

O Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) foi mandado organizar em 1828 pela Constituição de 1824, sendo, portanto, o mesmo texto que criou o Arquivo Nacional. Entretanto, o Arquivo do Ministério das Relações Exteriores começou a funcionar em 1824 enquanto o Arquivo Nacional só passou a ter existência a partir de 1838. O regulamento de 1842 diz que o Arquivo devia guardar os documentos existentes, inclusive os originais de tratados, conservar livros, folhetos e periódicos, manter a legislação do Império e as obras de Direito Internacional. Como informa José Honório Rodrigues, seu primeiro arquivista foi Manoel Ferreira Lagos, o mesmo diplomata e historiador do Instituto Histórico e Geográfico que teve papel saliente na aquisição dos manuscritos da Coleção De Angelis.

O Arquivo Histórico do Itamaraty é seção independente da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, extraordinariamente rica, e de mapoteca que contém um número avultado de cartas e documentos cartográficos desde os mais recuados tempos da colônia. Entre as peças de maior significação no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores citam-se todos os papéis trazidos de Lisboa por D. Rodrigo Coutinho, Conde de Linhares, em 1807, toda a documentação diplomática e consular e vários arquivos particulares de ex-diplomatas entre os quais se pode indicar Duarte da Ponte Ribeiro, ex-ministro de Relações Exteriores do Império, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, cartógrafo e naturalista a serviço das demarcações de limites do século XVIII, o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, e José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco.

Entre a documentação mantida nesses arquivos particulares cita-se como de maior importância o arquivo do Barão do Rio Branco, a que se fará menção mais detalhada, a documentação reunida por Joaquim Nabuco para o tratado de limites com a Guiana Inglesa, e outros documentos como a missão Pimenta Bueno entre 1843-1847. O Ministério das Relações Exteriores publica alguns índices do seu arquivo histórico com esse título, dividido em várias partes.

Um outro departamento do Ministério das Relações Exteriores que tem interesse para as pesquisas sobre populações indígenas é a Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, criada naquele ministério em, 1943, com a atribuição de tomar conhecimento da bibliografia nacional editada no Brasil ou no estrangeiro, preparar mensalmente uma relação bibliográfica das principais obras e artigos sobre assuntos históricos e rever as informações compendiadas nos impressos sobre assuntos históricos, assinalando inexatidões porventura encontradas e apresentar pareceres ou realizar estudos sobre questões de história nacional relacionadas com a política exterior do Brasil. A Comissão de Estudos de Textos de Historia do Brasil José Honório Rodrigues propôs ampliar as suas funções, segundo um plano que trataria, fundamentalmente, das seguintes questões: publicar os documentos existentes no Arquivo Histórico de várias missões de diplomatas brasileiros no exterior como a missão do Visconde do Paraná em 1852, a missão do conselheiro José Maria Paranhos (Visconde do Rio Branco) em 1856, incumbida de obter do governo do Paraguai o tratado de limites, a missão do Visconde do Uruguai em 1856-57 para tratar dos limites do Brasil com a Guiana Francesa, e outras. Alguns desses propósitos foram alcançados com a publicação da missão Pimenta Bueno, a que já se fez menção, e a missão de Bellegarde ao Paraguai (1849-1852). A presença do embaixador José Carlos de Macedo Soares à testa do ministério, em 1956, deu origem à publicação periódica, das quais foram editados 9 volumes em relação, principalmente, a questões diplomáticas na região do Prata. Por outro ato do Ministro Macedo Soares foram determinadas pesquisas nos arquivos históricos de Portugal e Espanha e preparar o índice de documentação referente ao Brasil que neles se encontrar, o qual será enviado à Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil a fim de que essa verifique não só os que devem ser copiados, como de proceder a cópia dos documentos indicados e de remeter o material copiado à Comissão. Fruto desse trabalho foi a publicação de *Os Arquivos das índias e o Brasil*, documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo de índias de Sevilha preparado por João Cabral de Mello Neto. Em 1966, foi editada essa obra com um vasto levantamento da documentação sobre Brasil existente no Arquivo de índias, de que se falará mais detalhadamente adiante.

O Barão do Rio Branco, ministro de Relações Exteriores do Brasil no começo do século XX, foi, além de diplomata, um historiador de mérito que deu origem a

um vasto esforço de conhecimento da documentação existente no Brasil e no exterior sobre questões de limites. Como se sabe, o Barão do Rio Branco foi o ministro plenipotenciário do Brasil em questões fundamentais sobre problemas de fronteira com a Guiana Francesa e com a Argentina no território de Missiones. Essas pesquisas deram origem ao levantamento de uma enorme documentação que se conserva no Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) de que passamos a dar uma notícia mais circunstanciada. E indispensável dizer que nessas regiões de fronteira a presença e a variedade de índios e seu papel, índios na determinação dos títulos de posse por Portugal e Brasil sobre esses territórios, foi de extrema importância. A documentação do Rio Branco sobre índios é um dos acervos mais importantes e disponíveis no Brasil e se encontra em boa parte publicada nos vários volumes dos tratados de limites com a Argentina e com a Guiana Francesa. Passamos, a seguir, a fazer uma indicação da extensão e importância desses documentos para o conhecimento de populações indígenas.

Na publicação Arquivo Histórico do Itamaraty do Ministério das Relações Exteriores, parte 3, editado em 1957 é feito um levantamento de documentação reunida pelo Barão do Rio Branco às páginas 162 a 202 desse catálogo. A documentação reunida em várias épocas em arquivos nacionais e estrangeiros trata de modo principal, mas não exclusivo, sobre áreas críticas das fronteiras brasileiras como as já citadas, áreas de limite com a Guiana Francesa e com a Argentina. Essa documentação está dividida pelos arquivos de origem. Em primeiro lugar o Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Biblioteca de Évora, o Arquivo do Ministério de Negócios Estrangeiros, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal e uma série espanhola que inclui, basicamente, o Arquivo General de índias de Sevilha, o Arquivo General de Simancas e arquivos diversos como a Academia Real de São Fernando, o Arquivo Histórico Nacional, a Biblioteca Real de Madrid, a Academia Real de História, uma série inglesa que inclui arquivos de Londres, o British Muséum, a Royal Geographical Society e o Public Record Office, uma série francesa que inclui a Bibliothéque Nationale de Paris, e uma série brasileira que inclui a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dividida por épocas, o Arquivo Público do Amazonas, o Arquivo da Secretaria de Governo do Pará e documentos avulsos de procedência desconhecida. Muitos desses documentos, como se diz, foram publicados na esplêndida série de textos manuscritos, estudos e mapas que compõem a *Questão de Limites com a Guiana Francesa*. Entre os documentos de maior importância dessa série de Memórias, publicada em Paris, e que inclui vários volumes da 1ª e 2ª Memórias e anexos, acompanhadas de atlas e outros documentos, uma das partes mais significativas desse trabalho são os dois volumes do l'Oyapoc et l'Amazone, de Joaquim Caetano da Silva, incorporado à Memória oficial do Brasil na questão de limites com a Guiana Francesa e submetida ao governo suíço. O laudo arbitrai do

governo suíço que deu ganho de causa às teses brasileiras é do ano de 1900. Ao lado dessa farta documentação, muita da qual se refere diretamente a populações indígenas da área, com referência às relações entre europeus e índios na Amazônia, especialmente na região das Guianas, desde os mais recuados tempos coloniais até a época da elaboração das Memórias brasileiras, os vários volumes compõem uma enorme massa de informações valiosas sobre índios que pode ser consultada com muito proveito pelos especialistas.

A 1ª Memória do Brasil na Questão de Limites com a Guiana Francesa inclui um atlas com 91 cartas históricas que se estendem de 1500, com o mapa de Juan de la Cosa, até a carta gravada do Pe. Samuel Fritz de 1707. São documentos de extraordinária importância não só histórica, mas também etnográfica pela localização, pelas migrações dos grupos indígenas que podem ser acompanhados ao longo desses mais de dois séculos pelas cartas respectivas.

Na 2ª Memória se inclui também um atlas com 86 cartas que se estendem do ano de 1536, com a carta de Alonso de Chaves, até 1868 com a carta de F. Mouchez. A importância dessas cartas é equivalente à significação do atlas anteriormente citado.

Na *Questão de Limites entre o Brasil e a República Argentina*, submetida à decisão arbitral do presidente Cleveland dos Estados Unidos da América do Norte, publicada em New York em 1894 em 6 volumes, sob orientação do Barão do Rio Branco, e que obteve um laudo arbitral favorável ao Brasil no ano seguinte, há 2 volumes de cartografia (v. 5 e 6), além de muitos documentos. Como diz José Honório Rodrigues, em *Teoria da História do Brasil*: “(...) a Memória sobre a Questão de Limites com a Argentina é uma das maiores contribuições à história da cartografia brasileira, não só pelo estudo e análise das peças mais importantes, como pela reprodução de mais de 30 documentos cartográficos”. (Rodrigues, 1957:464).

Essa documentação, que se refere, naturalmente, à região das antigas províncias jesuíticas do rio da Prata, é especialmente informativa sobre a presença de grupos indígenas dos séculos XVI ao XIX.

No *Tratado de Limites com a Guiana Inglesa*, sob a direção de Joaquim Nabuco, diplomata, historiador e líder das lutas pela abolição da escravidão negra no Brasil, se encontra um repositório praticamente inesgotável de informações de natureza histórica, etnológica e cartográfica sobre as populações indígenas da região e os primitivos habitantes de origem européia nela existentes. Nesses 18 volumes de documentos, fac-símiles e mapas, publicados em Paris em 1903, há muitas Memórias, quase todas relativas às populações indígenas da região dos membros das comissões de limites do século XVIII, naturalistas como Alexandre Rodrigues Ferreira, viajantes estrangeiros como Im Thurn e vários outros. O atlas que acompanha a 1ª Memória do Brasil dessa série de volumes das Questões de Limites com a Guiana Inglesa inclui

90 cartas que se estendem de 1560, com uma carta espanhola anónima, até cartas de 1901-1903. Aqui também a informação cartográfica confirma e completa a evidência documental. Como diz José Honório Rodrigues no texto já citado da *Teoria de História do Brasil*:

“Outros conheceram e usaram peças cartográficas, mas raros antes de Joaquim Nabuco elevaram-nas a título jurídico de legitimidade de soberania territorial. Ele não as apresenta simplesmente como uma representação gráfica de conquista de posse; não as utiliza empiricamente, como historiador que transcreve um documento, confiante em que dêste modo justifica a certeza da afirmação. Nabuco sabia que a pura exibição de um documento não é prova, mas instrumento de prova, e que para chegar à convicção era necessário fazer induções, raciocinar, demonstrar, sob base da peça, a realidade da afirmação. Por isso êle é dos primeiros a tratar da prova cartográfica, elevada a título jurídico de posse e a expender sôbre a natureza dêste título considerações de extrema importância” (Rodrigues, 1957:471-472).

No volume já citado do *Arquivo Histórico do Itamaraty*, parte 3, são relacionados os documentos recolhidos pelo diplomata Joaquim Nabuco seja para compor as provas documentais do direito brasileiro em relação à Guiana Inglesa, seja para outras atividades do autor como funcionário do Ministério das Relações Exteriores e intelectual. Aqui também a documentação de Joaquim Nabuco é dividida pela origem dos documentos. Há uma larga documentação coligida na Biblioteca Nacional de Lisboa entre 1661 e 1788; há documentos do Conselho Ultramarino de 1746-1750, de 1776-1822, muitos desses documentos relativos às explorações e notícias de governadores, funcionários e membros das missões de limites dos séculos XVII e XVIII; há documentos da Biblioteca Nacional entre 1750 e 1859; documentos originários do Arquivo Geral das Índias de Sevilha que tratam principalmente das missões na Guiana e no alto Orinoco e rio Negro; documentos brasileiros provindos do Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVOS REGIONAIS

PARÁ

Os primeiros contatos com índios da Amazônia datam da primeira metade do século XVI com as expedições de Diogo Nunes-Mercadillo em 1538 e Orellana-Carvajal em 1540-41. A presença portuguesa na Amazônia data do início do século XVII com os primeiros estabelecimentos em 1616 na foz do Amazonas com a fundação de Belém e outras ocupações permanentes na região. Durante grande parte do período colonial, a administração portuguesa na região amazônica foi organizada de modo independente da administração do Brasil, com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que funcionou autonomamente de 1618 a 1774. Esse Estado estendia-se do Ceará aos confins da Amazônia portuguesa e teve não só uma administração independente mas também um corpo de normas administrativas e de leis específicas e diversas dos estatutos coloniais que se referiam ao Brasil.

A presença de uma população densa e diversificada de grupos indígenas que constituía a quase totalidade dos habitantes do Estado do Maranhão e Grão-Pará conferiu à região um caráter próprio, marcado por uma política colonial fundada no regime das missões religiosas das quais as mais importantes eram os jesuítas, carmelistas, mercedários e franciscanos. A expulsão dos jesuítas em 1759 e a abolição do regime das missões no período pombalino alterou profundamente o quadro histórico das relações de colonizadores e índios e determinou, alguns anos mais tarde, a extinção do Estado e a unificação das colônias portuguesas na América do Sul.

Em 1656, a capitania do Ceará foi desligada do Estado do Maranhão e passou a capitania dependente da de Pernambuco, do Estado do Brasil. A capitania do Piauí foi integrada como parte dependente da capitania do Maranhão. Com a abolição do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1774, constituíram-se como capitanias autônomas, integradas ao Brasil, as do Maranhão e do Pará. A capitania do Pará teve como subordinada a capitania de São José do Rio Negro. Com a independência do Brasil em

1822, essas capitanias transformaram-se em províncias. A província do Amazonas, que correspondia aproximadamente à da antiga capitania de São José do Rio Negro, só foi constituída e tomou-se independente do Pará em 1852.

1 - Biblioteca e Arquivo Público do Pará

Esse pequeno resumo histórico explica o enorme espaço geográfico coberto, no período colonial e na primeira metade do século XIX, pelo Pará, e ajuda a entender a importância e extensão do acervo do Arquivo Público do Pará, que é, seguramente, pelo menos no que respeita a índios, o mais importante dos arquivos regionais brasileiros.

Unido até recentemente à Biblioteca Pública, o Arquivo Público do Pará publicou, entre 1902 e 1983, treze volumes dos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* que, além de contribuições originais sobre história, política, costumes populares e etnologia indígena, contêm índices detalhados dos códices de documentos que compõem aquele acervo.

A Biblioteca Pública do Pará foi criada em 1839 no governo do presidente da província Bernardo de Souza Franco. A biblioteca beneficiou-se de coleções de livros pertencentes a diversas ordens religiosas e, principalmente, da doação de particulares. A consolidação da biblioteca como instrumento a serviço da educação e da cultura pública só se deu por volta de 1870, quando o progresso da província, estimulado pelo desenvolvimento da indústria extrativista da borracha, atraía para a Amazônia um número considerável de imigrantes e favorecia o crescimento da cidade e da região. Por essa época foi criado o Museu Paraense de História Natural e Etnografia pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna que passou a dirigi-lo e à biblioteca. Doações vultosas de particulares ampliaram seu acervo que, nos anos seguintes, tenderia a expandir-se rapidamente até o fim do Império (1889).

A seção de manuscritos, anexada à Biblioteca Pública do Pará, conservava um número avultado de documentos do período colonial. O balanço feito por Arthur Vianna no primeiro volume dos *Anais da Biblioteca do Pará*, em 1902, informava que, dos manuscritos, havia àquela data.

“1.280 volumes in-folios; organisaram-se e encademaram-se 163 volumes, deuse nova busca no archivo da Secretaria do Governo, conseguindo um accrescimo de 932 volumes, actualmente em encadernação. Deste modo a Secção apresenta hoje devidamente colleccionados e concatenados 129.600 manuscriptos, relativos ao largo periodo historico das primeiras tentativas de colonisação, na Amasonia, até 1840, anno em que o Pará logrou libertar-se das luctas partidarias, posteriores á reacção nativista de 1822. Este é o preciosissimo manancial que, avolumado por outras buscas nos archivos da capital e do interior do Estado, alimentará a publicação destes *Annaes*” (ABAPP, 1902:XXV).

No tomo 12 dos *Anais*, em 1981, é feito um catálogo dos manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. São relacionados aí 1.275 códices que englobam 3 milhões de documentos que se estendem de 1655 (Regimentos dos Senhores Gerais do Estado do Grão-Pará) aos primeiros anos do século atual (códice 1218: documentos sobre o município de Marzagão pelo Dr. Palma Muniz). A classificação da matéria inclui a correspondência de diversos com o governo da Província do Pará, a correspondência da metrópole com o governadores, do governo provincial com a Corte e outros documentos de natureza oficial. Especialmente importante é a documentação sobre as questões de limites na região amazônica e a farta informação sobre a grande rebelião popular da Cabanagem que atingiu toda a região entre 1835 e 1840, envolvendo de um lado as forças militares e a classe dominante da província e, de outro, a massa de índios, negros e mestiços que compunha a imensa maioria da população.

No catálogo geral sistemático da Seção de Manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público (época de 1681-1860), ao lado das informações dispersas sobre índios, incluídas na correspondência e atos oficiais, nas questões de limites, nas estatísticas de população, nos autos e devassas e nos atos dos comandantes militares da Amazônia, há duas categorias de índices que tratam, sistematicamente, de índios. São as seguintes:

Documentos sobre a Cabanagem (1835 a 1838):

- n. 1221 volume de 1835.
- n. 1222 volume de 1835 a 1836.
- n. 1223 volume de 1836.
- n. 1224 volume de 1836.
- n. 1225 volume de 1836.
- n. 1226 volume de 1836.
- n. 1227 volume de 1836.
- n. 1228 volume de 1836.
- n. 1229 volume de 1836 a 1839.
- n. 1230 volume de 1838.

Índios e Missões:

- n. 1231 volume de 1727 a 1732.
- n. 1232 volume de 1727 a 1732.
- n. 1233 volume de 1732.
- n. 1234 volume de 1732 a 1733.
- n. 1235 volume de 1732 a 1735.
- n. 1236 volume de 1736 a 1740.
- n. 1237 volume de 1739 a 1755.
- n. 1238 volume de 1743 a 1853.

Os naturalistas, etnólogos e historiadores que trabalharam na Amazônia desde 1870 beneficiaram-se muito da documentação existente no Arquivo Público do Pará. Entre esses devem ser citados, como tendo interesse especial sobre as populações indígenas, os estudos de Domingos Soares Ferreira Penna sobre as regiões ocidentais do Pará e sobre a Cabanagem, Domingos Antonio Raiol com a sua obra clássica *Os Motins Políticos do Pará*, Lucio de Azevedo em *Estudos de Historia Paraense* (1823) e os *Jesuítas no Grão-Pará* (1901), Jorge Hurley em seus livros sobre Cabanagem, o historiador da Amazônia Arthur Cezar Ferreira Reis em suas várias obras, especialmente *Historia do Amazonas* (1931) e *Lobo d'Almada, um Estadista Colonial* (1940), Artur Viana, Teodoro Braga e Ernesto Cruz, historiadores do Pará, e os antropólogos Curt Nimuendaju, Eduardo Galvão e outros pesquisadores do Museu Goeldi.

Os vários volumes citados dos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* a partir do volume 1 (1902) publicaram séries de documentos integrais de interesse para a história da Amazonia, a partir de 1616, ano da fundação de Belém do Pará. E deste ano o primeiro dos documentos publicados - "A Relação do que Há no Grande Rio de as Amazonas novamente Descoberto" - de André Pereira, um dos participantes da expedição. Segue-se um relatório do jesuíta Luiz Figueira sobre "Alguas Cousas tocantes ao Maranhão e Gran Pará", impresso em 1630. Os demais documentos são atos normativos legais e administrativos de natureza oficial entre a metrópole e o governo do Estado do Pará dos séculos XVII e XVIII. Nesses, como nos demais, há a presença contínua e substancial de informações de toda a sorte sobre índios. A título de exemplo são citados alguns documentos reproduzidos no referido volume, 1ª série (1616-1700):

- "Limita e marca de novo a jurisdição dos Ouvidores Geraes a respeito dos peões, homens livres, e não, como erradamente se praticava no Estado, tomando extensiva aquella jurisdição a crimes commetidos por homens nobres". Para comprehender melhor a distincção; a dos peões, ou dos mercadores mechanicos, operarios e trabalhaadores de qualquer especie; e a dos infames pela raça ou pelos crimes, ou christãos novos e degradados".
- "Determina ao Governador faça publicar, na forma da resolução de 19 de Abril de 1667, a lei relativa aos índios. Aos Officiaes da Camara do Pará se escreve censurando haverem feito junta com os Prelados dos conventos e Vigário Geral, sem ordem do Governo e annuencia do Capitão-Mór daquella Capitania".
- Carta explicativa da Provisão de 12 de Setembro de 1663 sobre a administração dos índios. Da Camara se transfere ao Bispo e Missionário que houve de ir ao resgate e descimento, a designação do cabo de escolta, proposto ao Governador, em tres nomes dos melhores sujeitos. A repartição

dos índios também conferida às Camaras, que elegeriam anualmente um repartidor, passa a ser dirigida pelo Bispo, Parocho e índio Maioral da Aldeia e Ministro de maior grau do lugar em que se fizer a repartição, interferindo nella o Governador”.

- Rectifica um engano de copia na Provisão de 4 de Dezembro de 1667, relativo ao Governo dos Índios: na repartição não terá intervenção nenhuma o Governador”.
- Reitera se observem as Provisões sobre os índios, pelo menos até que o Procurador dos Officiaes da Camara chegue à Côte e seja ouvido nas suas queixas. Adverte ao Bispo como se magoaram os moradores e os Padres da Companhia de Jesus da desigualdade com que se houve na repartição dos Índios. Que o bispo não perturbe os Jesuítas nas suas Missões”.

No mesmo volume publica-se a segunda série de documentos (1700-1727). Nos volumes seguintes foram transcritas coleções de documentos do século XVIII (1752-1757) e um conjunto de alvarás, cartas régias e decisões dos séculos XVII e XVIII.

De importância particular para o entendimento das condições de vida da população e do estado dos negócios públicos da região amazônica é a correspondência dos governadores do Pará com a metrópole publicada a partir do volume 2.

No volume 4 segue a publicação da correspondência dos governadores do Pará com a metrópole e dos alvarás, cartas régias e decisões. E publicado, no mesmo volume, um “Catálogo das plantas, mappas e desenhos manuscriptos existentes na primeira secção da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará”. Trata-se de material estatístico, cartográfico, iconográfico e de croquis arquitetônicos, de meados do século XVIII a começos do seguinte, de grande interesse para o estudo das populações indígenas da região. Entre os materiais descritos citam-se alguns:

- “Calculo geral dos índios e familias da Capitania de São José do Rio Negro. Lourenço Pereira da Costa. Barcellos, 7 de Julho de 1764”.
- “Mappa das almas novamente descidas para a Capitania do Rio Negro desde o primeiro de Julho de 1760, té o fim de Junho de 1770. Joaquim Tinoco Valente, governador de capitania. Barcellos, 24 de Julho de 1770”.
- “Mappa dos officiaes e índios desta villa de Oeyras. Manoel Pereyra de Faria. Oeira, 30 de Agosto de 1771”.

Nos volumes seguintes (v. 5 a 13, 1906/1983) continuou-se a publicação da correspondência oficial com a metrópole e os conjuntos de normas e disposições legais e administrativas dirigidas à colônia.

2 - Museu Paraense Emilio Goeldi

Fundado em 1866 pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna como Museu Paraense de História Natural e Etnografia, o atual Museu Paraense Emilio Goeldi é a mais antiga e prestigiosa entidade científica da Amazônia brasileira. Dotado de uma biblioteca muito rica em temas de sua especialidade (Etnologia indígena, Arqueologia, Zoologia, Botânica, Geologia e Ecologia) e de grandes coleções de cerâmica arqueológica, de artefatos indígenas e espécimes de História Natural, o Museu Goeldi, desde começos do presente século, tem acumulado informações de arquivos que interessam ao estudo das populações indígenas. Ao lado dos relatórios, textos manuscritos e trabalhos publicados por naturalistas e outros estudiosos da Amazônia, o Museu acumulou um substancial acervo de informações sobre populações indígenas, a exemplo da documentação coletada na Espanha pelo lingüística Rudolf Schuller.

O historiador José Honório Rodrigues informou, em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, a origem do engajamento de Rudolf Schuller, pesquisador do Museu Goeldi, no levantamento de fontes primárias para a história indígena da Amazônia em arquivos da Espanha:

“Deve-se também a Manuel Cicero (diretor da B.N.) uma das melhores iniciativas no campo da investigação histórica. Rodolfo R. Schuller, filólogo e americanista, propunha, aos 6 de Abril de 1911, proceder, por conta da Biblioteca Nacional, as investigações nas bibliotecas e arquivos da Europa, principalmente em Madrid e Sevilha, sobre o problema cartográfico e etnológico da Bacia do Amazonas, assim como reunir elementos para o estudo das línguas indígenas sul-americanas, tais como catecismos, gramáticas e vocabulários inéditos. Schuller era um americanista conhecido pelos seus vários trabalhos publicados em revistas científicas que atestavam seu preparo e competência.

Ele não era um investigador comum; era um homem altamente competente não só na exata colocação dos problemas sobre os quais desejava investigar, como treinado metodologicamente para tarefas de busca, colheita e reprodução legítima. No momento em que escrevia ao diretor da Biblioteca Nacional, oferecendo-se para tais exames, servia no Museu Goeldi do Pará, onde já lhe haviam confiado a missão de verificar a documentação das bibliotecas e arquivos da capital. Diante das deficiências bibliográficas e documentais que impediam o exato conhecimento dos problemas históricos, geográficos, cartográficos e lingüísticos da bacia amazônica, êle propõe ao Dr. Manuel Cicero, com a apoio de Jacques Huber, diretor do Museu Goeldi, realizar essa investigação na Espanha.

Do ponto de vista histórico, R. Schuller desejava estudar a época que vem do descobrimento da foz do Amazonas à fundação da cidade de Belém, o que só “poderia ser executado com fontes espanholas à vista, pelas razões que estão ao

alcance: o descobrimento e as viagens mais importantes posteriores àquele faustoso acontecimento foram feitas por espanhóis. E a fundação do Pará teve lugar quando o Brasil estava sob o domínio do Rei de Castilha”. Do ponto de vista da lingüística indígena, sua investigação tinha por fim a cópia de artes, vocabulários e catecismos da diversas línguas da América do Sul. Os documentos não deviam ser só copiados, mas estudados antes de sua publicação pelos Anais. Aos 2 de maio de 1911, Manuel Cicero oficiava ao Ministro, encaminhando sua proposta, convencido de que ela só poderia trazer vantagens para a Biblioteca Nacional, pelas incontestáveis qualidades do pesquisador.

Foi em julho que Schuller iniciou suas pesquisas, bastante dificultadas pelas deficiências dos serviços bibliotecários espanhóis. Começou pela Biblioteca Nacional, indo a seguir ao Arquivo Histórico, à Real Academia de la Historia, a São Isidoro e, finalmente, à Biblioteca do Rei. Mas logo se lembrou que o principal estava no Arquivo das índias de Sevilha, para onde havia sido levada a maior parte dos documentos referentes à história americana. Sua principal tarefa, a princípio foi a cópia de “El Paraíso en el Nuevo Mundo” de León Pinelo, espécie de comentário apologético e de história natural das índias Ocidentais, de interesse para o Norte, especialmente o Amazonas. O códice era da Biblioteca do Rei (...).

Aos 29 de Fevereiro de 1912, com o contrato renovado, Schuller comunica sua partida para Londres, onde participaria do Congresso Internacional dos Americanistas e faria investigações sobre o Brasil (...).

Na última carta recolhida à Biblioteca Nacional, de 3 de Setembro de 1913, fala Schuller rapidamente de suas pesquisas em Madrid, Sevilha e Londres e promete um “catálogo razonado dos materiais, colhidos”. Uma magnífica bibliografia etnológica americana, com 1.850 fichas manuscritas, correspondentes a 1.800 títulos bibliográficos, foi entregue à Biblioteca Nacional, em 31 de Janeiro de 1914 e suplementada em 30 de Maio deo mesmo ano com 870 fichas, correspondentes a 840 títulos” (Rodrigues, 1969:88-91).

Na qualidade de lingüista e etnohistoriador, Schuller publicou uma série de trabalhos de importância sobre os índios da Amazônia, principalmente brasileira, explorando vários aspectos de sua cultura, sua distribuição espacial e suas relações com a sociedade colonial. No *Boletim do Museu Goeldi*, v. 6 (1909), Schuller publicou um artigo sobre a couvade. Pouco depois publicava uma série de artigos em periódicos alemães sobre os índios Nambiquara e sobre os tapuia do Nordeste, um estudo comparativo sobre a mitologia Karib, Aruak e Quiché entre 1912-1920. Em 1921 publicaria um artigo no *American Anthropologist* sobre a posição lingüística e etnológica dos índios Nambiquara. Em 1923/24 publicava na *Anthropos*, em Viena, um artigo sobre totemismo entre os Timbira e vários outros trabalhos. De especial interesse para a Etnohistória é o texto que Schuller publica em 1915, nos *Anais da Biblioteca Nacional*

(v. 33), sobre uma relação em alemão de autor não revelado que narra a viagem ao Brasil por volta de 1514 - *A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newer Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provável*. Esse texto é especialmente importante pelas informações que presta sobre os grupos Tupi da costa. Entre outros aspectos, ele analisa a mitologia desses grupos e o messianismo que é característico dos Tupi em relação à Terra Sem Males.

Há outro artigo importante no *Journal de la Société des Americanistes*, v. 16 (1924) sobre a mais antiga ilustração conhecida sobre índios sul-americanos. Trata-se da gravura publicada em alemão, em cerca de 1505, que ilustra atos antropofágicos dos grupos Tupi da costa tais como são descritos por Américo Vesputio.

Entretanto, a grande contribuição de Schuller seria a das pesquisas que desenvolveu na Espanha e em outras áreas da Europa sobre as populações indígenas da Amazônia na época da conquista, com uma série grande de dados sobre a natureza, o caráter, as relações de aliança ou de conflito com os colonizadores, inclusive portugueses, mas também ingleses, holandeses, etc. É dessa série de documentos reunidos por Schuller que vamos passar a falar.

Da relação de documentos copiados por Schuller, consta, inicialmente, o texto do cronista León Pinelo, do século XVII, um cristão novo de origem portuguesa que viveu muitos anos em Lima e escreveu, entre outras obras, um grande tratado sobre *El Paraíso en America* e que na época em que Schuller fazia suas pesquisas, em 1911, era ainda inédito e só seria publicado no Peru na década de 1940. Há, evidentemente, nesse texto de Pinelo uma grande soma de informações de cronistas, viajantes e autoridades coloniais sobre o caráter e diversidade dos índios. No catálogo consta também um vocabulário Karib, uma memória sobre os povos Karib que se acham do outro lado do Orinoco, etc.

Especificamente sobre o Archivo General de índias de Sevilha, há uma grande cópia de informações colhidas por Schuller nos anos de 1911 e seguintes. Há, naturalmente, muita informação sobre a América espanhola, como a Colômbia nos seguintes exemplos: *Documentos sobre la guerra y pacificación de los Indios Paeces e Pijaos, con una descripción y mapa del territorio destas Naciones* (1608) e *Relación y discurso déla Guerra que Por especial çedula y horden de su magd cometida a Don Juan de Borja Presidente Govor y Cappan. General del Nuevo Reyno de Granada se haze contra los Indios Rebeldes de la Provincia de los Pijaos...* Sobre os índios da fronteira do rio Solimões, há copia de um *Informe del Padre Samuel Fritz acerca de lo rio Marañon e Amazonas* (1721).

Os documentos extratados, colhidos e copiados por Schuller incluem também muitos dados sobre a presença de ingleses, holandeses e irlandeses na Amazonia no começo do século XVII. A documentação sobre as expedições de Walter Raleigh, na Guiana e seus subordinados na Amazonia soma-se a uma relação de 1636 sobre os

intentos de Bernardo O'Brien del Carpio para a povoação do rio Amazonas. Trata-se da proposta de um nobre irlandês que chefiou um dos projetos de ocupação do baixo Amazonas nessa época.

Claro que a documentação e o interesse principal de Schuller se referia aos índios, à sua visão do mundo e às suas relações com os conquistadores. Para se ter uma idéia da importância desse acervo basta dizer que, dos 193 manuscritos ou grupos de documentos sobre o mesmo assunto, os índios comparecem de modo dominante ou exclusivo em 40 documentos.

O Museu Goeldi publicou, em 1987, o *Inventário Analítico do Fundo Rudolf Schuller*, onde há informação detalhada sobre esses documentos, índices remissivos, números de páginas, etc. Além da cópia desses documentos em arquivos principalmente espanhóis que foram remetidos à Biblioteca Nacional e, por cópia, ao Museu Goeldi, de onde, como se disse, Schuller era pesquisador, vários outros documentos relativos a índios foram copiados da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional e integrados ao acervo do Museu Goeldi. Entre esses citam-se, a título de exemplo, um documento de grande importância para conhecimento dos índios Mura: "Ilustração necessária e interessante relativa ao Gentio da Nação Mura". Esse documento, que se conservava inédito tanto no Museu Goeldi quanto na Biblioteca Nacional, foi publicado por mim em *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*.

Os documentos de Rudolf Schuller foram integrados ao Museu Goeldi no começo desse século, numa época em que o interesse exclusivo do Museu se voltava para as pesquisas de História Natural e de Etnografia. Não havia nenhum interesse mais consistente por temas históricos ou etnohistóricos, embora o fundador do Museu, Domingos Soares Ferreira Penna, tivesse dedicado boa parte de seu talento e de seu interesse ao estudo de questões históricas relativas à Amazônia, como a já mencionada rebelião popular da Cabanagem, o estudo sobre a formação histórica do baixo Amazonas ou da ilha de Marajó, etc. Só na década de 1980 foi possível, com base no acervo recolhido por Schuller e outros, estabelecer um projeto de arquivo permanente do Museu Paraense Emilio Goeldi que organizou e publicou o *Inventário Analítico do fundo Rudolf Schuller*, a que nos referimos.

Por volta de 1982-83 fui informado que o engenheiro João Martins da Silva Coutinho, que trabalhou na Amazônia na década de 1860-70 em projetos de expedições geográficas e levantamentos de cursos de água, etc., e em sua especialidade que era a de engenheiro ferroviário, deixara um grande acervo de documentos, em sua maior parte manuscritos. Em contato com descendentes de Silva Coutinho, pude recolher essa documentação e a transferei ao Museu Goeldi. Em 1984, o projeto do arquivo permanente do Museu Goeldi publicou o *Inventário Analítico do Arquivo de João Martins da Silva Coutinho* que contém uma grande quantidade de informações sobre índios, a exemplo dos seguintes:

- Rascunho de carta informando a necessidade de fundar destacamento ou colônia no lugar do Mambuahy, na margem esquerda do Tapajós, para garantir o comércio de Mato Grosso, cobrar o guaraná exportado de Maués e proteger a população indígena. Paricatuba, 16.07.1863.
- Carta de Manuel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas, encarregando o destinatário de compor a Comissão que fará exploração e reconhecimento do rio Purús e alguns de seus afluentes, além de verificar também a possibilidade de passagem para o rio Juruá. Palácio do Governo da Província do Amazonas, 13.02.1862.
- Carta de José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província do Pará, ao Capitão Hilário Pedro Gurjão, sobre a “perseguição de parte dos habitantes do Rio Branco” aos indígenas da colônia de Essequibo, com a finalidade de escravizá-los. Pede providências. Palácio do Governo da Província do Pará, 7.08.1833.
- Caderneta de campo, em forma de diário, contendo anotações sobre acidentes geográficos, relação de amostras geológicas do Rio Branco e vocabulário das tribos Saporá e Macuxi. 1869.
- Caderneta de campo, em forma de diário, contendo esboços de acidentes geográficos, vocabulário, desenhos e observações sobre índios, provavelmente escrita durante viagem ao Rio Madeira. 1864.
- Caderneta de campo, em forma de diário, contendo rascunhos de mapas com acidentes geográficos, vocabulário indígena e observações referentes ao Rio Madeira. 3.08.1864.
- Caderneta de campo, em forma de diário, contendo observações durante viagem ao Rio Madeira, contendo observações acerca dos índios da região, acidentes geográficos e esboços de mapas. Rio Madeira, junho a setembro de 1864.

Curt Nimuendaju (1883-1945), o maior dos etnólogos brasileiros, trabalhou incansavelmente na Amazônia desde o início da década de 1920 até sua morte, em 1945, entre os índios Tukuna. Nesse dilatado período esteve em contato permanente com o Museu Goeldi, especialmente nos 10 anos finais de sua vida. No Museu Goeldi elaborou sua alentada contribuição ao *Handbook of South American Indians* e pesquisou, organizou e desenhou, entre 1943-44, seu monumental *Mapa Etnohistórico do Brasil e Regiões Adjacentes*, acompanhado de lista de grupos indígenas históricos e atuais e a bibliografia a eles referente. O Mapa de Nimuendaju só seria publicado em 1981 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

AMAZONAS

1 - Arquivo Público do Amazonas

Como foi dito, a região que hoje integra o Estado do Amazonas, durante a vigência do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, constituía a capitania de São José do Rio Negro, subordinada àquele Estado. Com a extinção do Estado do Maranhão e a integração de seus territórios ao Brasil, em 1774, a capitania de São José do Rio Negro foi extinta. Após a independência do Brasil, em 1822, os territórios da Amazônia brasileira foram subordinados à Província do Pará. A região da antiga capitania de São José do Rio Negro passou a fazer parte da comarca do Alto Amazonas. Esta situação conservou-se até 1852, quando foi implantada a Província do Amazonas.

Para os propósitos deste trabalho, que se estendem até o final do século XIX, os arquivos e bibliotecas e fontes disponíveis sobre a província do Amazonas limitam-se às poucas décadas da segunda metade do século XIX. Os períodos anteriores integram-se à documentação geral do Pará, seja os manuscritos e textos publicados do Arquivo Público do Pará ou as fontes de origem estrangeira, particularmente de Portugal e Espanha, nos séculos anteriores.

O progresso material e cultural do Amazonas a partir de 1870, com o desenvolvimento da economia da borracha e que se estendeu até a segunda década do século XX, provocou um interesse maior pelas fontes da história da região. Exemplo disso é a publicação do *Archivo do Amazonas*, dirigido por Pedro de Figueiredo Tenreiro Aranha que, entre 1906 e 1907, publicou sete fascículos com um grande volume de informações extraídas do Arquivo do Pará e de fontes externas, de grande interesse para a história regional e, particularmente, para o conhecimento dos índios da região.

Na apresentação com que abre o 1º fascículo do volume 1 do *Arquivo do Amazonas*, Tenreiro Aranha define os propósitos dessa publicação:

“A situação do Amazonas, completamente descurada nas suas origens como tem sido nas dos rios, paranás e lagos da sua vasta e labyrintica rêde hydrographica, precisa ser elucidada, estudada e conscientemente escripta por abalisados e competentes investigadores de factos, que só devem estar patentes nos monumentos desenterrados do pó amontoado nas ruinas dos archivos públicos do Estado (...).

Do primeiro passo a esta conclusã se evidencia que da missão daquelles homens brasileiros na maioria e outros de diffêrentes nacionalidades, advieram consideraveis resultados attinentes aos seus almejados desejos, na realidade civilisadores; (...).

Reconstituirám linguas desconhecidas, barbaras, dos seus aborigenes, povoadores do sólo fértil da famosa Guyana que é formada pelo Atlántico, Orenoco, Negro, Amazonas e Japurá, retalhada por enormes massas de agua do Essequibo e Caroni, fora do territorio Brasileiro; e do Oyapock, Jary, Parú, Trombetas, Uatumá, Urubú, Negro, Branco, Caiari ou Uaupés, Tiquihé, Içana, Içá e do Apaporis e Tarahira, todos pertencentes a rêde hydrographica brasileira do Amazonas. Interpretaram documentos que encontraram nas escavações das ruínas dos archivos públicos da provincia (...).

A prova desse juizo sobre a maioria dos homens do Amazonas, a mais cabal, está na devastação que fizeram nos archivos públicos, dos quaes quasi todos os documentos preciosos tem se extraviado uma parte e a outra perdido-se no lixo, senão por perversidade, certamente por infidelidade ou desidia dos seus depositarios, salvando excepções honrosas.

Fóra dos archivos, não têm utilidade alguma esses documentos extraviados que se acham em poder de que delles, criminosamente, se apossou, tanto mais quanto, onde quer que sejam encontrados, são evidentes provas dos indicios do crime. Em vez de mais tarde serem jogados ao lixo pelos seus possuidores, melhor seria que os fizessem volver aoss seus proprios archivos para facilidade de quem quer que possa se lembrar, nestes tempos, de escrever, firmado em factos provados por documentos, a historia do Amazonas.

Alem da publicação dos documentos geographicos e historicos do Amazonas dará ingresso graciosamente em suas paginas a qualquer trabalho vindo acompanhado dos competentes documentos, referentes à historia patria, tradiçções, lendas, linguas, religiões, hábitos, costumes dos povos antigos e modernos do Amazonas, viagens, roteiros e estudos descriptivos dos rios, paranás, lagos, serras, campos, cidades, villas, povoações, sitios, missões, climatologia, botanica, antropologia, fauna, geographia e topographia do Pará, Matto-Grosso, Goyaz e Amazonas (Arquivo do Amazonas, 1906:1-5).

O *Arquivo do Amazonas* publicou, no fascículo 1, uma série de documentos de origem oficial referente à capitania do Rio Negro, entre 1768 e 1799. Nos fascículos seguintes divulga uma série de documentos importantes sobre os índios do Alto Rio Negro e do Rio Uaupés de meados do século XIX com informações sobre as missões dos padres carmelitas e sobre as diretorias de índios do Uaupés, além de muitas outras informações sobre 24 “nações de índios” do Uaupés missionados por Frei Gregorio Maria de Bene, da ordem dos capuchinos naquela região.

Nos fascículos seguintes continuou a publicação de documentos oficiais do século XVIII e de relatórios sobre as explorações e exploradores do Rio Içana, no Alto Rio Negro, com muitos dados sobre os índios dessa área em meados do século XIX.

2 - Historiadores do Amazonas

A partir de 1930 o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis dedicou-se à tarefa complexa e continuada de investigar as fontes da história econômica, política e social do Amazonas. Desse labor, que continua até o presente, resultaram obras importantes para o conhecimento da região e de seus habitantes, inclusive os índios. Essas obras são referidas na *Bibliografia Amazônica* editada pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Arthur Cezar foi, e continua a ser, o melhor conhecedor do Arquivo Público do Pará, dos arquivos e bibliotecas de Manaus e dos grandes acervos exteriores à região, localizados no Rio de Janeiro e em países estrangeiros.

Mais recentemente, a Universidade do Amazonas, através da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (CEDEAM), instalada em 1979, deu início a um profícuo trabalho de levantamento de fontes em arquivos brasileiros e estrangeiros relativos à região. O pesquisador João Renor Ferreira de Carvalho foi o principal responsável pela localização, reprodução e eventual publicação da documentação manuscrita localizada naqueles arquivos.

Graças ao apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, o pesquisador da CEDEAM esteve em Lisboa trabalhando em arquivos históricos nos anos de 1975-1978. O resultado dessas e de outras pesquisas em arquivos do exterior e do país, inclusive no Arquivo Público do Pará, resultaram na publicação do *Boletim de Pesquisa da CEDEAM* em dez fascículos e seis volumes, entre 1982-1987. Essa documentação, que se refere, prioritariamente, a índios tem extraordinária importância para o melhor conhecimento das populações indígenas da Amazônia dos séculos XVII ao atual. Indicam-se abaixo alguns textos mais relevantes da documentação recolhida pela CEDEAM em instituições portuguesas como o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca da Ajuda, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Biblioteca Pública Municipal do Porto:

- Certidão do Padre João Tavares sobre o ajuste de pazes com os Caicaíses e o que disse o principal Acuti, 1739.
- Requerimento do Padre José Lopes sobre uma setença ilegal que se deu contra os índios Maipenas, 1729.
- Conclusão de uma representação a El Rey sobre as aldeias dos índios e inconvenientes do governo das Câmaras (Padre Jacinto de Carvalho), 1737.
- Documentação inédita sobre os índios Manaos e sobre Ajuncaba, meados do século XVIII.
- A lei dos índios do Maranhão de 1680 e o Regimento das Missões de 1686.
- Um documento raro sobre os índios Macuxi do Alto Rio Branco e rio Maú, 1785 (código 222 do Arquivo Público do Pará).

- Ordem régia a João da Maia da Gama (governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará) em 1728 louvando-o pela guerra contra os índios do Rio Negro.
- Auto de devassa contra os índios Aroans da ilha de Marajó, 1723.

Nos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará* a CEDEAM publicou uma relação de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Pública Municipal do Porto e Biblioteca e Arquivo Público do Pará, dos séculos XVII e XVIII, onde há diversas informações sobre índios.

No tomo 13 (1983) da mesma publicação foi editado pela CEDEAM uma relação dos códices manuscritos referentes ao período colonial de interesse para a história do Amazonas.

A Comissão de Documentação e Estudos da Amazonia publicou, em 1983, um volume de 398 páginas, *Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Povoas, 1758-1761*. A correspondência desse governador, composta por 35 cartas, trata extensamente da situação indígena na capitania, como testemunha os seguintes exemplos:

- Comunicação a Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando a chacina praticada pelo Principal da Nação Maguez e sua gente contra Cunhamena João Portes Arzão, por este ter abandonado a sua filha para casar-se com a filha de um Principal de um a outra nação. Barcelos, 16.01.1760.
- Comunicação a Thomé Joaquim da Costa Corte Real informando o meio mais adequado para civilizar os índios e desenvolver a Capitania: o casamento dos soldados com as índias, a frequência dos índios às escolas, a introdução de plantações de algodão, mandioca, cacau, outras drogas do sertão, e mais todos os gêneros que a terra produzir. Informa ainda a criação das vilas de Moura e Thomar, as guerras feitas contra os índios e o seu desejo de criar as Vilas de São José do Javari, Olivença, Ega, Silves e Serpa. Barcelos, 21.12.1758.
- Comunicação a Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando os descimentos que fez para às Vilas de Olivença, Ega, Nogueira, Alvelos, Thomar e Carvoeiro. Barcelos, 20.01.1760.

Em 1986, a CEDEAM editou um volume de 169 páginas que, à semelhança do anterior, inclui o fac-simile dos manuscritos seguido de leitura paleográfica dos *Autos da Devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-1739)*. Trata-se de um inquérito oficial procedido entre administradores coloniais e representantes das diversas ordens religiosas que trabalhavam com os índios para decidir se deveria ser feita “guerra justa” contra aqueles índios. Trata-se de um conjunto de documentos da mais alta importância para o conhecimento da política indígena do período.

Recentemente, a CEDEAM foi incorporada ao Museu Amazônico de Manaus (Universidade do Amazonas), dirigido pela Profa. Edinéa Dias, onde seu acervo de documentos manuscritos e publicados se somou a outras coleções de informes sobre a Amazônia, que vem sendo trabalhado por seu corpo de historiadores e antropólogos.

MARANHÃO

O grande poeta romântico, historiador e indianista Antonio Gonçalves Dias foi comissionado pelo governo imperial em 1851 para fazer um levantamento sobre o estado da documentação histórica existente em bibliotecas e arquivos do Maranhão, Pará e outras províncias do nordeste do Brasil. Seu relatório da visita ao Maranhão foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 16 (1853). O quadro que Gonçalves Dias descreve em relação aos arquivos e bibliotecas do Maranhão, que ele já conhecia bem, por ser originário dessa província, é extraordinariamente depressivo.

Gonçalves Dias iniciou seu trabalho pelas bibliotecas dos conventos de ordens religiosas então existentes no Maranhão, Santo Antonio (franciscanos), Mercês, Carmo e Recolhimento. O retrato que faz Gonçalves Dias do convento de Santo Antonio serve para definir o lastimável estado de todos que foram, durante o período colonial, os grandes centros de atividade intelectual e de documentação sobre a vida da região:

“Quanto à parte literária, é o convento de Santo Antônio o que mais avulta, contendo uma biblioteca de quase 2.000 volumes; mas por negligência, acham-se muitos, quase todos, danificados a ponto de não poderem servir. Estão arrumados em sete ou oito estantes sem ordem algumas e colocados em uma sala incômoda para o estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira, sem um castiçal, entre lanternas de varões quebrados e paramentos de igreja, que já para nenhum uso prestam. (...)” (RIHGB, 1853:371).

Quanto aos jesuítas, que tiveram um papel de inegável supremacia nas decisões da política indigenista da colônia até sua expulsão, em 1759, nada foi encontrado pelo pesquisador. As grandes bibliotecas e arquivos dos jesuítas no Maranhão foram confiscados e dispersados pelas autoridades coloniais, nada restando deles no Maranhão, no Pará ou nas diversas capitânicas do Brasil. A história dos jesuítas foi escrita pelos cronistas da ordem e por historiadores, do século XVI ao atual, com recurso aos grandes acervos da ordem em Roma, parte do qual foi copiado e transferido a instituições brasileiras como a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

En relação às repartições públicas provinciais, Gonçalves Dias realizou pesquisas e coletou documentos no Arquivo Público, na Câmara Municipal de São Luis. Na Câmara Municipal o pesquisador recolheu e enviou ao Arquivo Nacional doze livros com registros de decisões da Câmara (1639-1809) e coleções de atos legais e administrativos como cartas régias e sentenças de 1648 a 1792.

Como diz o apresentador da reedição do relatório de Gonçalves Dias pela Fundação Cultural do Maranhão (1977):

“O lamentável de tudo isso porém é que esses preciosos livros nunca mais retomaram ao Maranhão e, com toda certeza, foram extraviados. Deles não há mais nenhuma memória, a não ser a referência feita por Gonçalves Dias no relatório que enviou ao ministro do império, então o Visconde de Monte Alegre.(...) A verdade é que os livros da Câmara Municipal não mais retomaram a S. Luis, o que é lamentável. Reta, contudo, a esperança de que estejam esquecidos em algum escaninho do opulento e hoje bem organizado Arquivo Nacional, dirigido com notável proficiência pelo Dr. Raul Lima. (...)”. (APM, 1977:6-8).

O surpreendente nesse quadro depressivo da destruição de arquivos e bibliotecas no Maranhão em meados do século XIX é que esta época foi de grande florescimento intelectual na vida da província. O mesmo Gonçalves Dias, em 1849, prefaciaria a segunda edição dos *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, do governador Bernardo Pereira Berredo, que exerceu esse cargo de 1718 a 1722 e que escreveu a crônica dos eventos históricos do Estado dos primeiros anos do século XVII até a época de seu governo. Este grande texto, com mais de 650 páginas, além dos anexos, teve reedição cuidada pela Tipografia Maranhense de São Luis em 1849. Em 1865, também em São Luis do Maranhão, foi editado, em quatro alentados volumes, as obras do historiador e indianista João Francisco de Lisboa, com uma enorme soma de documentos sobre a história do Maranhão, com muitas informações sobre índios, a que não faltam os ecos de uma acirrada polémica entre Lisboa, seus amigos (Gonçalves Dias e Antonio Henriques Leal) contra o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, notório por suas posições anti-indígenas. O já citado Antonio Henriques Leal, também no Maranhão, como Gonçalves Dias em Lisboa, e autor do prefácio às obras deste último, publicaria logo depois na Revista do Instituto Histórico os “Apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil”.

Outro intelectual e político maranhense de grande prestígio nacional nesse período foi Cândido Mendes de Almeida que publicou, entre 1860 e 1874, os dois volumes das *Memórias para o Extinto Estado do Maranhão*, que inclui a *Historia da Companhia de Jesus* do padre José de Moraes, do século XVIII, e uma grande quantidade de relatos e crônicas no período colonial, muitos deles sobre índio. A obra de Cândido Mendes de Almeida, com informações dos séculos XVII e XVIII, anteci-

pava e dava maior consistência à coleção de documentos sobre a “Conquista da Costa Leste-Oeste”, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* (v. 26, 1905), a instâncias de Capistrano de Abreu, com os primeiros relatos da ocupação do Maranhão e foz do Amazonas em 1614-1616. Todos os textos citados estão repletos de informações sobre os diversos grupos indígenas da região e sobre a política desenvolvida a respeito deles pelos conquistadores europeus.

Os mesmos *Anais da Biblioteca Nacional* publicaram, nos volumes 66 e 67 (1948), o chamado “Livro Grosso de Maranhão”. Trata-se de um códice conservado na Biblioteca de Évora, Portugal, com o título ‘Cartas e Ordens Régias, Alvarás, Provisões, etc. de 1647 a 1745’, com 449 páginas, sobre o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os documentos foram transcritos na íntegra e são de grande importância para o conhecimento da política oficial em relação ao Maranhão e à Amazônia e refere-se, em sua quase totalidade, à política colonial sobre os índios. Na introdução que preparou para esse texto, o historiador Arthur Cesar Ferreira Reis avalia sua importância para melhor conhecimento do processo colonial nessa região:

“A questão da liberdade e da utilização do indígena maranhense e amazônico, que deu uma cor particular à paisagem regional, encontra, nas páginas a seguir, material excelente que precisava ser divulgado para o esclarecimento definitivo do que foi a política executada a respeito do assunto, política flutuante, que revelou a marcha do pensamento oficial nem sempre retilíneo. Assinalemos, por fim, que as Provisões que compõem este volume dos “Anais da Biblioteca Nacional”, interessam a história dos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará e territórios do Rio Branco e Amapá. Referem-se ao estanco, aos salários de índios, à vida das edilidades, à maneira por que os governadores devia atuar, às atividades das ordens religiosas, em especial à Companhia de Jesus, aos dízimos, à cultura das baunilhas e cacau, à extração do sal, à exploração de rios, à defesa do território em face de ambições estrangeiras, à atuação dos bispos, à coleta da especiaria, ao contato entre religiosos, colonos e gentios, à construção de fortificações, à fundação de núcleos urbanos, aos incentivos à lavoura, às condições de vida dos colonos, à descoberta de novas utilidades vegetais, ao preparo do anil, às guerras contra o gentio de corso ou aliado ao estrangeiro, aos resgates de escravos, registro fiscal da produção colhida na hinterlândia, época de colheita das chamadas “drogas do sertão”, ereção de conventos, preço de escravos, pesqueiros, repartição de índios, montagem de engenhos, presença de bandeirantes paulistas, introdução de escravos negros, caminho entre o Estado do Maranhão e do Brasil, sesmarias, vigários, epidemias, presença de franceses, espanhóis, holandeses, aula de fortificação, incidentes com missionários e colonos, advertências a religiosos, devassas judiciárias e administrativas, igrejas, donatários, tropas de resgates, fabricação de panos de algodão/omento à lavoura, guerra ao chefe indígena Ajuricaba, uso da língua portuguesa, casamento entre índios, transferência de aldeias, isenção de impostos para a canela e o café, postos de fiscalização, vigias, missionários estrangeiros, Junta de Missões, obras públicas, visitas pastorais, desenvoltura da Câmara de Belém quando realizava juntas e deliberava sem dar contas ao governador,

pasquins que circulavam em São Luis, em 1687, concitando os colonos à expulsão dos jesuítas”. (ABN, 1948:14-15).

Para avaliar a significado do “Livro Grosso do Maranhão” para conhecimento dos índios dessas regiões no período considerado, foram selecionados, arbitrariamente, três documentos do códice, cuja súmula vai abaixo transcrita:

- Livro Primeiro, provizões anno de 1647: Ley por que S. Magte, mandou que os índios do Maranhão sejam livres, e que não haja administradores nem administração nelles, antes possam livremente servir e trabalhar com quem lhes bem estiver e melhor lhes pagar seu trabalho.
- Para o Governador Geral do Maranhão, outubro de 1699: Sobre os autos de devassa que remeteu a respeito da mortandade, roubos que fizerão os [índios] Tapuyas inimigos.
- Anno de 1728, para o Governador do Maranhão: Louvace-lhe a guerra que fez os Indios Macearús, e Mayapinas esse lhe ordena a continue para desemperdir a passagem das Caxoeiras.

CEARÁ

A história (portuguesa) do Ceará começa em 1603 com a expedição malograda de Pero Coelho de Souza, cunhado do donatário da Paraíba, que dispôs-se a reconhecer o território, estabelecer pontos iniciais de fixação e combater os franceses e seus aliados indígenas. Pero Coelho recebeu do governador geral a patente de capitão-mor da conquista. Fazia-se acompanhar pelo jovem Martim Soares Moreno, ainda adolescente, que se notabilizaria nas campanhas futuras do estabelecimento português na costa leste-oeste e as complexas e íntimas relações que estabeleceu com os índios da região. A contínua hostilidade dos vários grupos indígenas da Serra do Ibiapaba e de seus aliados franceses e a falta de recursos prometidos pelo governador-geral fez fracassar a expedição que retornou a pé com muitas perdas de vidas até o Rio Grande do Norte. Em 1607, a missão jesuítica dirigida pelos padres Francisco Pinto e Luis Figueira, encontrou os mesmos obstáculos, com a morte do primeiro missionário e o recuo do sobrevivente.

A conquista do Ceará pelos portugueses se fez sob a direção de Martim Soares Moreno em 1611-1612. De grande determinação e rusticidade, falando a língua dos índios e vivendo como eles, Martim Soares Moreno pôde neutralizar o domínio difuso dos franceses sobre os grupos indígenas do litoral e fundou, no território cearense, alguns fortins e outros núcleos de ocupação. Em 1614 os franceses, sob direção de La Ravardiere, deram início à colonização do Maranhão com a fundação de São Luis e o desembarque de tropas e colonos. Martim Soares Moreno participou da reconquista

do Maranhão na campanha de 1614-1615. Em 1619, Martim Soares Moreno foi nomeado capitão-mor do Ceará, integrado ao Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1624. Esta situação perdurou até 1656, quando o Ceará foi separado do Maranhão, passando a subordinar-se à capitania geral de Pernambuco, no Estado do Brasil.

A grande fonte para a história do Ceará no períodos colonial e imperial (séculos XVII-XIX) é a *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, que começou a editar-se em 1887 e prossegue até o presente. Nessa revista, há uma enorme quantidade de informações consistentes sobre colonização e populações indígenas. O núcleo mais importante da documentação recolhida e publicada em grande parte naquele periódico é a chamada Coleção Studart, coligida na Europa pelo Barão de Studart e publicada em vários números da revista. São indicados, a seguir, os conjuntos de documentos que compõem a Coleção Stuart com a indicação dos volumes em que foram publicados:

1. Documentos para a história de Martim Soares Moreno coligidos e publicados pelo Barão de Studart, tomo XIX, 1905, pp. 1-116. Essa documentação se refere à história da conquista do Ceará e do Maranhão entre 1612 y 1648. De particular interesse é a *Relação do Maranhão (1618)*.
2. Documentos para a história do Brasil, especialmente a do Ceará. 1º conjunto, tomo XXIV, 1910, pp. 215-399. Compõe-se de 73 documentos, a maioria inédita, dos intentos do estabelecimento dos jesuítas no Maranhão em 1607 até as lutas contra os holandeses em 1648.
3. Documentos para a história do Brasil, especialmente a do Ceará, 2º conjunto, tomo XXXIV, 1910, pp. 231-330. Da expedição do capitão-mor Pero Coelho de Souza, em 1602-1603, ao envio de tropas de Pernambuco contra os índios tapuias em 1659.
4. Documentos para a história do Brasil, especialmente a do Ceará. 3º conjunto, tomo XXXV, 1921, pp. 3-140. De 1626 a 1682, com muitos dados sobre índios do interior do Ceará, como os Paiaçus, e as lutas dos mercenários de São Paulo (mamelucos) contra os índios e negros rebelados.
5. Documentos para a história do Brasil, especialmente a do Ceará. 4º conjunto, tomo XXXVI, 1922, pp. 97-230. Contém 82 documentos, principalmente referentes à conversão e redução dos índios, às guerras contra os holandeses, às entradas e conquistas do interior, aos governos do Ceará e Maranhão, às missões na Serra do Ibiapaba e à luta contra os negros de Palmares (1683-1693).
6. Documentos para a história do Brasil, especialmente a do Ceará. 5º conjunto, tomo XXXVII, 1923, pp. 20-145. Inclui 98 novos documentos, especialmente sobre o governo do Ceará, as reduções e missões com índios, lutas indígenas e guerra contra os negros de Palmares (1690-1699).
7. Documentos relativos ao mestre de campo Moraes Navarro, tomo XXXI, 1917, pp. 161-223. Publica 30 documentos sobre Manoel Alvares Moraes Navarro,

mameluco de São Paulo, que comandou, como mestre de campo, uma tropa daquela origem na luta contra os índios do Ceará em fins do século XVII e os primeiros anos do século XVIII. A Revista do Instituto do Ceará, além dos dados reunidos sobre índios na Coleção Studart, publicou muitas outras informações sobre populações indígenas da região em diversos volumes.

PERNAMBUCO

Pernambuco foi uma das capitanias do Brasil, dos primeiros tempos da colonização, que, a despeito da hostilidade das populações indígenas e dos contínuos ataques de franceses, no século XVI, e dos holandeses que ocuparam toda a capitania e a região no século XVII, tiveram progresso rápido e acentuado com a economia de cana-de-açúcar. Os primeiros intentos de ocupação definitiva do seu território datam da terceira década do século XVI. Por volta de meados do século, Pernambuco já era um dos pólos de desenvolvimento da colônia. A grande importação de escravos negros, necessários à economia do açúcar, aumentou rapidamente a população. Além da mão-de-obra negra escrava e dos colonos portugueses, uma população minguante e inestável de índios aldeados, principalmente por jesuítas, constituiu uma reserva de força-de-trabalho, além de matriz indispensável de mulheres para reprodução biológica da população.

Em meados do século XVI, o naufrágio e morte dos tripulantes e passageiros de um navio que levava o primeiro bispo do Brasil e que teria resultado na morte deste e de seus acompanhantes sacrificados em ritual antropofágico pelos índios Caeté determinou uma guerra geral de extermínio contra as populações indígenas de toda a região. Os índios sobreviventes estreitaram suas alianças com os franceses e, no século seguinte, adotariam igual política com os holandeses. Os registros históricos e as crônicas da época estão repletas de testemunhos sobre estes pactos em Pernambuco e nas capitanias dependentes de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Pedro Souto Maior, em “Fastos Pernambucanos” (RIHGB, 75, 1913), transcreve uma série de cartas de índios Potiguara, como Antonio Paraopaba e Pedro Poti, aliados dos holandeses, a seus parentes que continuavam sob o domínio português.

Depois da expulsão dos holandeses em meados do século XVII, a prosperidade material e intelectual de Pernambuco prosseguiu mantendo-se nos séculos XVIII e XIX como um dos setores de maior desenvolvimento do país.

A partir de 1863, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano começou a editar sua revista, à semelhança do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como declaram seus estatutos, era objetivo do Instituto “coligir, verificar e publicar documentos, monumentos e tradições históricas que lhe fôr possível obter, ou de que tiver notícia, pertencentes à história das provincias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época de seu descobrimento até os nossos dias”. Grandes pesquisadores e historiadores, como Alfredo de Carvalho, Oliveira Lima, José Higinio Duarte Pereira, Pe-

reira da Costa e, mais recentemente, Mario Melo e José Antonio Gonçalves de Melo Neto, dedicaram-se a investigar e a publicar documentos de arquivos nacionais e estrangeiros sobre a história social, económica e política dos povos de Pernambuco e de toda a região. Um índice anotado da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, publicado por José Honório Rodrigues em um alentado volume de 555 páginas, em 1961, dá uma idéia detalhada do resultado desse esforço. Seria, naturalmente, excessiva e inadequada a tarefa de transcrever aqui toda a sorte de informações dispersas nos vários volumes da revista que contivessem alguma informação sobre índios, a exemplo dos textos sobre colonização, guerras de conquista contra invasores estrangeiros e seus aliados, epidemias, missões religiosas, processos das visitas do Santo Ofício (Inquisição) etc. São transcritos adiante, simplesmente, dados relativos a contribuições que tratam, exclusivamente, da etnografia dos índios de Pernambuco e região:

- ARAUJO, J.A. Correia de, “Etnografia. Tribos que habitavam Pernambuco na época do descobrimento. Sua organização social, seus usos e costumes. Estado Atual”. XXIV, ns. 115-118, pp.149-188.
- “Carta régia de 14 de maio de 1633 a Matias de Albuquerque sobre os índios”. VI, n. 42, pp. 310-311.
- Carvalho, Alfredo de, “Um intérprete dos tapuios, 1637-1647”. XIV, n. 78, pp. 657-667.
- “A magia sexual no Brasil”. XXI, ns. 103-106, pp. 406-422.
- “Do resguardo do matador entre os tupis”. XII, n.65, pp. 112-120.
- “A saudação lacrimosa dos índios”. XI, n. 64, pp. 755-765. Ilust.
- CASCUDO, Luís da Câmara, “Anhangá, mito de confusão verbal”. XXXII, ns.151-154, pp. 75-80.
- “Catacumbas no Brasil”. XXVII, ns. 127-130, pp. 69-70.
- “O cemitério indígena da Serra das Russas”. XXXVIII, n. 262-264.
- FONSECA, Antonio José Vitoriano Borges da, “Carta do Ceará a respeito dos índios. Datada de 8-3-1768”. XLIII, n. 199-200.
- ENRENREICH, Paul, “Sobre alguns antigos retratos de índios sul-americanos. Traduzido do alemão por M. de Oliveira Lima”. XII, n. 65, pp. 18-46. 10 ilus. Fora do texto.
- FRIEDERICI, Georg, “A eficácia do arco dos índios”. XII, n. 69, pp. 477-494.
- HERCKMAN, Elias, “Descrição geral da capitania da Paraíba”. V, n. 31, pp. 239-288.
- MELO, Mario, “Adornos indígenas”. XXXIII, ns. 155-158, pp. 48-50.
- “Etnografia pernambucana. Os Xucurus de Ararobá”. XXXHI, ns. 155-158, pp. 43-45.
- “Os camijós de Aguas Belas”. XXIX, ns. 135-142, pp. 179-227.
- MORALES DE LOS RIOS, Adolfo, “O mito do Sumé. Homenagem a Oliveira Lima”. XXII, ns. 107-110, pp. 144-172.

- OLIVEIRA, Carlos Estevão de, “O ossuário da “Gruta-do-Padre”, em Itaparica, e algumas notícias sôbre remanescentes indígenas do Nordeste”. XXXVIII, n. 145-175.
- ROESE, Pedro, “A religião dos índios e dos negros de Pernambuco”. XXIV, ns. 115-118, pp. 189-209.
- SAMPAIO, Teodoro, “As etimologias indígenas de Elias Herckman”. XI, n. 60, pp. 30-36.
- SOUTO MAIOR, Pedro, “Uma assembléia de índios em Pernambuco de 1645. Documento inédito”. XV, n. 79, pp. 61-77.
- TORRES, Heloisa Alberto, “Cerâmica de Marajó”. XXXIII, ns. 155-158, pp. 153-160.

BAHIA

A Bahia, após os primeiros conflitos da conquista, nos primeiros anos do século XVI, quando, à semelhança de outros núcleos dos portugueses na costa nortesul, a colonização tendia a frustrar-se pela resistência dos grupos indígenas do litoral, transformou-se, a partir de 1549, na sede do primeiro governo geral do Brasil. Essa condição seria mantida até 1763, quando o governo transferiu-se para o Rio de Janeiro. Para a capital do governo geral foram construídos, naquele mesmo ano, os fundamentos da cidade de São Salvador, na baía do mesmo nome.

A história e a crônica da Bahia, como sede da administração portuguesa no Brasil, estão registradas numa grande cópia de livros, relatórios, cartas e informes oficiais ou de particulares, desde os primeiros momentos da conquista. Assim, os relatos dos primeiros navegadores, a partir da viagem inaugural de Pedro Álvares Cabral em 1500, privilegiam a região da Bahia e seus habitantes indígenas, entre os quais encontraram abrigo e, eventualmente, a morte, os primeiros colonos europeus, portugueses e franceses. Exemplo dessa larga documentação é o roteiro da expedição de reconhecimento geral da costa, *Diário da Navegação da armada que foi à Terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Souza* (1927), feito por Martim Afonso de Souza em 1530-1532 e escrito por seu irmão, Pero Lopes de Souza, incansável perseguidor de franceses e índios coligados. O primeiro documento produzido pelos portugueses com dados concretos sobre o Brasil trata largamente dos índios do litoral da Bahia. Refiro-me à carta do escrivão da expedição de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, que a escreveu e datou do litoral sul da Bahia em 1 de maio de 1500. Uma infinidade de outros documentos enchem as crônicas do primeiro século sobre a natureza, os costumes e o ânimo dos índios da Bahia. Mencione-se apenas, para caracterizar cada século da história da Bahia, os seguintes, que têm importância invulgar para o conhecimento dos índios nas diversas épocas.

Gabriel Soares de Souza, principal cronista do século XVI, era natural de Portugal e chegou ao Brasil em 1569. Teve terras e dedicou-se à lavoura e produção de açúcar nos arredores de Salvador, onde se tornou rico e poderoso, com fazendas, escravos negros e índios, terrenos e casas em Salvador e muitos outros bens. Escreveu o livro *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, sua principal obra. Por essa época, esteve em Portugal, onde, atraído pelos indícios de ouro na região do rio São Francisco (na Bahia), obteve da corte grandes concessões, no caso de sucesso dessa exploração, como ser nomeado capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do rio São Francisco, de administrar todos os negócios da Justiça e Fazenda, conceder privilégios aos que o acompanhassem, libertar todos os prisioneiros que os quisessem acompanhar e, finalmente, incorporar à expedição 200 índios das aldeias (jesuíticas) na Bahia. Gabriel Soares de Souza partiu de Lisboa em abril de 1591 com 360 homens e 4 frades carmelitas. Chegado à Bahia, dirigiu-se quase imediatamente ao interior do rio São Francisco, onde faleceu em poucos dias, malogrando a expedição. Gabriel Soares foi um feroz inimigo dos índios e adversário rancoroso dos jesuítas, que acusava de protegê-los e contra os quais escreveu os “Capítulos que Gabriel Soares de Souza deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil” publicados em *Anais da Biblioteca Nacional* (v. 62, 1942. pp. 347-381). A primeira edição integral do *Tratado Descritivo* de Gabriel Soares foi feita pela Academia de Ciências de Lisboa em 1825 repleta de erros e incorreções. Em 1851, Vamhagen reeditou o *Tratado* com correções e notas de sua autoria. Esta parece ser a melhor edição. A despeito da atitude francamente anti-índigena de Gabriel Soares de Souza, o *Tratado Descritivo* dedica capítulos inteiros ao estudo dos vários grupos indígenas da região, em texto de louvável objetividade e grande conteúdo de informações. Frei Vicente de Salvador era natural da Bahia, onde nasceu por volta de 1564 com o nome de Vicente Rodrigues Palha. Estudante da Universidade de Coimbra, entrou na ordem dos franciscanos em fins do século XVI. Mandado para Pernambuco, trabalhou em missões de índios da Paraíba. Em 1614 era custódio da ordem na Bahia. Em 1619-1620 estava em Portugal. De volta ao Brasil, foi preso pelos holandeses que atacavam a Bahia em 1624. Em 1627, concluía sua *História do Brasil*, dedicada ao erudito historiador português Manuel Severim de Faria, irmão do Frei Cristovão de Lisboa, participante da conquista do Maranhão. Segundo José Honório Rodrigues:

“(...) a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador é um dos livros mais saborosos do Brasil seiscentista pela simplicidade do estilo, natural, sem artifícios, pela ingenuidade da narrativa, entremeada de estórias populares e ditos pitorescos (...). Compreende a História de São Vicente do Maranhão, mas são, especialmente, a Bahia e Pernambuco os centros da narração, pois neles se produziu a História. O cenário principal é um pequeno trecho do Brasil atual e a história a dos governadores e sua ação contada em ordem cronológica. Desde o princípio até 1627, o tema constante é a luta contra os indígenas, tabajaras, potiguara, aimorés, tamoios, caetés, mais ou menos revoltados contra a espoliação que sofriam e os maus tratos que recebiam” (Rodrigues, 1979, pp. 490-491).

A primeira publicação integral da História do Brasil de Frei Vicente foi feita nos *Anais da Biblioteca Nacional* (v. 13, 1988), com um estudo inicial e notas do historiador Capistrano de Abreu. Há várias edições posteriores.

Sebastião da Rocha Pitta nasceu e morreu na cidade de Salvador (1660-1739). Foi aluno do colégio dos jesuítas na Bahia, coronel de ordenanças, fidalgo da Casa Real, acadêmico da Academia Real de História Portuguesa de Lisboa e da Academia dos Esquecidos da Bahia. Era um homem dotado de fortuna pessoal e de estreitas relações com o poder. Apesar de nativo da colônia, e ao contrário de seu patrício Frei Vicente de Salvador, Rocha Pitta era um homem que cultivava e submetia-se ao domínio da metrópole. Prova disso é o título de sua obra *História da América Portuguesa* e o fato de que tivesse sido editada pressurosamente pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1730. A crítica de José Honório Rodrigues é definitiva:

“A superioridade que revela diante do vulgo e da plebe, do povo miúdo, é uma mostra de seu livro, que é também antigentio, discriminatório, preconceituoso. Mas mesmo escrevendo a mais lusitana história do Brasil colonial ele não nega a crueza do processo histórico. Escreve que aos portugueses custou mais que aos castelhanos as conquistas, porque ‘acharam tão cruel resistência e tão áspera porfia que derramaram muito sangue e perderam muitas vidas para os (índios) sujeitar, ou fazer retirar para o interior dos sertões’ (...).

Seu livro raramente ultrapassa, apesar do requinte da língua, os limites de um compêndio que junta o que pode para dar uma noção de tudo. São quatorze províncias; eram oito donatarias e seis reais, e em sua época onze de S.M. e três particulares. Havia doze cidades, sessenta vilas, muitos lugares e povoações, quatro Bispados e um Acerbispado. Havia já aulas de humanidades, filosofia, teologia, e muitos naturais do Brasil têm saído a ocuparem cadeiras na Universidade de Coimbra.

‘Hai mui claras familias de conhecida nobreza’ e ele destaca os grandes do Brasil que ocupam no Reino e no Império posições de relevo no governo, nas profissões liberais e nas letras.

Resume os direitos reais, mas como defende sempre o governo e nunca o censura e é um baiano inteiramente alienado, servindo e servil a Portugal, escreve que do considerável número de milhões que importam à Fazenda Real ‘grande parte se dispense na nossa própria Região em soldos e ordenados, cômguas, aposentadorias, mercês ordinárias, missões, ajudas de custo, esmolas, náus de guarda-costa e fortificações; luzindo em tudo a majestade, grandeza e liberalidade do nosso augusto Monarcha’...

Muitas vezes a história de Portugal substitui a da América Portuguesa, já em si tão sumariada e tão submetida. É assim um livro de um grande cortesão, que inicia uma escola que tem seus mestres e discípulos ainda hoje, dominando instituições

e universidades. A crítica é só a possível, por exemplo, ao domínio espanhol ou à conquista holandesa do nordeste brasileiro, ou então, tal como Vieira, segundo a doutrina providencialista, declara que Deus castiga, mas interroga por que castiga portugueses, sempre tão fiéis (...).

Ele é antiíndio, antinegro, pró-escravidão, antijudeu, antipaulista, antiBrasil, pró-Portugal. É um colonialista emperdenido de tal forma que, no Brasil, só alguns baianos, maranhenses e paraenses conseguiram ser, despojando-se da essência do caráter nacional. Os ataques holandeses não são contra os brasileiros, mas contra os portugueses, tal como sua América é portuguesa e não brasileira. É dos primeiros cronistas a descrever a conquista do Piauí, com o destaque natural pela imensidade de suas terras para a criação do gado e não dirime a questão da prioridade entre Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho.

As guerras contra os índios, os cariris e outros são defendidas e louvadas, embora reconheça que afora a guerra que ensanguentava o solo, morriam os índios devido à repugnância ao cativo, e à melancolia que abatia muitos.

Mas apesar de ser formal e oficioso, ele não oculta aspectos sociais como as grandes fomes, as pestes, as secas, nem esconde as guerras dos Paalmes, dos Emboabas, dos Mascates, do Maneta na Bahia, nem a revolta em Minas de 1720. Não há uma palavra de simpatia pelos movimentos populares, e sempre a condenação é rigorosa...” (Rodrigues, 1979, pp. 496-499).

Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva nasceu em 1808 em Coimbra, Portugal, vindo, ainda criança, para o Pará em companhia do pai, nomeado juiz de Marajó. Sua história de vida é a antítese da existência submissa de Rocha Pitta ao colonialismo português. Como diz Hipólito Cassiano de Miranda, na notícia biográfica que antecede a edição das *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, Accioli:

“Tomou parte nos movimentos políticos havidos na provincia (hoje Estado) do Pará em 1821, sendo elle e seo pae dois dos 277 cidadãos que a 14 de Abril de 1823 proclamaram ahi a Independencia, por cujo crime soffrerão indiziveis trabalhos e perseguições do prepotente Governador das armas, brigadeiro José Maria de Moura, ‘despota terrivel e ante o qual, se póde sem erro afirmar, ser o general Madeira um homem de virtudes’, sendo juntamente com aquelles remetido preso para Lisboa, donde elle e seo pae voltarão em 1824 para Pernambuco e dahi ao Pará, onde já se achavão a 17 de Maio deste ultimo anno, sendo ambos mais felizes do que 77 dos seus companheiros de exilio, 14 dos quaes, durante a viagem, morrerão á fome, sêde e miseria e 63 depois de chegarem á Lisboa.

A sua estada por espaço de 13 annos nessa ex-provincia foi em grande parte absorvida em colher informações e colligir documentos para escrever a *Corographia Paraense*, obra esta ‘de grande merecimento, considerado o tempo em que elle a

escreo, e o horizonte acanhado dos conhecimentos que então havia do Gram-Pará, que compreendia a Província do Amazonas’, em cujo trabalho foi auxiliado pelo Arcypreste João Baptista Gonçalves Campos...” (Silva, 1919, p. VIII).

A *Corographia Paraense* ou *Descrição Física, Historica e Politica do Gram-Pará*, publicada na Bahia em 1833, antecede o ensaio corográfico de Baena, que é de 1839, e fornece dados de grande utilidade sobre o estágio de desenvolvimento da província nessa época, com muitas informações sobre a população regional e os índios do Pará. Accioli escreveria também um texto histórico sobre os grupos indígenas da Bahia na época do descobrimento “Memoria ou dissertação, histórica, ethnographica e política” (RIHGB, 12, 1874, pp. 143-257).

A grande obra de Ignacio Accioli - *Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia* - editadas em 5 volumes, em Salvador, entre 1835 e 1843, foi reeditada em 6 volumes com anotações de Brás do Amaral entre 1919 e 1940 pela Imprensa Oficial da Bahia. Trata-se de uma monumental tentativa de expor, cronologicamente, a historia da Bahia desde o início da colonização, em 1500, até a data da elaboração do livro. O importante desse esforço é a soma de documentos reunidos sobre cada período ou tema tratado, ampliados pelos comentários, documentos adicionais e notas eruditas do anotador Brás do Amaral. Os diversos volumes têm farta documentação sobre os vários grupos indígenas da Bahia do período colonial e do início do século XIX. Como exemplo basta citar as guerras que o 4º Vice-Rei do Brasil, conde de Sabugosa, que “mandou fazer diversas entradas contra os índios bárbaros que assaltavam algumas povoações” no interior da capitania, em 1730. Em nota adicional, ocorre uma ordem régia de 1728 determinando ao governador que “procurasse por todos os meyo extinguir aquelle Gentio (...)”.

Documentos desse tipo ocorrem a cada momento nos vários volumes da obra, sempre acompanhados de atos oficiais ou relatórios que comprovem a afirmativa do texto. A obra de Ignacio Accioli tem importância permanente para a reavaliação das vicissitudes históricas sofridas pelos índios da Bahia.

A partir do volume 31 dos *Anais da Biblioteca Nacional* (1913), foi publicado o “Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar”, organizado por Eduardo de Castro e Almeida. A publicação estendeu-se pelos volumes 32, 34, 36, 37, 46, 50 e 71 que inclui, ao final, um índice geral.

No volume 31 são listados, extratados e, eventualmente, publicados na íntegra ou em parte os documentos mais importantes de 1613 a 1762 relativos à Bahia. Há, naturalmente, nessa grande relação muitas referências sobre índios, missões, colonização, conflitos e outros eventos com eles relacionados. O índice remissivo, que não privilegia os assuntos relativos aos índios, cita, não obstante, alguns grupos em particular como os Anaxós, Cariris, Grem, Menhans, Mungurús, Porurunché. Além dos atos administrativos e legais relativos ao governo da capitania, a documentação inclui a descrição dos vários povoados e vilas, os caminhos, meios de transporte e população das várias regiões nas

quais se incluem os índios. Assim, na “Relação das Povoações, Logares, Rios e distancia, que ha entre elles, na Freguezia da Invengão de Santa Cruz da Villa dos Ilhéos, pelo Vigario Luiz Soares de Araujo” são mencionadas as aldeias dos Socós e aldeia de N.S^a. da Escada dos padres jesuítas “com declaração que da dita Aldeya caminhando para Una não há morador por ser uma parte desserta e costumam andar também por ella os gentio chamado Pataxós...”. No documento seguinte, de 1726, “Descripção da Freguezia de S. Boaventura de Poxim, no Arcebisnado da Bahia, pelo respectivo Vigario Roberto de Brito Gramacho”, se diz que a região é muito rica em matas e madeira de lei,

“(…) Tudo porem infestado, e possuido das suas Nações de Pataxós e Anaxós, que corridos do poder das Minas se vierão acoitar nesta grota de matto (...)

Logo no Pontal do Norte do dito Rio grande, onde chamão o Pezo do páo pela razão acima declarada, estão aldeados os índios Menhans (...)” (ABN, 1913:186).

Em documento de 1761, “Carta do Chancelier José Carvalho de Andrade para o Conde de Oeiras, na qual lhe dá informações sobre os *ciganos* residentes na Bahia e se refere á nova expedição enviada á Serra dos Montes Altos para a construcção da fabrica para salitre e ás barbaridades que os Padres Capuchos Barbadinhos praticavam com os índios do Sertão”:

“Remetemos huma carta escripta e assinada pelo Sargento mor de Artilharia da Capitania de Pernambuco Jeronymo Mendes da Paz e me da conta das tiranias, crueldades e insolencias dos Padres Barbadinhos italianos, commetidas no districto de Pernambuco, athe fazerem morrer os índios ás pancadas de páos, arrastados e queimados com o pretexto de feiticeiros. Mandou duas relaçoens do que expõem. Nós temos sabido que daquellas tiranias e de factos, mas as relaçoens não trazem assinatura nem certidoens do que expoem. (...)” (ABN, 1913:443).

MINAS GERAIS

A conquista e a consolidação da ocupação portuguesa do território de Minas Gerais é um fenómeno típico dos últimos anos do século XVII, embora algumas penetrações exploratórias em seu território tenham sido feitas já em meados do século XVI como a de Bruza de Espinosa que partiu do litoral da Bahia e penetrou no planalto de Minas naquela época. Essa expedição foi acompanhada pelo jesuíta Azpicuelta Navarro que deixou uma relação dessa entrada. A ocupação permanente do território de Minas Gerais deu-se a partir de São Paulo nos últimos anos do século XVII.

Os mestiços de São Paulo, chamados mamelucos, organizados em partilhas de homens armados conhecidas como *bandeiras*, foram os principais responsáveis pela grande expansão portuguesa em direção aos territórios do sul, do centro e do centro-oeste do Brasil. Especializados na captura de grupos indígenas para utilização ou venda nos centros coloniais da costa, esses *bandeirantes* de São Paulo aniquilaram as missões jesuíticas do Guairá e do Paraguai nos primeiros anos do século XVII e fizeram grandes penetrações em direção ao interior, a expensas do território sob domínio espanhol, chegando algumas dessas penetrações até a Amazônia.

A primeira ocupação em Minas, na região central da capitania, deu origem à criação do povoado de Ribeirão do Carmo (Mariana). A descoberta de grandes depósitos de ouro de aluvião nessa área transformou totalmente a dinâmica e os propósitos dessa penetração. Minas, do mesmo modo que as capitanias de Goiás e Mato Grosso, iniciadas com o mesmo tipo de penetração, é um fenômeno típico do que Boxer chamou “A Idade do Ouro” do século XVIII. Em poucos anos a capitania de Minas Gerais seria a mais populosa, desenvolvida e refinada porção da colônia portuguesa na América, baseada numa civilização urbana que concentrava uma grande massa de habitantes vindos da metrópole e de outras capitanias e suportada pelo trabalho de grandes massas de escravos negros. Esse caráter específico da capitania de Minas Gerais conferiu pouca ou nenhuma importância aos índios da região que, de resto, evitavam tradicionalmente, habitar nas regiões de mineração do centro montanhoso e estéril da capitania.

Outro traço característico do período colonial em Minas Gerais foi a interdição da presença ali de missões religiosas. A ausência de ordens religiosas interessadas em trabalhar com populações indígenas, como os jesuítas, carmelitas ou franciscanos, teve como consequência a falta de informações, cartas e relatórios que os missionários produziram tão abundantemente em outras partes da colônia.

Essas razões explicam a fragilidade e carência dos dados sobre índios de Minas Gerais durante o século XVIII. No fim desse período, esgotaram-se os sítios mais produtivos de ouro e diamantes da capitania. Inicia-se, então, um movimento de redistribuição da população, cujos excedentes migraram para outras regiões mais produtivas, como São Paulo e Mato Grosso. No interior da capitania a migração orientou-se para outras áreas mais férteis como o vale do Rio Doce, a Zona da Mata, o sul de Minas e o Triângulo Mineiro, aumentando os contatos e conflitos com as populações indígenas dessas regiões. O período da regência do príncipe D. João, mais tarde D. João VI, que veio para o Brasil acompanhado da família real e grande número de cortesãos, fugidos da invasão napoleônica de Portugal, marcou o início de uma política agressiva contra os índios, especialmente aqueles que, como os índios de Minas, ocupavam áreas férteis próximas ao litoral.

O Arquivo Público Mineiro é o principal centro de guarda, classificação e estudo da documentação histórica do Estado. É extremamente rico em documentos dos séculos XVIII e XIX, com muitos dados sobre índios. Seu principal instrumento de edição e divulgação de textos é a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, publicada desde 1896. O Arquivo Nacional publicou na série Instrumentos de Trabalho o índice da *Revista do Arquivo Público Mineiro*.

A documentação sobre índios de Minas Gerais durante o Império é constituída por cerca de 2.500 manuscritos originais, em bom estado de conservação, com um total de mais de 5.000 páginas, divididos em 17 volumes, relacionados adiante, reunindo correspondência e informes da Diretoria Geral dos índios, dos diretores parciais dos vários aldeamentos e de missionários, além de ofícios e instruções da presidência da província, no período 1849-1888. Esses documentos encontram-se há muito em poder de um erudito colecionador de Belo Horizonte, Dr. Aureo Renault, a cujos cuidados e interesses se deve seu salvamento e conservação. Uma análise sumária do conteúdo da documentação autoriza supor que esta é uma das mais importantes fontes sobre índios de Minas Gerais de que até agora se tem notícia e representa, certamente, substancial adição às já conhecidas que, em sua maioria, limitam-se a primeira metade do século. Na verdade, só as três primeiras décadas do século XIX deixaram elementos informativos consistentes, graças à documentação volumosa do período de Marlière (1813-1829) e aos escritos de grandes naturalistas como Spix e Martius, Wie-Neuwied, Freireyss, von Eschwege, Pohl e Saint-Hilaire, além da documentação oficial, particularmente do reinado de D. João VI, e da contribuição de estadistas interessados em problemas indígenas como o marquês de Queluz. Naturalistas-viajantes de meados do século, como Castelnau e Burmeister, dedicaram interesse comparativamente menor às populações indígenas de Minas, talvez mesmo pelo fato de que elas se estivessem, já então, extinguindo com rapidez em toda a província. O certo é que, na metade final do século XIX, uma das poucas fontes primárias importantes será a contribuição dos Ottoni ao conhecimento dos índios do Mucuri. O restante da documentação disponível no período é fornecido por eventuais informes de missionários e por relatórios de cunho oficial, como as falas dos presidentes da Província.

Há, por certo, sertanistas, etnólogos e indigenistas importantes, de origem mineira, na história do II Império. A contribuição de nomes importantes como José Francisco Lopes (o guia Lopes) e seu irmão Joaquim Francisco Lopes, Barbosa Rodrigues, Baptista Caetano, Ferreira Penna e Couto Magalhães, referiu-se, entretanto, a outras províncias, na Amazônia, no centro-oeste e no sul, o que vale como mais um testemunho da progressiva perda de importância dos temas indígenas em Minas Gerais.

A documentação da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais interessa também a outros setores do conhecimento, alheios à etnologia indígena, como a geografia

e história regional e, particularmente, ao estudo da conquista das últimas fronteiras internas, no rio Doce, no Mucuri, na Zona da Mata e na região dos formadores do rio Paraná, entre outras.

A utilização desses documentos, que se inicia agora com o levantamento sumário de seu conteúdo, prevê um trabalho de síntese sobre a política indigenista em Minas Gerais durante o século XIX, como complemento ao nosso estudo sobre o tema em relação às províncias do norte, nordeste e centro-oeste *A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX*, tese de doutoramento, 1971). A publicação parcial ou integral dos documentos da coleção constituiria a etapa seguinte do trabalho, tendo, como introdução geral, esta síntese mencionada acima.

E indispensável dizer que a documentação da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais, principalmente na parte que se refere aos informes presenciais dos administradores de aldeamentos indígenas (Diretoria Parciais) é informação inédita de absoluta importância para compreender os problemas e vicissitudes que determinaram o desaparecimento da quase totalidade dos índios de Minas Gerais na segunda metade do século XIX. O drama geral desses índios representa um dos pontos cegos na história mais geral das agruras sofridas pelas populações indígenas brasileiras no mesmo período. Ao lado disso, a correspondência da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais tem importância secundária na ilustração de questões relativas à história e geografia regionais. Em muitos casos, essa documentação original e inédita virá preencher vazios de informação sobre a colonização de inúmeras áreas do interior mineiro.

Correspondência da Diretoria Geral dos índios de Minas Gerais (1849-1888)

VOLUME I (1849-1853):

- 1) Do Diretor parcial do ald. do Manhuassú, Antonio José de Souza Guimarães, Ponte Nova, 4 dez. 1849, ao Dir. Geral dos índios, brigadeiro Manoel Alves de Toledo Ribas, dando conta da decadência da referida aldeia, onde só há 31 índios. Os outros se distribuíram entre fazendeiros. O aldeamento da Gameleira transformou-se em fazenda de ex-Diretor. Anexo: quadro estatístico dos índios de Manhuassú. (3 pp. + 1 p.).
- 2) Do Diretor Geral (?) a Caetano Ferreira, em 30 nov. 1849, informando ter sido nomeado diretor dos índios do Surubim e transm. instruções (3pp.) Anexo: minuta da comunicação (1 p.).
- 3) Do Dir. Geral ao Pres. Provincia, Idelfonço (sic) de Souza Ramos, 27 nov. 1849, sobre ald. Surubim e propondo nomeação de Caetano Ferreira Gondra (2 pp.).
- 4) Do Pres. Prov. Souza Ramos, em 25 out. 1849, ao Dir. Geral, acatando sugestão de exonerar o diretor do ald. do Manhuassú, Francisco Ignácio Fernandes Leão, nomeando em seu lugar Antonio José de Souza Guimarães (1 p.)
- 5) Impresso oficial de 28 junho 1849, relativo às eleições dos deputados à Assembléia Legislativa da Provincia (1 p.)
- 6) Do Dir. Geral ao Pres. Provincia, 25 out. 1849, indicando nome de Antonio José de Souza Guimarães para director dos índios de Manhuassú.
- 7) De José Baptista de Figueiredo, Rio de Janeiro 5 set. 1849, solicitando do Dir. Geral Brigadeiro Toledo Ribas que incluá o nome do atual Deputado Provincial Carlos de Assis Figueiredo na sua lista para Deputado Provincial (1 p.).
- 8) No verso desta carta: minuta de ofício ao Pres. da Provincia (pelo Dir. Geral?) solicitando pagamento “ao Cidadão José Baptista de Figueiredo e Irmão” de compra de armas feita para distribuir entre índios que visitavam a capital (lp.).
- 9) De Francisco de Assis Medina, do Serro, 17 nov. 1849, ao Dir. Geral, solicitando demissão do cargo de dir. dos índios do Surubim (1 p.).
- 10) Do Barão de Sabará ao Dir. Geral, 29 nov. 1849, aprovando proposta nomeação Caetano F. Gondra para diretor do Surubim (1 p.).
- 11) Do Pres. Prov. Ildefonso S. Ramos ao Dir. Geral, 12 julho 1849, informando ter sido nomeado para aquelas funções pelo Imperador (1 p.).
- 12) Do Dir. Geral Toledo Ribas ao Pres. José Ricardo de Sá, 21 dez. 1850, relatório sobre situação indígena da Provincia segundo ordem do Ministério do Império (7p.).
- 13) Do Vise. De Monte Alegre, Ministro do Império, ao Pres. da provincia, em 8 nov. 1850, solicitando as inform. prestadas no doc. precedente (1 p.).
- 14) Do Pres. Sá Rego ao Dir. Geral, 27 nov. 1850, encaminhando a solicitação precedente (1 p.).
- 15) De Jerônimo de Freitas, Tte-Cel. Diretor do ald. do Surubim, ao Dir. Geral, em 26 nov. 1857 (?), pedindo tropas e outras providências contra índios selvagens do Rio Dôce (2 pp.).
- 16) Do Dir. Geral José Carneiro Coelho (Surubim 17 nov. 1850) ao Dir. Geral Toledo Ribas sobre problemas de terras e outros (2 pp.)
- 17) De Antônio Nunes, Dir. dos índios da Freguesia do Glória (13 nov. 1850) ao Dir. Geral (?) relatando problemas do Aldeamento (1 p.).

- 18) Do Prês, da Prov. Sá Regó (25 outubro 1850) ao Dir. Geral, mandando nomear diretor para aldeamento do Rio Verde com Rio Grande, Uberaba (1 p.).
- 19) Do Vigário Geral de Minas Novas (Bom Fim, set. 1857) ao Pres. da Prov. Sobre a criação de Freguesia e nomeação de Cura para aquela Aldeia (2 pp.).
- 20) Do Cap. Miguel Pinheiro (São Lourenço 16 out. 1858) ao Alferes José Francisco Gomes de Sá “Em sua fazenda” sobre índios que tem em sua fazenda (2 pp.).

Correspondência da Diretoria Geral dos índios de Minas Gerais (1849-1888) -Coleção Aureo Renault

- v. 1: de 1849 a 1853.
- v. 2: de 1854 a 1857.
- v. 3: de 1858 a 1863.
- v. 4: de 1864 a 1868.
- v. 5: 1869, 1871 e 1879.
- v. 6: 1872 (7 de janeiro a 30 de dezembro).
- v. 7: 1873 (e de janeiro a 25 dezembro).
- v. 8: 1876 (1 de janeiro a 30 de dezembro).
- v. 9: 1878 (4 de janeiro a 31 de dezembro).
- v. 10: 1879 (1 jan./31 dez.) e docs. de 1884, 1888 e 1878.
- v. 11: 1881 (1 de janeiro a 31 de dezembro).
- v. 12: 1882 (2 de janeiro a 29 de dezembro).
- v. 13: 1883 (2 de janeiro a 31 de dezembro).
- v. 14: 1884 (3 de janeiro a 9 de dezembro).
- v. 15: 1885 (3 de janeiro a 29 de dezembro).
- v. 16: 1886 (23 de janeiro a 3 de dezembro).
- v. 17: 1887 (10 jan./28 dez.) e um doc. de 3 de maio de 1888.

A *Revista do Arquivo Público Mineiro*, destinada à vulgarização de escritos históricos, biográficos, estatísticos, topográficos, etc. e das memórias ou monografias sobre temas de interesse, é publicada de 1896 até 1906 em 4 fascículos anuais. A partir de 1907, a publicação limitou-se a um volume anual. É de grande importância para a informação sobre os índios de Minas Gerais, a exemplo dos volumes ou itens isolados abaixo indicados. O tema “catequese e civilização dos índios” inclui as seguintes informações na *Revista*:

Catequese e civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais	1897
Vocabulario da língua dos Botucudos, Nacnanuks e Giporocas, habitantes das margens dos rios Mucury e Todos os Santos, também idênticos ao dos Kraika-mús habitantes das margens do rio Jequitinhonha.....	1903
Vocabularios indigenas.....	1904
Civilização de índios	1907
Termo da Junta a respeito do novo aldeamento dos índios Croatas estabelecidos no Rio da Casca para a guarnição dos Sertões daquelle districto infestado dos Indios brabos 1795.....	1913

Copia - Observações sobre os índios estabelecidos em Lorena dos Tocoyoz pelo tenente José da Silva Brandão, por ordens do Illmo. Exmo. Sr. Bernardo José de Lorena Governador e Capm. General da Capitania de Minas Gerais aos 21 de fevereiro de 1799..... 1913

Nos volumes sucessivos (9, 10, 11), relativos aos anos de 1904, 1905 e 1906, há muita informação sobre índios. Assim, no tomo 9 se insere a “Memoria Histórica e Documentada sobre a Questão de Limites entre os Estados de Minas Gerais e Espirito Santo” de Augusto de Lima (pp. 5-87). A região do rio Doce, na Serra dos Aimorés, na divisa entre os dois estados, era, tradicionalmente, a área de refúgio de muitos grupos indígenas como os vários Botocudos (Krenak, Nac-nanuk) e os Puri.

No tomo 10 (1905), publicam-se documentos particulares e oficiais relativos a Guido Thomás Marlière, principal agente e responsável pela pacificação e assistência aos vários grupos indígenas da Zona da Mata e do vale do Rio Doce entre 1811 até 1826, quando se retirou como diretor geral dos índios.

No tomo 11 (1906), a revista publicou “Guido Thomaz Marlière (noticias e documentos sobre sua vida)” (pp. 3-320). Sobre o mesmo sertanista foram publicadas as biografias seguintes: *Guido Thomaz Marlière (O Apóstolo das Selvas Mineiras)*, 1914, de Afranio de Melo Franco e *Marlière, o Civilizador*, 1957, de Oíliam José.

SÃO PAULO

A capitania de São Paulo, cujo litoral fica imediatamente ao sul do Rio de Janeiro, foi dos primeiros pontos da costa brasileira ocupado por europeus, a partir dos primeiros anos do século XVI. Presume-se que náufragos ou degredados como João Ramalho e o Bacharel de Cananéia fixaram-se no litoral de São Paulo por volta de 1510, vivendo entre os grupos indígenas da costa e fazendo um intenso comércio de gêneros alimentícios, utilidades comerciais e escravos indígenas com os navios de portugueses e espanhóis que percorriam a costa brasileira. Dessa relação entre os primeiros europeus na costa de São Paulo com as índias da terra, nasceram gerações sucessivas de mestiços, chamados *mamelucos*, biológica e culturalmente mais indígenas do que europeus, mas que guardavam uma inflexível lealdade a os padrões e interesses dominantes do mundo colonial. Esses mamelucos de São Paulo, que só falavam a língua geral (uma espécie de língua franca de origem tupi) e eram extraordinariamente rústicos e conhecedores das maneiras de ser dos índios, constituíram a quase totalidade da população de São Paulo dos séculos XVI e XVII e são a explicação principal dos motivos e da dinâmica de expansão dos habitantes dessa capitania. Já em fins do século XVI, os mamelucos de São Paulo ou *bandeirantes* como eram chamados, por organizar-se em *bandeiras* ou

grupos de homens armados e dotados de extrema mobilidade, haviam já percorrido e hostilizado áreas de ocupação espanhola do Guairá e do Paraguai. O século XVII e a primeira metade do século XVIII foram, entretanto, as épocas de maior expansão dos bandeirantes paulistas. Destruíram as missões jesuíticas espanholas do Guairá e de outras partes do sul do Brasil e Mato Grosso e penetraram, profundamente, em território hoje pertencente à Argentina, Paraguai e Bolívia. Expandiram a fronteira brasileira no leste e no centro-oeste, iniciando a exploração de Minas Gerais e de Goiás e de Mato Grosso, e chegaram até os confins da Amazônia, no Guaporé e no Pará. A confirmação territorial atual do Brasil foi, em larga medida, o resultado dessa expansão bandeirante. Vale notar que uma das fases mais dinâmicas desse processo deu-se entre 1580 e 1640, época do domínio espanhol sobre Portugal e, conseqüentemente sobre o Brasil, como se sabe. Os protestos angustiados de missionários jesuítas do Guairá e do Paraguai como Montoya não tiveram conseqüência prática no controle do processo expansionista, do mesmo modo como resultaram infrutíferas as reações de missionários e autoridades coloniais espanholas contra a expansão portuguesa na Amazônia ocidental.

A competição entre espanhóis e portugueses pela conquista e ocupação do Rio da Prata foi uma longa e penosa luta que só teria fim em meados do século XVIII com o Tratado de Madrid. As expedições sucessivas em direção ao Rio da Prata como a de Solis (1515-1516), João de Lisboa (1513-1514), Caboto (1527-1528), etc., na primeira metade do século XVI, encontram nos protocolonizadores portugueses do litoral paulista, como os já citados João Ramalho e o bacharel de Cananéia, um apoio eficaz e, mais que isso, indispensável pelo conhecimento da língua e dos modos de ser dos índios. Henrique Montes, por exemplo, vivia no litoral de São Paulo quando da expedição de Solis e foi dos únicos sobreviventes do ataque indígena a essa expedição que a fez fracassar com a morte de seu capitão e de muitos tripulantes. Sabe-se que Henrique Montes, após passar vários anos entre os índios, engajou-se como *língua* na expedição de Caboto. Outro participante dessa expedição, como língua e piloto, foi Gonçalo da Costa, genro do bacharel de Cananéia, que participaria, como piloto-mor, de várias expedições subseqüentes ao Brasil, espanholas e portuguesas.

Em 1532, o capitão-mor da armada de reconhecimento das costas do Brasil, Martim Afonso de Souza, fundou, no litoral ao sul da Baía da Guanabara, a povoação de São Vicente, logo transformada em vila, que seria a primeira ocupação permanente dos portugueses na colônia americana. No mesmo ano, o rei D. João III comunicava por carta a Martim Afonso de Souza, que decidira dividir a terra do Brasil em capitânicas hereditárias. Foram criadas 14 capitânicas ao longo de toda a costa, entre as quais a de São Vicente, com a extensão de 100 léguas pelo litoral, repartida em dois lotes separados pela capitania de Santo Amaro, com dez léguas, concedida a seu irmão Pero Lopes de Souza.

Até os últimos anos do século XVII, o nome primitivo da capitania, São Vicente, figura ainda em quase todos os documentos e atos oficiais. Em 1549, os missionários

da Companhia de Jesus, liderados por seu superior, padre Manoel da Nóbrega, estabeleceram o planalto de Piratininga, às margens do rio Tiet, a poucas léguas do litoral, uma povoação, São Paulo, que foi criada como missão e aldeia para catequisar os índios do planalto e do interior. Em 1560, o terceiro governador geral do Brasil, Mem de Sá, transformou a aldeia em vila. Após o começo da ocupação em território de Minas Gerais, o rei D. João V, em 1709, constituiu uma só capitania com o território paulista e essa nova região, nomeando Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho governador de São Paulo e Minas do Ouro. A partir de então, o nome São Paulo generalizou-se como topónimo para toda a capitania. Finalmente, por Alvará de 11 de julho de 1711, o mesmo rei elevou São Paulo à condição de cidade e de capital da capitania.

A história antiga da capitania de São Paulo, principalmente no século XVI, no que respeita aos índios, é documentada em fontes jesuíticas. Nóbrega, Anchieta e outros jesuítas estiveram envolvidos em todos os sucessos da primitiva história da capitania, não só em relação aos índios, mas em questões político-administrativas e militares que envolviam a luta pela conservação da colónia contra os inimigos internos e externos. Os jesuítas tiveram disputas com os proto-colonizadores como João Ramalho e foram peça decisiva na luta contra os franceses e seus aliados indígenas (Tamoio) de Iperoig e da Baía da Guanabara em meados do século XVII.

A documentação jesuítica, de que se falará em lugar próprio, é de extraordinária importância para a compreensão dos interesses e bens pelos quais os portugueses impuseram-se na região, aos espanhóis, franceses e aos grupos indígenas, tanto aliados quanto inimigos.

Se o século XVI é um século do domínio e da consolidação da influência da Companhia de Jesus, os séculos XVII e XVIII serão o tempo do domínio e da expansão das *bandeiras* paulistas. Como foi dito anteriormente, essas *bandeiras* eram constituídas por grupos de mestiços (mamelucos), de grande rusticidade e mobilidade, capazes de internar-se pelo interior por centenas de léguas, durante anos a fio, acompanhados de grupos de auxiliares indígenas. Seu objetivo principal era o de capturar índios, como escravos, e estabelecer núcleos de ocupação permanente ou temporária a través dos quais expandiram enormemente os limites da colónia portuguesa na América em direção ao oeste e ao norte. A descoberta de depósitos minerais de ouro e pedras preciosas daria origem à ocupação permanente do território de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A expansão *bandeirante* chocou-se, inicialmente, com os populosos grupos de índios Guarani e assemelhados, reunidos pelos jesuítas espanhóis na região do Guairá e do Paraguai. A partir dos primeiros anos do século XVII, sob a direção do padre Antonio Ruiz de Montoya, os ataques dos bandeirantes forçaram o abandono das missões do Guairá e sua transferência para a região do rio Uruguai, onde seriam novamente hostilizados por *bandeirantes* e por ações oficiais do governo português do século XVIII.

O diretor do Museu Paulista, historiador Affonso de E. Taunay, foi o responsável pelo vasto esforço de recolhimento e análise da documentação existente em arquivos brasileiros, portugueses e particularmente, no Archivo de Indias de Sevilha que completa e amplia a documentação já referida da coleção De Angelis e forneceu a evidência documental para elaborar a sua monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas* (1924-1950), em 11 volumes e um anexo cartográfico, ou *Ensaio da carta Geral das Bandeiras Paulistas* (1922).

Em 1912, o padre Pablo Pastels começou a editar a crónica dos jesuítas na Província do Paraguai. Nos nove volumes publicados, a parte mais substancial refere-se aos documentos do Archivo de Indias de Sevilha que são identificados por seus títulos e, eventualmente, por alguma notícia de seu conteúdo. Em 1922, Affonso Taunay começou a editar os *Annaes do Museu Paulista*. Nesse primeiro volume, o historiador inicia a publicação de uma farta documentação de origem espanhola referente às bandeiras de São Paulo. Na pequena introdução que antecede aos documentos Taunay diz o seguinte:

“Para o estudo do passado paulista importancia capital cabe á documentação hespanhola na parte relativa á expansão bandeirante, ao sul e a oeste, de que resultou para os castelhanos o recuo além Parança e Uruguay e para o Brasil a incorporação de centenas de milhares de kilómetros quadrados ao seu territorio.

Ao passo que os papéis portuguezes são sobremodo escassos, lacunosos e sombrios sobre as luctas das bandeiras com os hespanhoes abundam os de origem castelhana (...).

A leitura do monumental trabalho de Pablo Pastels veio incitar-nos a pôr em pratica um projecto desde muito acarinhado. Começámos a fazer copiar documentos paulistas no Archivo Geral das índias de Sevilha, deixando de mandar proceder as pesquisas em Simancas, a vista do resultada da busca alli feita pelo nosso presado consocio Dr. Pedro Souto Maior, em commissão do Instituto Histórico Brasileiro. Verificou o erudito historiographo pernambucano que os papéis relativos a S. Paulo parecem puco em Simancas tendo-se concentrado sempre en Sevilha.

Ahia está porque so indica Pastells papéis sevilhanos na enorme documentação que aponta” (Taunay, 1922:137).

Esses documentos referem-se, em sua quase totalidade, à expansão das expedições de São Paulo sobre os territórios espanhóis do Rio de Prata no século XVII. Excetua-se dois documentos importantes das últimas décadas do século XVI:

- Relación del viage que Diego de Palma Carillo y el Padre Francisco de Alcedo hicieron al Brasil por mandado del obispo de Tucumán, para traer religiosos de la companhia de Jesus y descubrir el camino del Rio de la Plata al Viazá y de aquí al Brasil (20 de octubre de 1585).

- Descripción geográfica de la provincia del Brasil hecha por Juan Bautista Gesio (24 de noviembre de 1579).

Os documentos transcritos em quatro volumes dos *Anais do Museu Paulista* (v. 1, 2, 5 e 13) superam, no total, 1.200 páginas de texto, de grande importância para o entendimento dos móveis, da determinação e da agressividade com que os *bandeirantes* atacavam, reiteradamente, as comunidades indígenas autônomas e as concentrações maiores dos aldeamentos jesuíticos. O mérito maior do trabalho de Taunay está na transcrição íntegra e exaustiva da documentação do Arquivo de índias, relevante para a compreensão do fenômeno das *bandeiras*, e sua utilização ordenada e crítica na construção da *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Os documentos publicados nos *Anais do Museu Paulista*, com exceção dos dois documentos do século XVI, já referidos, cobrem quase todo o século XVII, de 1604 a 1687.

Para permitir um entendimento elementar da natureza e conteúdo mais significativos daquela documentação, foram selecionados, em cada volume, três títulos que passam, de alguma sorte, a representar o conjunto:

- 1611 - Testimonio y trasunto en castellano de la comisión que el gobernador de San Pablo del Brasil, don Luis de Sousa, dió en la Aldea del Fuerte a 25 de agosto (de 1611) a los casiques de las aldeas de aquella villa para que a costa suya fuesen con sus indios a buscar a los parientes que tenían en el Certon de Guaira con objeto a labrar las minas que tenían los portugueses. Parambú, 12 de noviembre de 1611 (AMP, 1:148-150).
- 1629 - Relación de los agravios que hicieron los portugueses de San Pablo saqueando las aldeas que los religiosos de la Compañía de Jesús tenían en la misión de Guairá y campos del Iguazú. Santos, 10 de octubre de 1629 (AMP, 1:247-270).
- 1676 - Da quenta del estado de la guerra de los Indios enemigos Guaycurus y Bayas (Mbaya), y las treguas a que se les ha admitido en el interin que se les concedía el socorro que tenia pedido; y también dá quenta de haver pasado á aquellas fronteras los enemigos Portugueses noombrados Mamelucos, y que tienen rendida la Villa Rica del Espíritu Santo, y apresados quatro Pueblos de loos naturales de su distrito, etc. (AMP, 1:355-368).
- 1629 - Relación de los sucesos ocurridos durante el viaje que hizo el gobernador del Paraguay don Luis de Céspedes Xeria desde Madrid hasta llegar a la ciudad de la Asunción del Paraguay, 6 de febrero de 1625 a 21 de marzo de 1629 (AMP, 2:15-90).
- 1630 - Carta del Padre Simón Maceta de la Compañía de Jesús al padre Francisco Crespo de la misma Compañía sobre puntos tocantes a los portugueses de San Pablo e indios del Paraguay. Piratinga, 22 de julio de 1630 (AMP, 2:262-264).
- 1631- Carta del gobernador del Rio de la Plata don Francisco de Cespedes a su Magestad sobre el estado de las reducciones del Uruguay, Tape y Viazá y

- entradas que los portugueses hacían por la via de San Pablo a las provincias de Guaira. Buenos Aires, 30 de agosto de 1631 (AMP, 2:273-275).
- 1648 - Carta del teniente de la Villa Rica del Espiritu Santo, Francisco de Rojas Aranda, al gobernador del Paraguay don Diego de Escobar Osorio sobre puntos tocantes a la entrada de los portugueses de San Pablo en aquella jurisdicción y defensa de los pueblos de indios. Villa Rica, 16 de noviembre de 1648 (AMP, 5:15).
- 1649 - Real Provisión del Virrey del Perú Conde de Salvarriera recibiendo por vasallos de Su Magestad a los indios nuevamente convertidos en las provincias del Uruguay, Tape, Paraná y Itatin de la gobernación del Paraguay y relevándolos del servicio personal y de mita en atención al trabajo que tenían de hacer resistencia a los portugueses del Brasil. Los Reyes 21 de junio de 1649 (AMP, 5:66-78).
- 1679 - Copia de Real Cédula al Obispo del Paraguay, que con asistencia del Gobernador de aquella provincia elija el paraje más a proposito para la mudanza de los dos pueblos de indios de Ipané y Guarambaré, etc. Madrid, 25 de julio de 1679 (AMP, 5:264-266).
- 1632 - Resumen de los daños que los portugueses de la villa de San Pablo del Brasil habían hecho a los yndios de la provincia del Paraguay y sus remedios. Lima, 24 de mayo de 1632 (AMP, 13:298-301).
- 1637 - Carta del gobernador del Rio de la Plata don Pedro Esteban Dávila a Su Magestad informando sobre las reducciones que la Compañia de Jesús tenía en la provincia del Paraguay. Buenos Aires, 12 de octubre de 1637 (AMP, 13:354-357).
- 1681 - Auto proveido por el Governador del Paraguay D. Felipe Rexe Gorbalan, relativo a los intentos que, según avisa a dicho gobierno Melchor de Rojas vecino de la Asunción, tienen los mamelucos portugueses de San Pablo de invadir las rerducciones del Paraná y Uruguay que están a cargo de los Padres de la Compañia de Jesús. Asunción, 4 de enero de 1681 (AMP, 13:483-489).

Por ocasião do IV centenário da cidade de São Paulo, o historiador português Jaime Cortesão que, paralelamente, estava anotando e editando, para a Biblioteca Nacional, os *Manuscritos da Coleção De Angelis*, dedicou-se à tarefa de organizar e publicar a documentação de arquivos portugueses relativos a história de São Paulo. A obra, em dois volumes e três tomos, chamou-se *Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica* e foi programada para as Publicações do Real Gabinete Português de Leitura do Rio Janeiro (1956-1961). Sobre os critérios de organização dos volumes esclarece o historiador:

Dessa colectânea aparecem agora os dois tomos em que se divide o primeiro volume, abrangendo aproximadamente o século de Quinhentos. Não procuramos incluir nestes, como nos que vão seguir-se, documentos estritamente ligados à história de São Paulo. Pelo contrário, sempre que um documento fundamental ou inédito, esclarece por forma geral a história do Brasil e, por consequência e dentro de maior ou menor medida, a história de São Paulo, abrimos-lhe as portas destes Monumenta. Assim como a história de São Paulo é, dentre as histórias regionais do Brasil, a que

mais se liga a formação geográfica e, como queria Euclides da Cunha, a formação social do Estado brasileiro, também os factos gerais da economia, da administração política ou dos conflitos entre nações que afectaram o Brasil, repercutiram na história de São Paulo” (Cortesão, 1956:II).

Essa espécie de “história externa” de São Paulo trata mais das decisões de carácter político-diplomático entre as metrópoles europeias no jogo pela conquista colonial que, propriamente, da documentação dos eventos concretos da primitiva história de São Paulo. Ainda assim, há nessas primeiras partes várias informações que interessam diretamente à história indígena da região. Entre elas, o diário da navegação de Pero Lopes de Souza e Martim Afonso de Souza e os conflitos, de longa duração, entre portugueses e franceses pela posse da região entre Cabo Frio e São Vicente, disputa em que os índios (Tamoio e outros grupos Tupi da costa) desempenharam papel de fundamental importância.

O segundo volume de *Monumenta* (1609-1658) trata mais diretamente da história particular da capitania de São Paulo. Aparecem nesses documentos *bandeirantes* conhecidos como Antonio Raposo Tavares e são referidas muitas instâncias do conflito permanente entre a Companhia de Jesus e os colonos de São Paulo. Vários documentos referem-se diretamente a índios, entre eles os exemplos seguintes:

- “1623 - junho - 5: Treslado da devaça q. se tirou nesta villa de Sam Paulo sobre a morte do Prinsipal Timacauna”.
- “1647 - outubro - 3: Carta de D. João IV para Ant Telles da Silva, para fazer deçer o gentio do Certão na mayor quantidade q. Puder ser”.
- “1645 - setembro - 26: Consulta do Conselho Ultramarino, com resolução régia, sobre o modo com q. os Portugueses do Maranhão, e São Paulo, se hão de haver com os índios daquelas partes”.

Ainda por ocasião do IV Centenário da cidade de São Paulo, a Biblioteca Nacional publicou nos *Anais* (v. 74, 1954) um *Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo*. José Honório Rodrigues, diretor de Obras Raras e Publicações, fornece alguns elementos sobre essa listagem de documentos:

“O Catálogo de documentos relativos a São Paulo existentes na Biblioteca Nacional compreende 2.284 documentos, entre as datas de 1535 e 1912. A obra paulistana de dilatação e incorporação do território nacional é talvez sem paralelo na história americana. O espantoso crescimento físico da nação é um resultado de seu esforço, de sua desordenada cobiça, de sua extraordinária capacidade de iniciativa. A dilatação das fronteiras foi um produto das bandeiras, uma obra de expansão paulista que estende o corpo físico da Colônia e o ata ao Govêmo Geral. A dilatação seguiu-se a incorporação, como se vê em Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul... Uma historia assim havia de produzir uma historiografia das mais ativas. Nenhum Estado do Brasil teve, como

São Paulo, o cuidado, o zelo, o interesse pela divulgação de seus anais e documentos. A publicação das “Atas de Santo André da Borda do Campo” (1 vol.), das “Atas da Câmara da Vila de São Paulo” (23 vols.), dos “Inventários e Testamentos” (33 vols.), do “Registro Geral” (12 vols.), dos “Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo” (68 vols.), das “Sesmarias” (4 vols, e 2 anexos), das “Cartas de Datas de Terras” (20 vols.), da “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo” e da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” constituem o maior acervo documental de história regional e nacional. Nestas condições, a publicação deste Inventário, contendo apenas 533 peças, algumas com vários documentos avulsos, constitui um modesto subsídio a pesquisa histórica sobre São Paulo”. (Rodrigues, 1954:III-IV).

Alguns manuscritos do Catálogo dão uma idéia do conteúdo dos documentos que se referem aos índios:

- n. 973: “Portaria q. se passou ao Gover. da Conquista sobre mandar aprontar os Índios e Índias e filhos seus q. tiverem sido das Aldeas de S.A. e das de S. Vicente”. 6 março 1676 (ABN, 74:13).
- n. 143: “Carta Pate. do posto de Capam, e Administradr. dos índios da Aldea de Nossa Senhora ds Pinheyros da Capitania de São Paulo, de que se proveo o alferes Paschoal Rodrigues da Costa”. 3 out. 1671 (ABN, 74:19).
- n. 159: “Carta pa. os officiaes da Camra. da Villa de São Paulo sobre virem os Paulistas a guerra os Barbaros do Rio Grande”. 30 nov. 1688 (ABN, 74:28).

Em 1893 o Arquivo (Público) do Estado de São Paulo começou a *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. Até 1967 haviam sido publicados 89 volumes dos “Documentos Interessantes”, a cargo do Arquivo do Estado. Trata-se de uma série de largo curso, que edita documentos íntegros conservados naquela repartição especializada. Parte expressiva dessa documentação tem uma relação direta com as populações indígenas de São Paulo ou das regiões percorridas e exploradas pelos *bandeirantes*. Alguns exemplos selecionados de um volume da fase inicial da série servem para esclarecer a natureza dessas informações:

- “Copia de carta de S.Magestade sobre se fazer Guerra geral a todas as nações de índios de corço, entrandosse por todas as partes, e o mais que contem, sobre Captiveiro”. Do rei D. João V ao governador geral do Brasil, 20 abril 1708. (*Doc. Int.*, v. 3, 1896, pp. 99-101).
- Explorações nos Rios Tietê e Paraná. “Chegou do Cuyabá José da Costa Leite negociante daquellas Minas, em cuja companhia, ou munção, vierão tres ra-

pazes do Gentio Cayapó, existentes nas margens do Rio Paranam, que amigavelmente se quizerão transportar para esta Capital, offerecendoos os Pais”, etc. De Antonio José de Almeida, ao governador Antonio José de Franca e Horta, Porto Feliz, 16 setembro 1809. (*Doc. Int.*, v. 3, 1894, p. 125-126).

- “Illm. Sr. Dez. Ouv. e Correg. Miguel Antonio de Azevedo Veiga. Depois de hua feliz viagem de vinte dias cheguei ao rio grande Paranã, onde fui recebido pelo gentio Caiapó e seu Cassique com aquelles carinhos e demonstrações daffecto que eu esperava. Como me demorei vinte dias, que empreguei em negociações, a todos os tractados interessantes a Igreja, e ao Estado”, etc. Do padre Manoel Ferraz de Sampaio, Porto Feliz, 8 dezembro 1815. (*Doc. Int.*, v. 3, 1894, pp. 167-168).

A política explicitamente anti-indígena, característica do período pós-pombalino e da regência do príncipe D. João, e que prosseguiu, após a independência do Brasil, pelo período do I Império, haveria de causar muitos conflitos e violências contra índios. A despeito disso, em muitas províncias, como Minas Gerais e São Paulo, a política oficial foi amenizada pela dedicação e sensibilidade de alguns funcionários qualificados que puseram sua determinação e talento a serviço das populações indígenas. Entre esses há o já citado Guido Thomás Marlière, que se dedicou, durante anos, à defesa e proteção dos índios do vale do Rio Doce e da Zona de Mata. Em São Paulo, merece referência especial o inspetor geral das aldeias de índios, doutor em leis pela Universidade de Coimbra e deputados da Asembléia Constituinte brasileira em 1823, José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834). Promovido à patente de tenente-general por Pedro I, Rendon exerceu várias comissões militares e em outras áreas do serviço público. Entre outros escritos seus sobre índios cita-se “Memória sobre as aldeias de índios da província de São Paulo segundo as observações feitas no anno de 1798” (RIHGB, 4, 1842)

Outro importante homem público e intelectual de São Paulo que tem contribuições significativas ao estudo e proteção dos índios de São Paulo e de outras províncias do Brasil foi José Joaquim Machado de Oliveira (1789-1867). Iniciou sua vida pública como militar nas campanhas da Cisplatina e das lutas pela independência do Brasil entre 1817 e 1822. Foi presidente da província do Pará em 1832-1833, num período conturbado da história da Amazônia, imediatamente anterior à grande revolta popular da Cabanagem. Já nessa época, sua sensibilidade com os problemas e necessidades da grande massa de índios e mestiços da Amazônia revelava seu interesse pelos problemas econômicos e sociais da população do país. Foi, posteriormente, presidente de outras províncias do Império, deputado por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretor geral dos índios em São Paulo. Entre os inúmeros textos que escreveu sobre os índios ressaltam-se os seguintes, publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: “Qual

a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil”? (v. 4, 1842); “A celebração da Paixão de Jesus-Christo entre os Guaranis” (v. 4, 1842); “Programma desenvolvido por ... sobre a religião dos indígenas do Brasil” (v. 6, 1844); “Officio ao ministro do Imperio sobre o plano de colonização dos botocudos que andam errantes no territorio entre o rio Doce e o de S. Matheus (1841)” (v. 7, 1845); “Noticia sobre as aldeias de índios da Provincia de S. Paulo, desde o seu começo até a actualidade” (v. 8, 1846); “Noticia raciocinada sobre os índios da Provincia de S. Paulo” (v. 10, 1848); “A emigração dos Caiuás” (v. 19, 1856); “Estudo sobre os Caiapós” (v. 24, 1861).

RIO GRANDE DO SUL

O atual estado do Rio Grande do Sul, a mais meridional das unidades federativas do Brasil, embora tivesse seu litoral percorrido desde os primeiros anos do século XVI por navegantes e exploradores espanhóis e portugueses, só foi ocupado definitivamente pelos portugueses por volta de 1737 com a fundação da colônia de Rio Grande do São Pedro, na margem direita da lagoa dos Patos. A competição entre espanhóis e portugueses para o domínio do rio da Prata e dos territórios adjacentes, como a colônia do Sacramento e o território do Rio Grande, atual Rio Grande do Sul, deu origem a intermináveis conflitos e disputas diplomáticas, que só iriam começar a resolver-se com o Tratado de Madrid de 1750. A presença de missões jesuíticas de origem espanhola no oeste do território, na região do rio Uruguai foi um complicador adicional pois os missionários e os índios, Guarani em sua quase totalidade, opuseram-se tenazmente à entrega do território ao domínio português.

Uma decorrência do Tratado de Madrid foi a transferência do território do Rio Grande aos portugueses. A resistência de missionários e índios conduziu ao enfrentamento armado em que os índios Guarani enfrentaram as forças portuguesas e espanholas, comprometidas com a execução dos termos daquele tratado. A chamada Guerra Guaranítica prosseguiu por largo tempo devastando a maior parte do território e destruindo as missões jesuíticas dos Sete Povos do Rio Uruguai e exterminando grande parte da população indígena. Há uma farta documentação sobre a Guerra Guaranítica, particularmente relatórios e outros informes de Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e de D. José de Andonaegui, governador das províncias espanholas do Rio da Prata e comissários para a execução do Tratado de Madrid. Essa documentação está publicada, em parte, no “Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar” (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, 50, 1928).

Esses conflitos com jesuítas e índios no sul do Brasil haveriam de apressar as medidas restritivas adotadas pelo governo português de Marquês de Pombal contra os jesuítas, que seriam, finalmente, expulsos do Brasil em 1759. Dez anos depois, o mesmo

se faria nas colônias espanholas da América. Em 1760 os territórios do Rio Grande do São Pedro, subordinada à capitania geral do Rio de Janeiro. Seguiram-se novos conflitos entre Portugal e Espanha, com a ocupação daqueles territórios pelos espanhóis até 1777, quando o Tratado de Santo Ildefonso deu origem a novos acordos e tentativas de demarcação da área pelas duas metrópoles. As questões de limites e da posse do território seriam questões controversas que se estenderiam até a época da independência do Brasil, em 1822. No ano anterior, as tropas luso-brasileiras haviam ocupado o Uruguai, incorporada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina. Essa situação perdurou até 1828, quando as tropas brasileiras abandonaram definitivamente o território do Uruguai, reconhecendo a independência do país com o nome de República Oriental do Uruguai.

A história dos índios do atual território do Rio Grande do Sul tem como fontes mais antigas, com exceção dos informes fragmentados de navegantes do século XVI, as crônicas jesuíticas dos séculos XVII e XVIII. Uma informação extensa e bem documentada pode ser encontrada na crônica do cônego João Pedro Gay, antigo vigário de São Borja, publicada originalmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 26, 1863) e reeditada pelo Ministério de Educação e Saúde em 1942 com o título *História da República Jesuítica do Paraguai desde o descobrimento do Rio da Prata até aos nossos dias, ano de 1861*, com 644 páginas, acompanhadas de mapas e apêndices. Contituem outras fontes importantes:

PORTO, Aurelio, *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre, Liv. Selbach, 1954. 2 v.

SANMARTIN, Olyntho, *Bandeirantes no Sul do Brasil*. Porto Alegre, A Nação, 1949. 222 pp.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da, *As Missões por ...* Porto Alegre, Typ. Liv. Universal de Carlos Echenique, 1909. Reedição da Estante Rio-Grandense União de Seguros-ERUS, Porto Alegre, 1979. 548 pp. il. Mapa.

Outro texto de interesse sobre os índios dessa região é o livro de Nicolão Dreys, *Notícia Descritiva da Província do Rio-Grande de S. Pedro do Sul* (1839), que tem alguma informação útil sobre os grupos indígenas históricos e atuais da região, como os Charrua, Minuano, Goyanan (Kaingang) e, principalmente, os Guarani.

Durante a segunda metade do século XIX, há abundantes informações sobre os índios do Rio Grande do Sul nos relatórios de Presidentes da Província e nos relatórios dos Diretores Gerais de Índios da Província que, freqüentemente, são anexados aos primeiros. A Biblioteca Nacional publicou, recentemente, um “Catálogo de manuscritos sobre o Rio Grande do Sul existentes na Biblioteca Nacional” (v. 99, 1979). O chefe da Seção de Manuscritos daquela biblioteca faz alguns comentários preliminares sobre o acervo:

“Este catálogo de manuscritos sobre o Rio Grande do Sul existentes na Biblioteca Nacional pretende ser, pela extensão e pela forma como se apresenta, um instrumento de trabalho realmente funcional. Esgotam-se nele não apenas os documentos rigorosamente levantados em fundos e arquivos da Seção de Manuscritos, aqui entrados em diferentes épocas, mas também quanto de oficial ou semi-oficial em sua origem nela exista.

O arranjo cronológico da documentação oferece-nos, em sua variedade, um painel da história sul-rio-grandense nos séculos dezoito e dezenove, sobretudo, no qual sobrepõem em primeiro plano os esforços de povoamento pelo repetido fluxo de açorianos, as lutas pela sustentação da Colônia do Sacramento, tão ligadas à própria defesa do continente do Rio Grande, o trabalho de astrónomos e cartógrafos na demarcação das fronteiras meridionais e o vaivém de reveses e reconquistas que marca extenso período das lutas pela fixação territorial. Na dobra dessa épica setecentista, temos a contrapartida da epopéia farroupilha, de cuja dominância no século dezenove dá testemunho a vasta documentação recolhida neste catálogo” (ABN, 1979:5).

Os documentos relacionados somam 753 títulos que se estendem de 1695 a 1917. A maioria absoluta dos documentos é dos séculos XVIII e XIX. Indicam-se abaixo alguns dos documentos característicos sobre índios desse Catálogo:

- “Relación de todo lo sucedido en estas Doctrinas en orden e las mudanzas de los 7 Pueblos del Uruguay desde S. Borja hasta S. Miguel inclusive, que por el tratado Real, y linea divisoria de los limites entre las dos Coronas, o se avian de entregar a los Portugueses, o se avian de mudar a otros parajes”. Itapua, 12 de abril de 1753.
- “Rezumo do Diario que se fez na Marcha do Exercito de Sua Magestade Fidelíssima, que sahio do Rio Grande de S. Pedro, a encontrarse com o de S. Magde. Catholica, para hirem unidos a castigar os Povos rebeldes das 7 Miçõens que cede Hespanha a Portugal sendo General do Exercito Portuguez o Ilustrissimo, e Exmo. Sr. Gomes Freire de Andrada, e do Hespanhol o Exmo. Sr. Da. José de Andonaigue”. Santo Angel, 22 de junho de 1756.
- “Relatorio da Direção Geral do Indios ao vice-presidente da provincia, informando sobre o estado e os meios de que carecem os diversos aldeamentos da região. Rio Pardo, 24 ago. 1852. Assin, por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral. Em anexo, officio de Joaquim José da Fonseca e Sousa Pinto, diretor da Aldeia de São Nicolau, a Andrade Neves, expondo os motivos da decadência da referida aldeia” (São Nicolau, 19 de agosto de 1852).

MATO GROSSO

O que se poderia chamar de proto-história de Mato Grosso foi resumida por Jaime Cortesão na introdução a *Jesuitas e Bandeirantes no Itatim (1598-1760)*, segundo volume da série *Manuscritos da Coleção De Angelis* (1952). Esta região do Itatim localizava-se imediatamente ao norte da fronteira atual do Paraguai, entre o rio Paraguai a oeste, o Paraná a leste, o Iguatemi ao sul e o Taquari ao norte. Diz Jaime Cortesão:

“(…) dá-se por averiguada que o português Aleixo Garcia, náufrago duma das primeiras armadas que devassaram o Prata, tendo ficado na ilha de Santa Catarina, organizou uma expedição, que, partindo em 1522 ou 1523, das costas do atual estado do Paraná, logrou atingir o Império dos Incas, em plena região andina. Uma série de depoimentos coevos ou pouco posteriores permite traçar, nas suas linhas gerais, o trajeto de Garcia, desde a costa até aos Andes. Partindo dum ponto do litoral, situado ao norte da Ilha de Santa Catarina, a expedição atingiu o Paraná pelo Iguaçu; dali alcançou o Paraguai, que subiu; atravessou êste rio na região da atual Corumbá e a seguir o alto Chaco; e, penetrando entre os rios Pilcomayo e Guapai ou Grande, alcançou a região de Potosi e Sucre; e atacou algumas povoações incáicas, com cujos despojos se retirou para o Paraguai, onde o chefe veio a morrer às mãos doos índios. Quer na ida, quer na volta, Aleixo Garcia demorou-se na região do Itatim. E o que se conclui de vários passos dos “Comentários” do adelantado Alvaro Nuñez Cabeça de Vaca, que, em 1543 refez uma parte do itinerário de Garcia e permaneceu por algum tempo naquela região” (Cortesão, 1952:3-4).

No fim do século XVI, foram concedidas *encomiendas de índios* na região do Itatim pelo governador geral da Província do Paraguai Juan Ramirez Velasco (*op. cit.*:9-11). Em 1597 já havia na região a povoação de Xerez que, em 1623, em virtude da pressão de índios hostis, propunha o governador do Paraguai D. Miguel de Frias transferir para os *llanos de Iaguari* (*op. cit.*:26-28).

A missão jesuítica do Itatim foi iniciada em 1632. Em 21 de agosto de 1633 o padre Diego Ferrer dá notícia da fundação da missão e faz um resumo etnográfico dos povos indígenas que habitavam a região (*op. cit.*:29-49). A esse tempo já haviam os mamelucos de São Paulo atacado e destruído a maioria das missões do Guariá. O tema de oposição entre missionários espanhóis e *bandeirantes* paulistas é, ainda aqui, uma constante nos relatórios jesuíticos sobre o Itatim.

O último documento do volume citado informa que “el dho año de 1683 ya tenia los Portugueses fundada poblacion de Maracayú”. (*op. cit.*:318).

O provedor da Fazenda Real e intendência do ouro, Philippe José Nogueira Coelho, que escreveu as *Memorias Chronologicas da Capitania de Mato-Grosso*, por volta de 1782, narra o início da ocupação permanente do centro do território, à volta de Cuiabá:

“Corria o anno de 1718 quando teve principio o descobrimento desta capitania de Mato-Grosso pela parte da villa do Cuyabá, sendo governador e capitão general da capitania de S. Paulo e terras das Minas (em que se comprehendiam os vastos sertões de que depois se formaram as capitancias de Minas Gerais, Goyaz e Mato-Grosso) D. Pedro de Almeida, conde de Assumar (...) A Antonio Pires de Campos se deve este descobrimento, porque viajando no sobredito anno com alguns companheiros pelos rios e sertões daquella capitania, em conquista do indio gentio, que reduziam à escravidão bem contra as pias intenções da lei de 10 de setembro de 1611, foram elles os primeiros sertanistas que subiram pelo rio Cuyabá, aoande conquistaram o indio Coxiponé, e que acharam em uma aldêa em que depois se fundou a capella de S. Gonçalo e arraial... No seguinte anno de 1719 subiu pelo mesmo rio Cuyabá Pascoal Moreira Cabral, sertanista tambem pela patria e pelo destino. Não achando porém já o gentio na sobredita aldêa, subiu pelo rio Coxipó-mirim (que entra no Cuyabá e este no Paraguay...) e tomou assento com os companheiros e, uma margem delle. Aqui observaram que nos barrancos do rio se viam alguns granitos de ouro cravados em pedraria, e que alguns índios que acharam traziam tambem várias peças do mesmo ouro. Acordaram logo de formar arraial, escolhendo aquelle mesmo sitio em que no anno precedente estavam os índios aldeados” (Coelho, 1850:138-140).

A história de Mato Grosso, como a de muitas outras capitancias, começa com a caça ao índio e passa, depois, para uma atividade económica mais sedentária e permanente, mineração, agricultura ou economia extrativista vegetal.

São raros os testemunhos pessoais dos *bandeirantes* sobre suas atividades contra os índios, quando mais não fosse porque eram freqüentemente analfabetos e pouco inclinados a exercícos intelectuais, como a conservação da memória histórica. Exceção é o *memorial* dirigido ao rei de Portugal nos últimos dois ou três anos do século XVII por Pedro Carrilho de Andrade, lugar-tenente do *bandeirante* paulista Manuel Alvares de Moraes Navarro, um dos mais importantes líderes portugueses da *guerra dos bárbaros*, a longa campanha de extermínio contra os índios Tapuya do nordeste do Brasil (Janduí, Icó, Paiaçu, etc.) e que se estendeu por toda a segunda metade do século XVII e início do seguinte (“Memoria sobre os índios do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte*, 7, 1909).

O bandeirante Antonio Pires Campos deixou também o registro de suas expedições de caça aos índios de Mato Grosso, na segunda década do século XVIII. O título é muito extenso e vale por um sumário do conteúdo:

“Breve Noticia que se dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que ha na derrota das minas do Cuyabá e seu reconcavo, na qual declara-se os reinos, a que chegou e viu por maior, sendo em tudo diminuto, porque seria processo infinito, se quizesse narrar as várias nações, nos mesmos usos e costumes, trajos e vantagens que fazem, e menos numeral-os, por sse perder o algarismo, principalmente no dilatado reino do Parecizez, tão extenso e dilatado, e seus habitadores por extremo

asseadíssimos e estaveis, e tão curiosos que podem competir com as mais das nações do mundo no seu tanto, e dos que aqui não faz menção, e farão outros mais curiosos que elle. Se o faz, do que a experiencia lhe tem mostrado no decurso de tantos annos, até o dia 20 de Maio de 1723” (RIHGB, 25, 1962 :437-449).

Além da *Breve Noticia* de Pires de Campos e das *Memorias Chronológicas*, de Nogueira Coelho, já referidas, são fontes primárias indispensáveis à informação sobre os índios de Mato Grosso, no início da colonização, os textos a seguir: SÁ, Joseph Barbosa de, “Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos”. Barbosa de Sá encerra sua crônica em 18 de agosto de 1775. Entre os eventos narrados o tema indígena é dominante, particularmente em relação aos grupos que se opunham mais eficazmente à conquista e dominação, como os Paiaguá, Bororo, Guaicuru, Caipó, etc. O texto foi publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* (v. 23, 1901, pp.5-58)

O historiador A. de Toledo Piza prefaciou e publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* um manuscrito, que havia pertencido a J.A. Toledo Rendon, escrito por Joaquim da Costa Siqueira, vereador da Câmara de Cuiabá, por volta de 1783 ou 1784. Trata-se das *Chronica de Cuiabá ou Relação Chronologica dos estabelecimentos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas minas do Cuyabá, desde o seu estabelecimento, por ordem da Rainha Nossa Senhora, expedida pelo seu Tribunal do Conselho Ultramarino em 20 de Julho de 1782...* (RIHGSP, 4:1898, pp. 4-217).

Anteriormente, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* havia publicado um manuscrito oferecido pelo historiador Francisco Adolpho de Varnhagen, do mesmo autor, com o título *Compêndio Histórico Chronologico das notícias de Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso, desde o principio do anno de 1778 até o fim do anno de 1817* (RIHGB, 13:5-124, 1850).

A identidade de tema e autoria entre os dois textos induz à suposição de que sejam partes complementares ou versões divergentes do mesmo manuscrito. De qualquer sorte, são documentos de muita valia para as relações entre conquistadores e índios de Mato Grosso no século XVIII.

Outro manuscrito importante sobre a história antiga de Mato Grosso é um roteiro da primeira metade do século XVIII, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, publicado por Affonso Taunay por sugestão do historiador Capistrano de Abreu: “Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os Rios Cuyabá e Provincia de Cochiponé” (*Anais do Museu Paulista*, t.I, parte 2, 1922, pp. 459-464).

Um dos roteiros usuais da viagem fluvial (*monções*) de flotilhas de canoas de São Paulo fazia-se descendo o Tietê até sua foz no Paraná. Daí, ao longo da corrente do grande rio, até encontrar a foz do rio Pardo, na margem direita. Subia-se por esse

rio até as cabeceiras, em Camapoan. Daí há um varadouro, por terra, até encontrar no Paraguai. A seguir sobe-se o Paraguai, contra a corrente, até atingir a foz do rio Cuiabá.

O historiador Affonso Taunay publicou, em 1953, um volume de relatos, roteiros e crônicas sobre as viagens fluviais entre São Paulo e Mato Grosso, que intitulou *Relatos Monçoeiros*. Esta coletânea inclui o relato da viagem do governador do Paraguai, Luis de Céspedes Xeria, de São Paulo ao Paraguai, pelo Tietê e Paraná. São transcritas também várias “Noticias Práticas” de roteiros de viagem colecionadas pelo jesuíta Diego Soares e o conhecido “Diário da Navegação” do sargento-mór Theotônio José Juzarte, em 1771, pelo Tietê, Paraná e Iguatemi. De interesse particular para os propósitos do presente texto é a seção da introdução de Taunay que trata dos “índios ribeirinhos do percurso monçoeiro: paiaguás, guaicurús, caiapós, borosos. Perigos de su presença, ameaças e precauções” (Taunay, 1953:77-79)

Desde meados do século XVIII o tema mais impositivo e permanente nas preocupações dos administradores coloniais e militares de Mato Grosso foi a questão de limites com os territórios sob domínio espanhol, tornado mais crítico pela situação geográfica da capitania, a mais ocidental das possessões portuguesas. Essas questões estiveram até vas até o começo do século XIX e produziram uma expressiva quantidade de relatórios, informes, documentos e tratados, em parte publicados, nos quais a presença indígena será, em muitos casos, decisiva para a solução das disputas.

O tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra foi um militar da segunda metade do século XVIII, engajado nas comissões de limites da Amazônia e, principalmente, de Mato Grosso. Além das atividades estritamente militares e político-administrativas, Almeida Serra dedicou interesse detido pelas questões indígenas de sua capitania, a exemplo do seguinte texto: “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costume” (RIHGB, 7, 1845; 13, 1850). Este texto, que é de 1803, é avaliado por Herbert Baldus como “importantíssima contribuição para a etnografia do sudoeste mato-grossense em começos do sec. XIX”.

Outras contribuições de Almeida Serra sobre Mato Grosso merecem destaque:

- “Memoria ou informação dada ao Governo sobre a capitania de Matto-Grosso em 31 de janeiro de 1800” (Copiada de um manuscrito offerecido ao Instituto pelo socio correspondente Dr. José Antonio Pimenta Bueno, que o fez trasladar do manuscrito original, que existe na Secretaria do Governo de Cuiabá) - II, 19 (2ª ed.).
- “Documento official sobre o rio Branco ou Parimé” (1781) - VI, 84.
- “Descrição geographica da provincia de Matto-Grosso” (1787) - VI, 156.

- “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição de seus usos, religião, estabilidade e costume” - VII, 204; XIII, 348.
- “Navegação do rio Tapajós para o Pará” (1799) - IX, 1.
- “Reflexões sobre a capitania de Matto-Grosso, pelos tenentes-coroneis Joaquim José Ferreira e...” - XII, 377.
- “Diario da diligencia do reconhecimento do Paraguai, desde o logar do marco da bocca do Jaurú até abaixo do presidio de Nova-Coimbra, que comprehende a configuração das lagôas Gaiba, Uberaba, Mandioré, e das serras do Paraguaí, e igualmente o reconhecimento do rio Cuiabá até á villa deste nome, e delia por S. Pedro del Rei, até á Villa-Bella” (1786) -XX, 293; XXV, 319. Outro militar de Mato Grosso, contemporâneo de Almeida Serra, que se dedicou ao estudo dos índios Guaicurú foi Francisco Rodrigues do Prado, autor da “História dos índios Cavalleiros ou da nação Guaycuru” (RIHGB, I, 2. ed., pp. 25-57). Sobre o texto Herbert Baldus faz o seguinte comentário:

“Essa monografia, escrita em 1795, no Real Presídio de Coimbra, pelo comandante deste forte português no rio Paraguai, é, sem favor, a obra mais importante sobre índios do Brasil redigida em lingua portuguesa no século XVIII” (Baldus, 1954:556).

Os índios Guaicurú foram objeto de muitas outras fontes da época, por sua hostilidade, só superada pelos Payaguá, índios da mesma tradição lingüístico-cultural e grandes navegadores do rio Paraguai. Em 1791 esteve entre eles o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, no curso de sua *Viagem Filosófica* por Mato Grosso, testemunhando uma das várias tentativas de paz com as autoridades coloniais portuguesas. Sobre eles escreveu a “Memória sobre o Gentio Guaikuru” (*Viagem Filosófica, Memórias: Antropologia*, Rio, 1974, pp. 75-83).

Um dos mais produtivos estudiosos da geografia, das vias de navegação e das populações humanas de Mato Grosso foi Augusto Leverger (1802-1880), francês de nascimento, contra-almirante e, mais tarde, Barão de Melgaço, presidente da província várias vezes e que, a partir de 1830, viveu quase sempre na região. A maioria dos textos de Leverger sobre a região de Mato Grosso tem importância para o conhecimento de seus grupos indígenas:

- “Diario do reconhecimento do rio Paraguai, desde a cidade da Assumpção até ao rio Paraná (1846)” - XXV, 177.
- “Roteiro da navegação do rio Paraguai, desde a foz do Supotuba até à do rio S. Lourenço (1848)” - XXV, 287.

- “Carta e roteiro da navegação do rio Cuiabá, desde o salto até o rio S. Lourenço, e deste ultimo até à sua confluencia com o Paraguai (1859)” -XXV, 331.
- “Carta, datada de 12 de Agosto de 1863, ao Instituto, sobre o rio Paraguai” - XXVI, 896.
- “Memoria relativa à chorographia da provincia de Matto-Grosso” -XXVIII, 129.

Contemporâneo de Leverger e também de origem francesa foi Alfredo Eschagnolle Taunay, Visconde de Taunay (1843-1899). Combatente, como Leverger, na guerra do Paraguai, Taunay deixou dessa coampanha relatos clássicos, como a *Retirada da Laguna*. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, deputado na Assembléia Geral e presidente das provincias de Santa Catarina e Paraná. Entre outras obras que se referem a índios vale citar *Entre os nossos indios Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanas, Laianas, Guatos, Guaicurús, Caingangos*. São Paulo, Melhoramentos, 1931. 134 pp.

A partir de 1973 a Universidade Federal de Matto Grosso, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, coordenado por Maria Cecília Guerreiro de Souza, deu início a um amplo levantamento e reprodução de fontes de arquivos portugueses e espanhóis que interessam à história de Mato Grosso. Até o momento foram publicados quatro volumes de índices da Coleção Documentos Ibéricos, série Inventários, com um total de 1.006 documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, do período de 1743 a 1760. Para se ter uma idéia da densidade da informação especificamente sobre índios, basta considerar que no primeiro volume, com 198 documentos, nada menos de 54 referem-se a eles. Outros itens do índice geral, ao fim do volume, reportam-se também a grupos indígenas, como aldeias, armada de guerra aos índios Paiaguás, bandeiras para conquista dos índios, batizados de índios Borosos (índios), caciques, Caiapós (índios), canoas, Carijós (índios), católicos e catequese (índios), conquistas, despesas da guerra aos gentios, escravos, extinção dos Paiguás, gentio bárbaro, Guaicurús (índios), quilombos de índios, roubos e mortes pelos índios, sertanistas e sertões, terras, transgressores que cativam os índios. Os outros volumes da série têm igual densidade de informação sobre populações indígenas.

ARQUIVOS EUROPEUS

PORTUGAL

Serão referidos aqui unicamente os arquivos e bibliotecas portuguesas que têm maior importância para os estudos brasileiros, particularmente os que se referem aos índios.

Arquivo Histórico Ultramarino

O Texto de Caio Boschi, *Roteiro Sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador de História do Brasil* (São Paulo, 1986), cuja informação é resumida aqui, diz que, a despeito da importância do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no AHU está a melhor e mais volumosa documentação que interessa ao Brasil. Essa documentação tem como datas limites 1548 e 1837, com um volume aproximado de 240.000 documentos em 1824 caixas, 600 peças iconográficas e 560 códices. Parte dos índices da documentação do AHU sobre o Brasil foi reproduzida por Eduardo de Castro e Almeida (Bahia e Rio de Janeiro) nos *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro, volumes 31, 32, 34, 36, 37, 39, 46, 50 e 71. A documentação sobre Mato Grosso do AHU foi indexada em parte nos 4 volumes preparados por Maria Cecília Guerreiro de Souza, “Inventário de Documentos Históricos sobre o Centro-Oeste”, Universidade Federal de Mato Grosso. O catálogo mais vasto de documentação do AHU foi o promovido e editado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Catálogo dos documentos sobre a história de São Paulo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa* (Rio de Janeiro, 1956-1959) em 15 volumes.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Trata-se do principal arquivo de Portugal, com mais de 30 milhões de documentos. Interessam particularmente ao Brasil os arquivos do Santo Ofício da Inquisição, dos séculos XVI ao XVIII. Caio Boschi destaca, sobre o Brasil, os seguintes núcleos: Armário Jesuítico; Chancelarias Reais (pessoas, cidades, terras, ofícios, privilégios, etc.); Manuscritos do Brasil (séculos XVI-XVIII); Ministério do Reino (1809-1821). Boschi menciona alguns catálogos e publicação de textos deste arquivo relativos ao Brasil:

- ALBUQUERQUE, Joaquim José Campos da Costa de Medeiros e, "Índice chronológico das bullas e outros documentos semelhantes (sic), existentes no Real Archivo da Torre do Tombo, que interessam ao governo do Brazil e à Igreja brasileira". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 62/II, 1900, pp. 158-180.
- GUERRA, Flávio, *Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a história de Pernambuco: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1969, 309 pp.
- OLIVEIRA NETO, Luís Camilo de et alii., "Notícias antigas do Brassil (1531-1551)". *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 75, 1935, pp. 5-28.
- SILVEIRA, Luís, "Fontes arquivísticas para o estudo da história do Brasil: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Livros das Chancelarias dos Reis de Portugal". *Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. Lisboa, 2, 1970, pp. 7-130.

Biblioteca da Ajuda

Os manuscritos da Biblioteca da Ajuda respeitantes ao Brasil incluem documentos administrativos dos séculos XVI ao XIX; genealogias, documentos diplomáticos, mapas, plantas topográficas, iluminuras, aquarelas, desenhos, etc. Há um excelente guia para a consulta da Biblioteca, de Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul* (Coimbra, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Brasileiros, 1946, 682 pp.).

Biblioteca Nacional de Lisboa

Interessam especialmente ao Brasil, na Divisão dos Reservados, os núcleos dos Códices (ex-Fundo Geral dos Manuscritos e a Documento Pombalina). A coleção pombalina refere-se ao período da administração do poderoso ministro de D. José I (1750-1777) que modernizou Portugal e operou grandes transformações, inclusive a expulsão dos jesuítas em 1559. Boschi fornece outras informações sobre estes dois fundos: Amazonas (expedição de missionários jesuítas, expulsão dos franceses, notícias dos gentios, descobrimentos e conquistas, governo, etc.); Capitánias (das Ilhas de Itamaracá e Tamandariva, de São Paulo, de São Vicente, de Pernambuco, do Sul, etc.); Ceará; Breves pontifícios de leis sobre os índios; Descrições (de capitánias, rios, montes, costas, povoações, flora, fauna, etc.); Grão-Pará (contratos de colonização, separação da duas capitánias do Grão-Pará e Maranhão, etc.); Índios; Jesuítas; Holandeses (na Bahia, guerra de Pernambuco, etc.); Legislação (regimentos, provisões, cartas régias, etc.); Pernambuco (documentos diversos, descrições, igrejas, etc.); Plantas; Raças (de índios, de animais); Registos de cartas; Rio Negro; Roteiros; Salitre; Tratados; Viagens e explorações, etc.

ESPANHA

No século passado e no atual várias missões de historiadores, diplomatas e outros especialistas estiveram trabalhando em arquivos de vários países da Europa, recolhendo documentação sobre o Brasil. Aqui só serão referidas as missões que resultaram na publicação de documentos ou dos índices dos acervos.

As pesquisas de Rudolf Schuller nos arquivos espanhóis no começo do século já foram referidas no capítulo relativo ao Pará.

Em 1914 o historiador Pedro de Souto Maior, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esteve realizando pesquisas em arquivos espanhóis. Souto Maior esteve três meses em Sevilha e outros vinte dias em Simancas. O resultado de seu trabalho foi resumido na introdução ao índice da documentação feita pelo historiador na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com o título “Nos Archivos de Hispanha, Relação dos manuscritos que interessam ao Brasil, organizada pelo Dr. Pedro Souto Maior” (tomo 81, 1917, pp. 1-288).

“Em meados de Março de 1914 fui distinguido pelo presidente do Instituto Historico com a honrosa missão de representar o nosso Instituto no Congresso de Historia Hispano-Americano, que se devia reunir em Sevilha em principios de Abril. (...).

Demorei-me para esse fim cêrca de tres mezes na capital andalusa, procurando colher documentos referentes ao Brasil no “Archivo de índias”. (...).

O “Archivo de índias”, segundo o seu título, só deve conter documentos antigos até o fim do seculo XVIII. (...).

As duas primeiras estantes são conhecidas pelo título de Patronato Real e contém os documentos mais antigos, a primeira remessa mandada pelo rei para a Casa Lonja, actualmente “Archivo de índias”.

Demorei-me uns 20 e tantos dias em Simancas, e do seu archivo installado no antigo “Castillo de los almirantes de Castilha” obtive nota de mais 130 documentos para a minha “Relação”. (...).

Obedecendo nesta “Relação” à ordem chronologica, tive de mixturar os documentos provenientes dos diversos archivos.

Entretanto é facil saber a procedencia de qualquer manuscrito, do seguinte modo:

Os documentos de Simancas, Academia de la Real Historia, Bibliotheca Nacional, Archivo Hydrographico, estão indicados pelos seus nomes.

A colleção de Sevilha “Papeles de Estado” - Buenos Aires - tem o signal B.A.

Ficam, portanto: os das Audiencias e Consejos de Sevilha, reconheciveis por terem em cima os 3 números (estante, prateleira e maço); os da Exposição de Sevilha, trazem em baixo a indicação do lugar, em que se acham; os “Papeles de Estado - America en general” (Sevilha) têm apenas o numero do maço e esses são de 1 a 20; os papéis de éstado do Archivo Nacional de Madrid têm só o numero de maço, e todos os números so altos: 5,000 e tantos. Petencem ao século XIX.

São ao todo 366 os documentos antigos, isto é, os que vão até o anno de 1800; os do século XIX formam o total de 1472”. (RIHGB, 1917:9-13).

A grande pesquisa em arquivos espanhóis seria desenvolvida pelo poeta e diplomata João Cabral de Mello Neto que publicou, através do Ministério das Relações Exteriores, em 1966, *O Arquivo das índias e o Brasil, documentos para a Historia do Brasil existentes no Arquivo das índias de Sevilha*, com 779 páginas. Foi este, provavelmente, o mais completo levantamento feito por pesquisador brasileiro em arquivos europeus. Na introdução a este volume, o historiador José Honório Rodrigues faz as seguintes considerações:

“Em novembro de 1955, poucos meses antes da reforma da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, o Padre E.J. Burrus, jesuita, escrevia uma introdução

aos instrumentos bibliográficos dos Arquivos Espanhóis e às Coleções manuscritas relativas à América Espanhola.

Esse estudo era uma espécie de exame do estado atual dos instrumentos de pesquisa para os repositórios espanhóis, incluindo trabalhos das mais variadas procedências, desde El Archivo General de Indias de Sevilla, sede del americanismo, de Cristóbal Bermúdez Plata (Madrid, 1951), até os inventários, listas e guias espanhóis e hispano-americanos.

A 19 de janeiro de 1956, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Jose Carlos de Macedo Soares, incumbia a Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil de orientar pesquisas históricas no estrangeiro, que a partir de então deveriam ser retomadas, promovidas e ativadas.

João Cabral de Mello Neto, escolhido para a tarefa, em Sevilha, provoca, com êste trabalho (...) uma grata surpresa, nos meios literários e eruditos. O desempenho da missão é primoroso, no método na colheita e no resultado. (...).

Os Documentos para a História do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha constituem o maior inventário já realizado por brasileiro em arquivo de Espanha. Compreendem os documentos de 1493 a 1830, embora não incluam todos os de interesse para o Brasil mencionados nos catálogos e coleções já publicadas (...).

Os acontecimentos relatados pelos velhos cronistas, como Frei Vicente do Salvador, têm aqui seus documentos comprobatórios, e deles, das suas minúcias e detalhes, surgem algumas novidades que o exame do texto poderá confirmar. Portugueses, em toda parte, nos Mares da China, no Pacífico, no Atlântico, no Rio da Prata, no Amazonas, ameaçam os domínios espanhóis.

Século XVII apresenta, em seus documentos, a temática conhecida dos livros de história do Brasil, com a diferença, apenas, que, como no primeiro e nos demais, tudo é registrado segundo a visão espanhola, ou melhor ainda, desde que envolva ou não os interesses espanhóis. (...).

As queixas contra as usurpações, infiltrações e avanços portugueses pelo território da América Meridional enchem milhares de documentos, mas, no fim, o equilíbrio dos dois Podêres na América do Sul se estabelece. Na hora dos ajustes, a realidade é a expansão portuguesa até o Uruguai, Paraguai, a posse de Mato Grosso, Goiás, Amazonas, e daí as dificuldades, as frustrações hispano-americanas, diante do gigante territorial que os luso-brasileiros constroem na América. Divergências, acusações mútuas, espionagens, derserções, críticas, dificultavam os ajustes e muito especialmente as demarcações. As represálias, o combate, a guerra no Rio Grande não trazem senão prejuízos irreparáveis à Espanha, pois o Rio Grande é, no final, luso-brasileiro, como de Mato Grosso, não conseguem desalojar os brasileiros” (Mello Neto, 1966:4-7).

INGLATERRA

Em fevereiro de 1901 o historiador e diplomata brasileiro Manuel de Oliveira Lima escrevia de Londres ao Instituto Histórico Brasileiro, dando por concluída sua missão junto ao Museu Britânico, onde pesquisou, extraiu e elaborou índices dos documentos respeitantes ao Brasil aí existentes. Os códices examinados pertencem a várias coleções e bibliotecas, a exemplo da Biblioteca Harleyana, formada pelo conde de Oxford (Robert Harley, falecido em 1724). Essas várias coleções de códices são as seguintes:

Biblioteca Harleiana - n. 167, 3450, 4547, 4803, 6991.

Biblioteca Cottoniana - Augustus I vol. 1, Nero B I, Galba C VII, Galba D X, Rott Cott. XIII, 46, 48.

Biblioteca Lansdowniana - n. 139, 145, 157, 160, 820.

Biblioteca de Jorge V - n. 223.

Biblioteca Ergertoniana - n. 319, 321, 323, 324, 335, 374, 454, 520, 525, 528, 529, 592, 599, 660, 742, 902, 1049, 1131, 1132, 1133, 1135, 1136, 2251, 2395, 9244, 9252.

Biblioteca Sloaniana - n. 2026, 5221, 5253.

Biblioteca Birch - n. 4158.

Biblioteca Addicionaes - n. 5027A, 6893, 10246. 13974, 13975, 13977, 13979, 13980, 13981, 13982, 13984, 13985, 13986, 13987, 13992, 149005, 14027, 14936, 15170, 15180, 15181, 15189, 15190, 15191, 15193, 15194, 15195, 15197, 15198, 15201, 15597, 15714, 15717, 15740, 16936, 16937, 16938, 16939, 17573, 17587, 17588, 17601, 17603, 17606, 17607, 17608, 17310, 17611, 17612, 17613, 17614, 17615, 17616, 17617, 17618, 17619, 17620, 17621, 17630, 17634, 17636, 17637, 17647, 17664, 17665, 17666, 17669, 17938, 17940, 20090, 20793, 20802, 20844, 20846, 20848, 20936, 20944, 20949, 20951, 20952, 20953, 20960, 20966, 20986, 20987, 20989, 20990, 20991, 20992, 20993, 20994, 20995, 20996, 20997, 20998, 21000, 21003, 21004, 21262, 21592, 22587, 22953, 25353, 27303, 27601, 27602, 28423, 28428, 28439, 28461, 29299, 30097, 30141, 30262, 30695, 31236, 31237, 31317, 31320, 31321, 31357, 32300, 32301, 32605, 32606, 32609, 32795, 34205, 34240, 34246, 35839, 3627.

Total - 181 códices descritos, do quais Figanière não menciona 110, dando de outros, que cito, descrições demasiado concisas para a boa inteligência do leitor.

Na nota introdutória à listagem dos documentos do Museu Britânico, Oliveira Lima faz algumas considerações sobre os diversos fundos de interesse sobre o Brasil:

“Relação Dos Manuscritos Portuguezes E Estrangeiros De Interesse Para O Brazil, Existentes No Museu Britannico De Londres”

Todos quantos, em Portugal e Brazil, se interessam por assumptos historíeos nacionaes, ou mesmo se encontram apenas atacados da absorvente posto que inoffensiva paixão bibliographica, conhecem e consultam o Catalogo dos Manuscriptos portuguezes existentes no Museu Britannico, organizado pelo erudito Sr. Frederico F. de La Figanière, e impresso em Lisboa em 1853. Dez annos depois o nosso Vamhagen fez um additamento ao referido Catalogo, o qual imprimió na Havana, e onde se limitou a dar a singela enumeração dos códices adquiridos pelo Museu no leilão da livraria de Lord Stuart de Rothesay, no anno de 1855.

O Museu Britannico, importantíssima instituição que abrange uma das mais ricas, senão a mais rica bibliotheca do mundo, tendo sido planeado por um celebre medico, Sir Hans Sloane. Foi este igualmente o organizador da colleção de manuscriptos conhecido por Sloaniana, a qual o Parlamento mandou comprar em 1753, depois da morte do colleccionador, pela somma de 20.000 libras esterlinas, juntamente com a livraria e as colleções de antiguidades, objectos artisticos e exemplares de historia natural, para semelhante fim e por tal somma deixadas por Sir Hans Sloane, que com ellas despendera 50.000 libras.

A Bibliotheca Sloaniana (Mss.) vai até n. 4099. Os ns. 4100 a 4478 representam o legado, em 1765, do Reverendo Birch. Entre os ns. 4479 e 5027 existem códices doados e códices comprados. Com o n. 5028 começam em rigor os chamados Manuscriptos Addicionaes, posto que figurem ainda depois sob o nome do fundador Sloane. Sobem hoje ou antes subiam em principios de 1900 a 36.297 códices, e crescem constantemente com as compras e legados. Os documentos da casa do conde de Hardwicke, por exemplo, ajuntaram em 1899 centenaes de volumes à immensa colleção. Também augmenta sempre a intitulada Bibliotheca Egertoniana, porque Francis H. Egerton (conde de Bridgwater) deixou por testamento uma somma de 7.000 libras para serem os juro delia empregados na aequisição de novos manuscriptos com que se enriquecesse sua colleção, agora no Museu. Sobe actualmente o seu numero a 2790.

As outras colleções encorporadas na Secção dos Mss. do Museu Britannico - a qual também comprehende Escripturas, Rollos e Sellos - e que nos interessam por serem aqui citadas, são: a Harleiana, de 7.640 códices, formada pelo onde de Oxford e Mortimer (Roberto Harley), fallecido em 1724, e por seu filho, fallecido em 1741, e que foi adquirida por 10.000 libras; a Coltoniana, de cerca de 1.000 códices, organizado no fim do seculo XVI e começo do seculo XVII por Sir Robert Cotton e doada ao Estado por seu neto no anno de 1700, sendo ambas essas bilbiothecas anteriores à fundação do Museu, o qual data de 1753; a Lansdowniana, de 1245 códices, reunida

pelo primeiro marquez de Lansdowne e comprada em 1807 por quasi 5.000 libras, e finalmente a de Jorge IV, com 438 códices, offerecida por este monarcha em 1823, mas colligida no reinado anterior de Jorge III” (RIHGB, 1903:5).

Os documentos localizados por Oliveira Lima em Londres são, principalmente, do século XVI ao XVII, com muitos roteiros de viagens, mapas, iconografia, correspondência diplomática, demarcação de limites, guerras, etc. Especificamente sobre índios, há muitos informes, a exemplo da “Coleccion de Catecismos en Guarani” das missões jesuíticas do Paraguai de início do século XVIII (n. 21262). Outros documentos, da segunda década do século XVII, referem-se às lutas contra os franceses e à expulsão dos jesuítas das colônias espanholas (1767-1770) há, entre outras, cópia de carta de Bucareli para Aranda incluindo outra para o Rei dirigida pelos corregedores e caciques dos 30 povos (de índios Guarani) situados entre os rios Uruguay e Paraná, Buenos Aires, aos 27 de março de 1768 (n. 32605).

Os manuscritos do Museu Britânico foram publicados por Oliveira Lima na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo 65, parte 2, 1903, pp. 5-139).

HOLANDA

A ocupação holandesa no nordeste do Brasil e no Maranhão (1630-1654) teve uma série de efeitos sobre o desenvolvimento económico, intelectual e político da colónia. O menor desses efeitos não terá sido uma política mais branda e sensível em relação aos índios, de que resultou uma adesão em massa dos grupos indígenas da região aos holandeses. Após a derrota final e retirada desses, os índios foram submetidos a uma longa campanha de extermínio, a *guerra dos bárbaros* que se porlongou até o século XVIII.

A produção intelectual holandesa sobre o Brasil foi surpreendente, com muitos tratados de história natural, medicina, etnografia, relatos de viagens, e uma brilhante produção pictórica, iconográfica e cartográfica. Naturalistas como Marcgrave e Piso, artistas como Post, Eckhout, Wagener, cronistas como Herckman, indianistas e intérpretes como Roelof Baro e Jacob Rabbi, políticos e estadistas como o príncipe de Nassau, contribuíram para uma visão nova do Brasil e de seus habitantes. Por volta de 1885 o historiador José Hygino Duarte Pereira percorreu arquivos e outros centros de documentação da Holanda, onde recolheu um substancial acervo, transferido para Pernambuco (ver “Carta datada de Haya sobre os documentos ... RIHGB, t. XLVIII, parte 2; “Trechos do relatório... RIHGB, t. XLIX, parte 2).

Em 1949, o historiador José Honório Rodrigues publicou a *Historiografia e*

Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil (Instituto Nacional do Livro, Rio, 489 pp.). Esse guia de fontes, que é o mais completo elaborado no Brasil, refere-se, como explicita seu título, à elaboração da história do domínio holandês e à bibliografia metódica dos textos publicados na Holanda, no Brasil e em outros países.

Sobre índios, há os clássicos tratados de Marcgrave, Piso e os comentários de Liechtenstein, Saint Hilaire, Cuvier, Martius, Alfredo de Carvalho, Oliveira Lima e Pereira da Costa. Na parte de etnografia a quantidade e qualidade da informação é maior:

843 - Carta Regia de 14 de maio de 1633 a Matias de Albuquerque sobre os índios.

844 - Baro, Rovlox (Roelof) - Relation du Voyage de Rovlox Baro, Interprete et Ambassadeur de la Compagnie des Indes ... au pays des Tapuiés dans la terre ferme du Brésil. Paris, A. Courbé, 1651.

845 - Paraupaba, Antonio - Twee Werscheyden remonstracion ofte vertogen (Dois protestos ou memoriais entregues aos Altos e poderosos Estados Gerais por Antonio Paraupaba, regedor dos brasileiros (índios) da Capitania do Rio Grande ... 1657. A primeira memoria e trechos da segunda foram traduzidos e publicados por Pedro Souto Maior (“A missão de antoono Paraupaba ante o governo holandês”. *Revista do Instituto do Ceará*, v.26, 1912).

846 - Paraupaba, Antonio - Seeckere Demonstrantie aen haere Hoogh Moghende de Heeren Staten ... (Suplica aos Altos e Poderosos Estados Gerais das Provincias Unidas, entregue por todos os deputados brasileiros presentes, considerando a guarda dessa gloriosa e real conquista), 1657.

850 - Souto Maior, Pedro - Urna assembléia de índios em Pernambuco de 1645 (traduzido das “Secreten Notulen” do Arquivo de Haia e publicado na *Revista do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano*, v.15, 1912).

852 - Carvalho, Alfredo de - *Um intérprete dos Tapuios* (Tip. Do Jornal do Recife, 1912). Trata-se da biografia do *língua* judeu-alemão Jacob Rabbi, a serviço dos holandeses, entre os índios Tapuya do nordeste.

ORDENS RELIGIOSAS

JESUÍTAS

O padre Serafim Leite, principal cronista da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil, reportando-se às origens da ação dos jesuítas nos territórios coloniais, diz que:

“As missões ultramarinas da Companhia de Jesus são de origem portuguesa, iniciativa do Dr. Diogo de Gouveia, o velho, antigo reitor da Universidade de Paris e principal do Colégio de Santa Bárbara, da mesma cidade, onde tinha estudado o grupo de “clérigos reformados”, futuros fundadores da nova Ordem religiosa.

E, embora a Companhia só fosse aprovada oficialmente a 27 de Setembro de 1540, já meio ano antes tinham partido de Roma para Lisboa, a caminho das missões portuguesas, os P. Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Em 1541, Francisco Xavier embarcou em Lisboa para o Oriente, com dois companheiros, enquanto Simão Rodrigues ficava em Portugal para instituir o Colégio de Jesus de Coimbra, onde se formassem futuros missionários” (Leite, 1965:1).

Entre a ida de Francisco Xavier para as índias Orientais, em 1541, e a chegada dos jesuítas no Brasil, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1549, há uma terceira missão da Companhia, nos territórios portugueses da África ocidental, em 1546 ou 1547. Os jesuítas no Brasil foram pioneiros nas Américas. Só 17 anos depois chegariam os primeiros membros da ordem na América espanhola. A chegada dos jesuítas ao Brasil coincide com uma nova fase na história da colônia, com a implantação do Governo Geral e a fundação da cidade de Salvador, sua capital. Nóbrega e seus cinco companheiros viajaram em companhia do primeiro governador geral, Tomé de Souza e, partir daí, as relações entre os jesuítas e o governo colonial serão de intimidade e de colaboração plena, fundadas no amparo do poder real. A despeito de

pequenos contratemplos, decorrentes dos excessos dos colonos em relação aos índios, esse entendimento básico entre os jesuítas e o poder colonial continuará operando por mais de um século, até a morte de rei D. João IV, em 1656.

Em uma de suas primeiras cartas do Brasil, Nóbrega dirá que “esta terra é nossa empresa”. A frase representa um compromisso militante e permanente em mais de um sentido. Por 210 anos, até a expulsão dos jesuítas pelo governo do marquês de Pombal, em 1759, os jesuítas serão a instituição mais eficaz, articulada e lúcida na condução da política indigenista oficial. Influirão também poderosamente em todos os outros aspectos da administração pública, na defesa do território, na educação, na economia, na saúde e, naturalmente, na cultura. Os textos jesuíticos são a melhor fonte para o conhecimento da vida colonial no Brasil e no Estado do Maranhão.

No que se refere aos índios, as fontes jesuíticas têm um volume e uma densidade de informação de importância e os benefícios da publicidade de sua obra, expressa na publicação de toda a sorte de informações sobre as missões e seus inumeráveis povos. Já em 1555, editava-se (em Madrid ?) um folheto apologético com a correspondência dos missionários no Brasil, em Goa e Málaga, que inclui informações sobre a China: *Copia de unas Cartas de algunos padres y hermanos dela compañía de Jesus que escribieron dela India, Japon y Brasil a los padres y hermanos dela misma compañía en Portugal trasladadas de portuges en castellano. Fuerõ recibidas em año de mil y quinientos y cincuenta y cinco. Acabáronse a treze dias del mes de Dezimber.* Por Ioan Alvarez. Año MDLV (33 fols, não numeradas).

Seguiu-se uma vasta quantidade de cartas, relatórios, tratados teológicos, gramáticas e catecismos, vocabulários, crônicas e memórias mais alentadas sobre a história das missões e dos grupos indígenas.

Serafim Leite, o erudito cronista e historiador da ordem, falecido há alguns anos, editou ou reeditou muitos dos informes jesuíticos, principalmente do século XVI. Sua morte impediu a continuação da publicação das cartas dos primeiros jesuítas no Brasil. Pôde, entretanto, completar sua obra mais extensa, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, em dez grandes tomos (Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950). Como síntese e complemento dessa obra, publicou, em 1965, a *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (Assistência de Portugal), 1549-1760*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa. Outro projeto monumental de Serafim Leite, este infelizmente incompleto, foi a publicação dos volumes do *Monumenta Brasiliae*, da série ‘*Monumenta Histórica Societatis Iesu*’ (v. 79, 80, 81, 87), nos seguintes anos: v. I (1538-1553), Roma, 1956; v. II (1553-1558), Roma, 1957; V. III (1558-1563), Roma, 1958; V. IV (1563-1568), Roma, 1960.

Entre outras obras relevantes, todas de grande interesse para a história dos índios brasileiros, de autoria ou editadas por Serafim Leite, citam-se:

- Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do P. Antonio da Rocha Superior do Espírito Santo (1571), in *Actas do Congresso Internacional da História dos Descobrimentos*, V, Parte I (Lisboa, 1961) 127-139.
- *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa-Rio de Janeiro, 1953.
- *Breve itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo (1517-1570)*. Lisboa-Rio de Janeiro, 1955.
- *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra, 1955.
- *Luiz Figueira - A sua vida heróica e a sua obra literária*. Lisboa, 1940.
- *Novas Páginas de História do Brasil*. Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1962.
- “As raças do Brasil perante a ordem teológica, moral e jurídica portuguesa nos séculos XVI a XVIII”, in *Scientia Iuridica* XIII (Braga, 1964) 531-551.
- *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

Após o insucesso da tentativa do estabelecimento de uma missão entre os índios da serra do Ibiapaba, no Maranhão, e que fracassou com a morte do padre Francisco Pinto, Luis Figueira voltou à Amazônia, em 1643, à frente de um numeroso grupo de jesuítas. O barco em que viajavam naufragou nas costas da ilha de Marajó, na foz do Amazonas, e os sobreviventes foram mortos pelos índios Aruan, daquela ilha.

Antonio Vieira, escritor, conselheiro e favorito do rei D. João IV e o mais prestigioso intelectual de sua época em Portugal, dispôs-se a trocar a corte pelo Maranhão, reinstalando a missão jesuítica em São Luis, em 1653. Mas pouco durou a permanência física do grande jesuíta no Estado do Maranhão. Serafim Leite resume os fatos que marcam a alteração dos rumos da Companhia de Jesus no Maranhão e no Brasil:

“A Câmara do Pará (em 1661) reclamou dele entradas ao sertão para fazer escravos, alegando que o povo tinha necessidade dos seus serviços. Redarguiu Vieira que as dificuldades econômicas da terra não provinham só da falta de escravos. Em resposta, prenderam-no, remeteram-no ao Maranhão e embarcaram-no para Lisboa... De nova foram os padres da Companhia exiliados do Maranhão em 1684... João Filipe Bettendorff advertiu que a Companhia se ocupava noutros ministérios úteis à religião e que por causa dos índios não convinha abandonar tudo o mais... Os Paulistas, homens pios, queriam possuir índios escravos e frequentar os sacramentos da Igreja... Excogitou-se um expediente: os senhores dariam liberdade aos escravos e continuariam a tê-los ao seu exclusivo serviço. O provincial (jesuítico) Alexandre de Gusmão aceitou esta plataforma com geral e público regozijo (1694). Vieira ainda

vivia (e) reprovou tais administrações. O seu voto, vencido, fechou o período heróico da Companhia de Jesus na defesa da liberdade dos índios” (Leite, 1965:88-90).

Nos quase 70 anos em que duraria ainda, no Maranhão e no Brasil, a presença e a influência da Companhia de Jesus, a expansão territorial e o progresso material da ordem correm ao lado das concessões aos interesses escravistas dos colonos. A vocação utópico-missionária de Vieira foi substituída pelo pragmatismo de dois economistas da Companhia de Jesus dos primeiros anos do século XVIII: Jorge Benci, autor de *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, e João Antonio Andreoni (o Antonil de *Cultura e Opulência do Brasil*), que formularam as bases da nova política.

No século XVIII as missões jesuíticas haviam-se rendido, sem maior resistência, à visão empresarial de Benci e Andreoni. Parafraseando Vieira, podese dizer que o oneroso dessa espécie de missão cai sobre os índios e todo o útil se concede aos missionários; todas as conveniências a estes, e aos índios, sempre miseráveis, todas as violências. João Lucio de Azevedo dirá a mesma coisa, no balanço final da obra da Companhia de Jesus no Pará:

“... usando dos mesmos processos de cativo e domínio aplicado pelos seculares, os padres logravam acrescentar os seus estabelecimentos, ao passo que os dos simples colonos minguavam, até extrema decadência. Escravos eram os índios em poder destes, como no daqueles, e em ambas as partes o trabalho violento. Não era talvez menor a tirania do religioso, na missão, que a do lavrador, na fazenda... As missões enriqueciam, portanto; e as dos jesuitas sobrepujavam a todas, em número e valor das propriedades” (Azevedo, 1930:235-236).

Bibliografia e Fontes Manuscritas

São relacionadas abaixo as crônicas oficiais da Companhia de Jesus no Brasil (Vasconcellos) e no Estado do Maranhão (Betendorf) e textos impressos de jesuítas do século XVI (Nóbrega, Anchieta, Cardim e avulsos), do século XVII (Vieira, Luis Figueira) e do século XVIII (José de Moraes e João Daniel). É citada também, por sua importância crítica e documental, a obra do historiador português deste século, João Lucio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão Pará*.

Do acervo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional são citados alguns documentos mais representativos sobre os jesuítas no Brasil.

Século XVI:

- Vários autores, *Cartas avulsas 1550-1568*. Officina Industrial Graphica, 1931. Rio de Janeiro. 520 pp.
- Pe. Manuel da Nóbrega (1517-1570), *Cartas do Brasil e Mais Escritos do P...* (Opera Omnid). Coimbra, por ordem da Universidade, 1955, 570 pp.
- Pe. Joseph de Anchieta (1534-1597), *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre ... (1554-1594)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933. 567 pp.
- De Gestis Mendi de Saa (Dos feitos de Mem de Sá). Poema. Original acompanhado da tradução vernácula do pe. Armando Cardoso. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1958, 255 pp.
- Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de Iesu. Em Coimbra per Antonio de Mariz, 1955, 58 fis.
- Pe. Fernão Cardim (1549-1625), *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Editores J. Leite & Cia., Rio de Janeiro, 1925, 434 pp.

Século XVII:

- Pe. Antonio Vieira (1608-1697), *Cartas do Padre Antonio Vieira*. 3 tomos, Coimbra, Impensada Universidade, 1925-1928. 605 + 710 + 811 pp.
- Obras Escolhidas. Em defeza dos índios. V. 5. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa, 1951, 363 pp.
- Pe. Simão de Vasconcellos (circa 1596-1671), *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Segunda edição correcta e aumentada. Lisboa. Em casa do Editor A.J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v. (clvi + 200 + 344 pp). (Ia ed., 1663).
- Pe. João Filipe Betendorf (1625-1698), *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 72, parte 1, Rio de Janeiro, 1910 (liiii-697 pp.)

Século XVIII:

- Pe. João Daniel (1722-1776), *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, v. 95, tomos 1-2, Rio de Janeiro, 1976. (437 + 440 pp.).
- Pe. José de Moraes (1708-?), *Historia da Companhia de Jesus na extincta Provinda do Maranhão e Pará pelo Padre... da mesma Companhia*. Em Memoria para a Historia do Ex tino Estado do Maranhão... colligidas e anotadas por Candido Mendes de Almeida. Tomo primeiro. Rio de Janeiro, Typ. do Commercio de Brito & Braga, 1860. 554 pp. (O ms. é de 1759).

João Lucio de Azevedo, Os Jesuítas no Grão Pará, suas missões e a colonização. 2. ed. Coimbra, Universidade, 1930. (A primeira edição é de 1901).

Documentos da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Missões:

- Breve narração do que tem sucedido na Missão dos Gamella desde o anno de 1751 até 1753.
- Cartas do padre Antonio Vieira, escripias a El-Rei sobre as missões do Maranhão e Pará (copiadas de um manuscrito que se acha na Biblioteca Publica do Rio de Janeiro. Maranhão, 1653-1655. - Considerações feitas acerca do Real Directoria das missões do Estado do Maranhão e Pará.
- Officio da Camara do Rio Grande de Belmonte ao chefe de polícia, Caetano Vicente de Almeida Junior, sobre a construção por parte dos habitantes da margem do Jequitinhonha de uma nova missão para aldeamento dos botocudos. Belmonte, 1819-1838.
- Provisão regia a Vasco Fernandes Cesar de Meneses sobre ficar entendendo o que S.M. ordena ao governador de Pernambuco acerca dos indios fugidos das missões e procedimento do governador Jorge Dias de Carvalho. Lisboa, 10 de março de 1729.

Jesuítas:

- Breve noticia histórica das Missões dos Jesuitas no Brasil. Bahia, 1574.
- Cartas dos padres da Cia. de Jesus sobre o Brasil desde o anno de 1549 até o de 1568. 226 fis.
- Certificación del Maestro de Campo Antonio de Vera y Muxicar sobre los servicios prestados por los padres de la Cia. de Jesús y los indios en el sitio de Colonia. 1680.
- Chronica da Cia. de Jesús do Estado do Brasil pelo Padre Simão de Vasconcellos.
- Documentos sobre a expulsão dos jesuitas do R. de Janeiro e outros lugares.
- Memorial dos povos do Maranhão contra os jesuitas.
- Ordem dada pelo Governador e Capitão General ao padre Provincial da Cia. de Jesús para serem recolhidos os indios que se achavam fora de suas aldeias. Bahia, 1685.
- Representação que fez a Cia. de Jesus do Estado do Maranhão a El Rei pelas vexações e desordens que padecem no mesmo Estado, século XVIII.

Lista dos grupos indígenas

Para se ter uma idéia da densidade da informação jesuítica sobre índios, processada e publicada por Serafim Leite em seus vários livros, vale citar o índice de tribos da *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil* (1965:277-278) e que, naturalmente, é bem menor que os dados compilados e indexados por Serafim Leite nos 10 volumes da *História da Companhia de Jesus no Brasil*:

INDIOS: Variante da raça mongolica 213, posição cultural à chegada dos Portugueses 214, desconhecedores do uso do ferro 194, aldeias indígenas 69, adornos 67, seminomadismo 69-70, poligamia 69, noção do casamento 4, sistema familiar da mulher-saco 153, estado religioso 68, feiticeiros 22, a “santidade” dos pajés 63, afeição à música e cantares 64, no Diálogo do Padre Nóbrega sobre a Conversão do Gêntio 60-62, recorrem aos padres 11, a Lei de Nóbrega 22, um principal aprende o ABC em dois dias 39, começam a andar vestidos 72, peixe o seu alimento mais comum 188, governam-se nas aldeias de catequese com simplicidade natural 75, os das aldeias tomam parte na conquista do Maranhão 241 e noutras guerras (ver Guerras)”.

Índios Abacaxis: 101.	Jaris: 101.
Aconcaguas: 215	Jurunas: 100, 215.
Aimorés: 61, 98, 182, 214.	Kiriris: 27, 214, 218.
Amanajás: 99.	Manaus: 156, 218.
Arapiuns: 101, 251.	Maracãs: 244.
Araras: 101.	Maromomins (ou Guarumimins): 98,214,218.
Aruãs: 101.	Moritises: 214.
Barbados: 99, 254.	Nheengaibas: Redução Pacífica Pelo Pe. Vieira 87, 100.
Bocas: 101.	Pacajás: 97.
Caatingas: 101.	Pacobas: 98.
Caicais: 99.	Paiaucus: 254.
Carajás: 100.	Paiaiases: 215, 244.
Carijós: 4, 16, 17, 80, 84, 98, 215, 241, 242.	Papanás: 61.
Condurises: 100.	Paranaubis (Mares Verdes): 95, 98,214.
Gamelas: 215.	Parariconhas: 99.
Gatos: 10.	Pauxis: 100.
Gesseraçus: 98, 214.	Pirapés: 97.
Goitacases: 98, 241, 242.	Potiguares: 240.
Grens: 98.	Rerius: 215.
Guanares: 16, 99.	Tamoios: 10, 27, 29-32, 61, 72, 120, 146,213,214.
Guarulhos: 214.	Tapajós: 251.
Guegués: 99.	
Irurises: 100.	
Janduis: 215.	

Teiroses: 101.
Tobajaras: 215.
Tupis: 14, 30, 32.

Tupinambás: 68, 213, 214.
Tupiniquins: 32.
Tupinambaranas: 100, 101.

FRANCISCANOS

Frei Venâncio Willeke, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na introdução a *Missões Franciscanas no Brasil (1500-1975)*, resume a atividade missionária da ordem entre as populações indígenas:

“De 1500 a 1549, os franciscanos foram os únicos missionários do Brasil. Como porém a sua catequese não obedecesse a um plano pré-concebido, nem tivesse continuidade ininterrupta, deixou de surtir resultados duradouros.

De 1585 a 1619, a custódia de S. António, com sede em Olinda, estendeu a evangelização dos índios da Paraíba até às Alagoas e na capitania do Espírito Santo.

Em 1617, criou-se o comissariado de S. António no Grão-Pará, o qual, em 1624, foi promovido a custódia, recebendo como primeiro custódio Frei Cristóvão de Lisboa.

Elevada a custódia de Olinda à província em 1657, recebeu novas missões, entre a Bahia e a Paraíba, mantendo-as em parte até meados do século XIX.

A província da Imaculada Conceição, criada em 1675, com sede no Rio de Janeiro, encarregou-se principalmente de missões volantes, entre os silvícolas das capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, estendendo-as até o Rio Grande do Sul e ao Uruguai, até que em começos do século XIX foram paralisadas por falta de missionários.

No Amazonas, surgiram ainda os comissariados da Piedade, em 1692, e da Imaculada Conceição, em 1705, cujas missões foram praticamente extintas em meados do século XVIII.

De 1870 a 1894, franciscanos italianos mantiveram missões na província do Amazonas, (Willeke, 1974:16-17).

Na esquadra de Pedro Álvares Cabral que se dirigia às índias Orientais e aportou, como se sabe, nas costas do Brasil em fins de abril do ano de 1500, viajavam 8 franciscanos, chefiados por frei Henrique Soares de Coimbra. Foram, assim, os primeiros religiosos a ter contato com índios brasileiros. Willeke supõe que, por intervenção de frei Henrique, o rei de Portugal, “D. Manuel I, em 1516, mandou os primeiros catequistas seráficos para Porto Seguro. Historicamente consta que, por vol-

ta de 1516, chegaram a Porto Seguro dois missionários da província de São Francisco de Portugal, desenvolvendo em breve uma catequese exemplar entre os Tupiniquim”, (*op. cit.*:21).

Em 1537, um grupo de franciscanos espanhóis, que se dirigia ao Rio da Prata, entre os quais estavam frei Bernardo de Armenia e frei Alonso Lebrón, naufragou nas costas de Santa Catarina. Os frades foram acolhidos pelos índios Carijó (Guarani) de Mbyaçá e aí iniciaram uma missão. A obra catequética prosseguiu com o auxílio de intérpretes e de um índio de prestígio, Etiguara. Frei Bernardo de Armenta comunicou, em carta ao rei da Espanha, os resultados promissores da missão:

“E logo que os ditos índios nos pediram que os doutrinássemos nas coisas da nossa santa fé católica; pois desejavam muito ser cristãos e havendo tão boa disposição, assim da parte dos índios como por haver intérpretes com quem efetuar o nosso desejo, ensinamos a muitos deles o que lhes era necessário para receberem o batismo. Não há dúvida que Deus, em pouco tempo, realizou grandes coisas nos seus corações, conforme mostravam as obras. Pois o que, com grande dificuldade e com longo decurso de tempo, é abandonado pelos infiéis, estes em poucos meses o abandonaram, em particular o uso que há entre eles de terem muitas mulheres parentes, como sejam irmãs-sobrinhas e primas. Em consequência da nossa pregação, todos ficaram com uma só e que não fosse parenta; e lhes proibimos que comessem carne humana, o que tudo cumpriram, como se disse, para receberem o santo batismo e serem cristãos” (Apud Willeke, 1974:27-28).

Em 1541, os missionários franciscanos tiveram que dirigir-se ao Paraguai, por ordem do governador Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Os poucos resultados conseguidos aí os trouxe de volta ao Mbyaçá, em 1543. Frei Bernardo faleceu em 1546 ou 1547. No ano seguinte, chegaram à região navios portugueses que atraíram grande número de índios para vendê-los como escravos em São Vicente e em Ilhéus. Foi este o fim da missão franciscana do Mbyaçá.

Atendendo a pedido do governador da capitania de Pernambuco, o superior geral dos franciscanos, frei Francisco Gonzaga, criou a “Custodia de Sta. Antonio”, com sede em Olinda, que deveria ser implantada pela província portuguesa de Santo Antonio de Lisboa. Willeke narra o início da nova missão:

“...Frei Francisco de São Boaventura, indicado para superior do convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, ao ensejo da ocupação pelos religiosos em outubro de 1585... cuidou logo de se aplicar à doutrina dos índios e logo determinou com outros companheiros mais sair à pregação e doutrina dos índios. Esta afirmação é corroborada por Frei Francisco Gonzaga (em 1587): Dia e noite zelam pela salvação daqueles povos gentios como também dos fieis”, (*Op.cit.*: 36).

Em 1588, iniciam os franciscanos sua expansão pelo interior de Pernambuco, trabalhando com índios e colonos de Igarapé, Goiana, São Miguel do Una. A partir dessa última localidade penetram no território de Alagoas, em Porto de Pedras, entre os índios Caeté (1596-1619).

As missões franciscanas na Paraíba, principalmente entre os índios Potiguara, são conhecidas em maior detalhe pelo fato de ter trabalhado nelas Frei Vicente do Salvador, o primeiro historiador brasileiro, cujo livro, de alto valor, data de 1627. Pioneira também é a *Narrativa da Custódia de Santo Antonio do Brasil, 1584-1621*, de frei Manuel da Ilha, escrita originalmente em latim, antes de 1637 (ano do falecimento do autor). Frei Manuel da Ilha descreve longamente o caráter e os hábitos dos Potiguara e outros índios da região. São selecionados alguns trechos:

“Era a época em que o acérrimo inimigo pitiguar ardia de intenso desejo de guerrear os nossos, cujas doutrinas e povoações atacava quando podia, embora com pouco sucesso, por mercê de Deus. No ano do Senhor de 1596 todas as doutrinas da Paraíba, que eram então cinco, foram atacadas por grave moléstia da bexiga ou varíola. Numa das aldeias, chamada Gramame, na qual assistiam quatro Religiosos que de lá visitavam a seu tempo as outras, chegou a tanto a moléstia que das 100 pessoas que ordinariamente moravam numa casa de palha, como dormitório, apenas dez gozavam de boa saúde. Estas, para fugir da doença mortífera, iam-se embora; chegou-se a tal situação que já não havia quem enterrasse os mortos; quase todos os dias faleciam de 12 a 15 em cada doutrina (...)

No seguinte ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1597, ao romper da aurora do dia 5 de agosto, enorme multidão de pitiguares com soldados franceses luteranos assaltaram a aldeia das fronteiras e tão rapidamente o fizeram que os moradores só se aperceberam quando já estavam dentro dela. Contudo, neste embate, os cristãos resistiram ao seu furor, com viril coragem, até que os anciãos, as mulheres e crianças se recolhessem à Igreja; depois, fechando suas portas, também os combatentes entraram no cercado dos Religiosos, de onde se defenderam heroicamente (...)

Todo gentio da Provincia do Brasil é audaz no ataque. Sempre andam e lutam nus. Suas armas são arco, flechas e “paus tostados”, com os quais esfacelam as cabeças. A isto chamam “tomar nome” e “quantas cabeças quebram tantos nomes se lhes antolha”. Os que se ufanam da valentia “se fazem riscar e lavar com um dente agudo de um animal e, lançando pó de carvão pelos riscos e labores ensangüentados, ficam com eles impressos toda vida”. Alguns têm “os beiços de baixo furados e alguns as faces, e uns tomos ou batoques de pedras verdes metidos pelos buracos”. Não adoram nem cultuam nenhum deus. “Carecem de lei e de rei”. Entre si têm alguns principais, “um capitão mais para a guerra que para a paz”. “Porém nem a estes, nem ao maioral pagam os outros alguns tributo ou vassalagem mais que chamá-los quando têminhos, para os ajudarem a beber, ao que são muito dados, e os fazem de mel ou de frutas, de milho, batatas e outros legumes, mastigados por donzelas e delidos em

água até se azedar, e não bebem quando comem, senão quando praticam ou bailando ou cantando”. Quando conhecidos e maridos vêm de longe, as esposas e parentes os recebem “com grande pranto não todas juntamente, mas uma depois da outra”. Comem carne humana e têm muitas superstições, uma das quais é que “a mulher, em acabando de parir, se vai lavar no rio e o marido se deita em a rede”, em que costumam dormir elevados no ar. Por três dias permanecem em dieta como doentes, dizendo que ela os preserva da doença ciática e das articulações.

“Não é fácil averiguar, maiormente entre os principais que têm muitas mulheres, qual seja a verdadeira e legítima, porque nenhum contrato exprimem e facilmente deixam uma e tomam outras”; (...) Embora já estejam misturados e unidos por casamentos, há contudo entre eles inimizade tão antiga, são de tal modo belicosos que, no ano do Senhor de 1616, atacaram uma aldeia na qual mataram 120 pessoas, pois as apanharam desprevenidas em ocasião em que a maioria dos moradores estava ausente da aldeia. Fato maravilhoso sucedeu quando os inimigos estavam no aceso da luta cruenta: dois Religiosos abriram a porta da Igreja para receber os refugiados; ao vê-los, o inimigo embora gentio e pagão mostrou tanta reverência que imediatamente se afastou. A esses e outros perigos têm-se exposto os Religiosos que vivem entre estes indígenas” (Ilha, 1975:98-112).

Da segunda metade do século XVII ao início do seguinte, os franciscanos fundaram cerca de 25 missões de índios no nordeste do Brasil, extintas em sua maioria pela legislação anti-missionária do marquês de Pombal, a partir de meados do século XVIII. Com base em fontes da época, frei Venancio Willeke (*op.cit.*: 88) elaborou um mapa dessas missões (1679-1863):

MISSÕES DA PROVINCIA DE SANTO ANTÓNIO DO BRASIL, 1679-1863

NOMEDAS MISSÕES	PADROEIROS	FUNDADAS (F) OU ACEITAS (A) ¹	DEVOLVIDAS (D) ² OU EXTINTAS (E)
1. Itapicuru de Cima ⁴	S. Antônio & N. S. da Saúde ³	1689 (F)	1834 (E)
2. Massacará	SS. Trindade	1689 (F)	1854 (E)
3. Bom Jesus da Jacobina	Bom Jeus da Glória	1706 (F)	1847 (E)
4. Sal	N.S. das Neves	1697 (F)	1863 (E)
5. Juazeiro	N.S. das Grotas	1706 (F)	1840 (E)
6. Rodelas ⁵	S. João Batista	1697 (A) ⁶	? (D)
7. Massarandupió ⁷	S. Antônio de Arguim	1831 (A) ⁶	?(D)
8. Jeremoabo	N.S. das Brotas	1702 (F)	1718 (E)
9. Pambu	N.S. da Conceição	1702 (A) ⁶	? (D)
10. Curral dos Bois ⁸	S. Francisco e S. Antonio	1702 (F)	1843 (E)
11. Aracapá	S. Francisco	1703 (A) ⁶	?(D)
12. Camamu	N.S. do Desterro	1703 (A) ⁶	?(D)
13. Salitre	S. Gonçalo	1703 (A) ⁶	?(D)
14. Piaguí	S. Cruz	1706 (F) ⁶	?(D)
15. Catu ⁹	S. Antonio	1719 (?)	?
16. Aricobé	N.S. da Conceição	1739 (F)	1860 (E)
17. Alagoas	N.S. da Vitoria	1679 (F)	1761 (E)
18. Palmar	S. Amaro	1695 (F)	1699 (D)
19. Una ou Iguna	S. Miguel	1679 (A)	1742 (D)
20. Coripós	N.S. do Pilar	1702 (A)	1761 (E)
21. Zorobabé	N.S. do Ó	1702 (F)	1761 (E)
22. Unhunhu	N.S. DA PIEDADE	1705 (F)	1761 (E)
23. Pontal	N.S. dos Remédios	1705 (F)	1761 (E)
24. Pajeú	S. Antonio	1741 (F)	1761 (E)
25. Cariris	N.S. do Pilar	1705 (F) ¹⁰	1724 (D)

1 “Fundada” significa criada pelos franciscanos; “aceita”, assumida de outra Ordem.

2 “Devolvida”, entregue ao bispo; “extinta”, promovida a paróquia ou extinta.

3 As missões 1-7 constam em Noticia geral de toda esta capitania da Bahía, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759, por José Antônio Caldas, edição fac-similar, Bahia 1951, p. 60ss.

4 As missões licavam nos seguintes Estados: n° 1. Sergipe resp. Bahía; n° 2-13 e 15 Bahía; 14 provavelmente Piauí; 16, outrora Pernambuco e hoje Bahía; 17-18 Alagoas; 19-24 Pernambuco; 25 Paraíba.

5 Em 1758 era dos capuchinhos.

6 Estas missões passaram poucos anos sob a administração franciscana, assim como Arachá e Cararu.

7 Esta missão foi, durante algum tempo, dos carmelitas.

8 Não confundir esta missão com a homônima dos jesuítas entre Sentosé e Malhadinhas.

9 Catu não aparece nos documentos franciscanos mas sim nos Documentos Históricos, Rio de Janeiro 1942 (I.V), p. 268.

10 As aldrina se compunham de índios destes grupos gerais: n° 1-7 Tupinambá; n° 2-5, 11, 24, 25 Cariri, Caibre; n° 6 Procá; n° 10 Guaimoré; n° 19-22 Tapuia.

As ordens religiosas que trabalharam com índios na Amazônia nos séculos XVII e XVIII, além dos jesuítas, foram os franciscanos, divididos em três ramos: os da Província de Santo Antonio, os da Piedade e os da Conceição da Beira e Minho; os carmelitas e os mercedários.

Os franciscanos de Santo Antonio foram os primeiros chegados à Amazônia. Em 1617 havia quatro missionários dessa ordem estabelecidos em Belém. Eram Frei Antonio de Merciana, Frei Cristovão de São José, Frei Sebastião do Rosário e Frei Felipe de São Boaventura. Em meados de 1618 foram encarregados, por ordem régia, do trabalho com os índios. Numa “Relação sobre as coisas pertencentes à conservação e aumento do Estado do Maranhão”, do capitão-mor do Pará, Jácome Raimundo de Noronha, em 1637, é ressaltada a conveniência de entregar aos franciscanos de Santo Antonio o cuidado dos índios, seduzidos e revoltados pela intromissão de estrangeiros na Amazônia, como holandeses, ingleses e franceses:

“A cousa mais necessária que há naquellas partes para ter o gentio dellas sogeito, é visitalos e amparalos dos religiosos Capuchos de Santo Antonio aos quaes todo o gentio tem em muita veneração, e os amão como o único remedio de suas necessidades, porque conhecem delles a charidade com que os tratão e os perigos, em que se poem para os defenderem assi na paz como na guerra, o que tem experimentado bem em todos as que ouve naquella conquista, que sempre nella se acharão por seu remedio os religiosos desta Religião como foi nos principios. E tomadas do Maranhão aos Francezes o Pe. Frey Cosme, e frey Manoel, e na continuação das guerras do Para o Pe. Frey Antonio da Merçeana, e o Pe. Costodio frey Christovão de Lx (Lisboa) e o Pe. frey Christovão de S. Joseph, e todos os mais religiosos se offerecerão sempre aos trabalhos daquella conquista e de presente tem ido ao descobrimento do grande Rio das Amazonas por onde se navega até a cidade de Equitu (Quito) no Peru, o Pe. frey Augusto e na ultima guerra contra os olandeses no Torreço, e na guerra do Rio Phillipe, donde forão desbaratados, e tomadas suas fortalezas em toda se achou o Pe. frey Luiz dassunção dando animo e consolação aos Portugueses, e grande estimação de sy a todo o gentio por onde Convem a S. Magde, para segurança daquelles grandes Portos, e navegações mandar os ditos religiosos deste Rno. (Reino) em quantidade para acodirem a tam perlongada conquista, e mãdar que sejam estimados. E venerados dos governadores, e Capitães, e que serão castigados os delictos que contra elles se tem cometidos naquella conquista tanto contra o serviço de Deos, e de S. Magde, para que com este castigo se deo exemplo a todos os gentios e para que cresça entre elles amor, e reverencia que lhe tem” (Studart, 1921-IV:49-50).

Os franciscanos conseguiram, em 1666, aldear, perto de Belém, em três grandes povoações, os índios Aruan da ilha de Marajó, os mesmos que haviam dizimado a expedição jesuítica do padre Luis Figueira e que continuavam em guerra com os portugueses. Num esforço de pacificação e atração se distinguiu Frei Manoel do Espírito Santo. Antes disso, em 1662, os franciscanos dedicavam-se a atrair índios das

áreas disputadas pelos franceses da Guiana, no Jari e no Cabo do Norte, conseguindo remover, para junto de Belém, alguns índios desse último local.

Também entre a boca do Amazonas e do Nhamundá estenderam suas atividades os missionários franciscanos, fundando e mantendo as aldeias de Menino Jesus, Anaratuba, Bocas, Caviana, Urubucuará, Acapary e Paru. A expansão das missões das diversas ordens deu origem a sucessivas decisões régias em 1687, 1693, 1694, 1707 e 1714, com o propósito de fixar as áreas e os limites da ação das diferentes congregações missionárias. Sabe-se que, em 1707, ficaram os frades de Santo Antonio com as missões do Marajó, São José, Bom Jesus e Urubucuará. Em 1715, entretanto, uma reclamação da Província da Conceição revogou ou limitou essa concessão. Esses frades ou capuchos da Conceição da Beira e Minho, com eram habitualmente referidos, chegaram a Belém em 1706 e logo principiaram a trabalhar com índios, principalmente na região disputada pelos franceses da Guiana. O comissário da província, frei João de Santo Antonio requereu das autoridades de Lisboa apoio a essa atividade, inclusive escolta militar para os descimentos de índios. Por ordem régia do próprio ano de sua chegada à Amazônia, os capuchos da Conceição conseguiram que fossem divididas, em seu benefício, as aldeias controladas pelos frades de St. Antonio. A Reunião da Junta de Missões, no ano seguinte, formalizou essa partilha, cabendo aos capuchos da Conceição as aldeias de Cayã, Conceição, Carajá, Marajó e Tuerê. Entre essa data e a inauguração do período pombalino, que encerrou a atividade das missões, prosseguiram as desavenças e a competição desses dois ramos da ordem franciscana, com resultados variáveis para um e outro, conforme a perspectiva ou as simpatias dos governantes. O terceiro ramo da ordem franciscana estabelecido na Amazônia foi o da Província da Piedade, atraído à região por Manoel Guedes Aranha, capitão-mor de Gurupá, que havia entrado em conflito com os jesuítas. Esses frades chegaram a Belém em fins de 1693 e dirigiram-se imediatamente a Gurupá, que seria o centro coordenador de suas atividades missionárias. Foi rápida a expansão dos frades da Piedade, como se pode ver pelos dispositivos da Carta Régia de 19 de março de 1693, que dividia o espaço entre as diversas ordens missionárias:

“Aos religiosos da Província da Piedade, que hão de assistir no Gurupá, mando assinalar por distrito todas as terras e aldeias, que estiverem junto da fortaleza e assim todas as demais terras, que ficam para cima da aldeia de Urubucuará e subindo o rio das Amazonas se compreenderão no seu distrito os rios do Xingu, das Trombetas, e do Gueriby, que têm muitas aldeias em paz, e muito mais por domesticar”.

Como informa Ferreira Reis, apoiado em dados do bispo do Pará, D. Frei João de São José de Queiroz, os frades da Piedade obtiveram êxitos sensíveis.

“Mantendo aldeamentos, operando descimentos, convertendo dezenas de tribos, explorando rios, como Trombetas e o Nhamundá, disciplinando o gentio com que tomavam contato ou sobre que recaía sua atenção mais direta. So em 1727, no Trombetas, conseguiram reduzir toda a massa gentílica, distribuída em mais de duas dezenas de tribos, que se espalhavam até a zona tida como fronteira da colônia holandesa do Surinam. Frei Francisco de S. Marcos foi o herói desse feito. Como de outros o foram Frei Manoel de Marvão, Frei Francisco de Alvor, Frei Alexandre de Portel. Além do hospício de Gurupi, mantiveram os Piedosos o de S. José, que levantaram em Belém, o de Arapijó, onde aldearam os Nambibares, os Capunas e Manins; o de São João Batista dos Tocantins, o de São João Batista dos Jamundazes, o de Pauxys, onde nuclearam os Arapiuns, os Ondorizes e Coriatis; S. de Santa Cruz de Aracajus, que agremiou os Manaos; os Cazes; o de São Francisco de Gurupatuba, com os Apamás, os Tapuyassus, os Goncares; e o de Santa Bárbara de Croamamena, com os Tapiquonás e os Nambicuáres. Desses núcleos, resultariam povoados e vilas que ainda hoje são um documento da atuação dos frades: Monte Alegre, então Gurupatuba; Obidos, então Pauxys; Faro, então Nhamundá; Porto de Mós, então São Braz; e Alenquer, então Sorbiú” (Reis, 1942:36-37).

Em 1870, o governo brasileiro estabeleceu negociações com missionários franciscanos, de origem italiana, com experiência no trabalho com populações indígenas da Bolívia, para transferir-se à província do Amazonas, para a catequese de vários grupos indígenas no vale do Madeira, do Purus, do Ituxi, dos Solimões e do rio Negro. Essas missões, com sucesso variável, mantiveram-se até o advento do regime republicano, em 1889. Frei Venancio Willeke, em *Missões Franciscanas no Brasil*, publica um quadro dessas missões:

MISSÕES DO AMAZONAS (1870-1889)

ALDEIAS	PADROEIROS	CASAS	ALMAS	TRIBOS
1. Micurapecuma	N.S. da Conceição	3-4	30	Tucano
2. Jurapecuma	S. Pedro	7-8	79	
3. Ananapecuma	S. Bernardino	20-25	129	“
4. Taraquá	S. Francisco	40-42	245	“
5. Ipanoré	S. Jerônimo	63	336	Tariana
6. Iviturapecuma	----	4-5	78	Arapaz
7. Juquirá	S. Miguel	14-16	164	Piratapuia
8. Jararete	Santo Antônio	30-35	402	Tariana
9. Umari	----	3-4	86	Tucano
10. Caruri	S. Leonardo	5-6	168	Ananá
11. Jutica	SS. Trindade	5-6	84	“
12. Tucano	S. Isabel	25-30	189	Tucano
13. Uiraposo	N.S. de Nazaré	10-12	250	“
14. Maracaju	S. José	11-13	309	“
15. Turi	S. Pedro de Alc.	5-8	186	“
16. Turigarapé	S. Luzia	1-2	162	“
17. São Domingos	----	---		
18. São Francisco	----	----	370	
19. Papunha	S. Pedro		100	Mura
20. Aruaná	S. Antônio			Pama
21. Tapauá	N.S. da Conceição			Jamamandi
22. Im. Conceição			70	

Notas: As aldeias 1-11 ficavam no rio Vaupés; 12-15 no rio Tiquié; 16 no Papuri; 17 no Içana; 18 no Machado (afluente do Madeira); 19 e 20 no Madeira; 21 no Mamuriá; 22 no Ituxi. - A lista das missões se baseia sobre Frei Jesuaido Machetti, *Catechese, in Exposição com que o limo. Exmo. Sr. Dr. Theodoro Carlos de Faria Soulo, M. D. Presidente da Província, entregou a administração da mesma ao Tte. Cel. Joaquim Jose Paes da Silva Sarmiento, Manaus 1885, e Acta Ordinis Fratrum Minorum. V (1885), pp. 111, 145 e 175.* - Por ordem do governo amazonense, tentaram os frades em 1887 tomar contacto com o Crichana dos rios Branco e Jauaperl, para enfrentarem a invasão das sellas protestantes vindas da Guiana Inglesa. Alas não se fundou qualquer missão (*op. cit.*: 168).

Entre as contribuições relevantes dos franciscanos ao conhecimento do Brasil e dos índios, em particular, devem ser obrigatoriamente citados dois clássicos do século XVII e um do século XVIII. O primeiro deles é de um pioneiro tanto da ação política e religiosa da conquista do Maranhão aos franceses em 1614-1615, Frei Cristovão de Lisboa, que foi, ao mesmo tempo, o primeiro autor de um tratado de História Natural sobre o Brasil. O livro de Frei Cristovão, *Historia dos Animais e Arvores do Maranhão*, escrito e desenhado por ele, teve uma edição facsimilar em Lisboa, em 1967.

O outro grande intelectual franciscano do século XVII é Frei Vicente de Salvador, nascido no Brasil e autor de uma *História do Brasil*, escrita em 1627, Este livro, editado pela primeira vez por Capistrano de Abreu 250 anos após ter sido escrito, teve sucessivas edições com comentários e introduções de Capistrano. A mais completa delas é de São Paulo, 1965.

A grande obra franciscana do século XVIII é o livro de Frei Antonio de Santa Maria de Jabatão, *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Provinda do Brasil*, impressa em Lisboa em 1761 e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Typ. Brasileira de Máximo Gomes Ribeiro, 1858. Esta edição consta de 5 volumes, sendo os dois primeiros uma reimpressão da edição de 1761. Os outros contêm a parte inédita publicados aqui pela primeira vez. Esta crónica oficial franciscana é de grande interesse para a história do Brasil e muito informativa sobre os índios, especialmente os das regiões assistidas por essa ordem religiosa.

CAPUCHINHOS

Os capuchinhos, principalmente de origem francesa e italiana, estão presentes na história das missões entre índios no Brasil, dos primeiros anos do século XVII, no Maranhão, a fins do século XIX. Neste último século foram engajados pelo governo imperial como os principais agentes da política indigenista oficial e trabalharam com muitos grupos indígenas em todas as partes do país.

Os franceses tentaram estabelecer-se no Brasil, de meados para o fim do século XVI na Guanabara, em Sergipe, na Paraíba, no Ceará e, finalmente, no Maranhão. Aí estiveram desde 1594 alguns náufragos e aventureiros, como Jacques Riffault e Charles des Vaux, que permaneceram por mais de 10 anos entre os índios Tupinambá das costas e ilha do Maranhão. Em 1612, uma expedição francesa, com apoio oficial, comandada por Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, com 500 colonos e alguns nobres, chegou ao Maranhão para fundar uma colónia que chamaram *France Equinoxiale*. Acompanharam a expedição, como missionários, quatro frades capuchinhos: Yves d'Evreux (superior), Claude d'Abbeville, Arsene de Paris e Ambrose d'Amiens.

Foi este o início da missão dos capuchinhos na ilha do Maranhão, que durou pouco, porque os portugueses, a partir de 1614 se combateram e lograram expulsá-los. A despeito disso, a missão teve extraordinário sucesso intelectual, produzindo alguns dos melhores textos sobre índios brasileiros, de qualquer época e, seguramente, as mais penetrantes e reveladoras contribuições para o conhecimento do Tupinambá, produzidas no século XVII.

De todos os textos impressos sobre o Brasil colonial, provavelmente nenhum é mais raro e poucos serão mais importantes que a *Suite de l'Histoire des Choses*

plus memorables advenuës en Maragnam, és anneës 1613 & 1614. Second Traité (A Paris, de l'imprimeire de François Huby, 1615). Como se indica no título, este livro é a continuação (second traité) de um outro, surgido no ano anterior, de autoria de seu companheiro de hábito, Claude d'Abbeville, *Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan* (Paris, Imprimerie de Jacques Huby, 1614).

Rubens Borba de Moraes, em *Bibliografia Brasileira*, explicou as razões que tornavam politicamente inconveniente o livro de Evreux e determinaram a destruição quase integral da edição de 1615:

“After its printing this book by Yves d'Evreux was not allowed to circulate. This edition was destroyed for motives which are not known for certain but which are believed to have been of a political order. It was not convenient at a moment when Louis XIII was about to marry a Spanish Infanta to call attention to the occupation by France of a territory that belonged to Spain (at the time the crowns of Spain and Portugal were united). The politicians who favoured this union and who had been laboriously negotiating for it since 1612, felt that the publication of another book about the occupation of Maranhão would be prejudicial. The publicity that surrounded this conquest, heralded by the appearance of so many printed works (the book and letters of Claude d'Abbeville, for De Pezieu, Arsène de Paris, the *Histoire véritable*, the *Discours et congratulations à la France*, etc.), was capable of provoking irritation in Spain.

A book like this was, in fact, an incitement to conquest. Moreover, other factors may have come into play to undermine the success of de Rasilys enterprise: la Ravardière, and many of his companions, were Protestants, and the powerful Nicolas de Harlay de Sancy, who subsidized the expedition, may have had many enemies.

In any event, the book was suppressed by the politicians or enemies of de rasilly “par fraude et impiété, moyennant certaine somme de deniers, entre les mains de François Huby” says Rasilly, when it was already printed and ready for sale” (Moraes, 1958-1:384).

Ferdinand Denis localizou em meados do século passado um exemplar incompleto do livro de Evreux em Paris, que serviu de base à reedição de 1864. Desse mesmo exemplar foi feita cópia manuscrita para o imperador Pedro II, que se conserva, atualmente, na Biblioteca Nacional. Com base na edição francesa de Denis, Cezar Augusto Marques traduziu e fez editar no Maranhão, em 1874, a primeira edição em português do livro de Evreux. Embora extremamente deficiente, a tradução de Augusto Marques foi único esforço de tornar acessível o texto de Evreux aos brasileiros. Em 1929 a mesma tradução foi reeditada na *Biblioteca de escritores maranhenses*, sob a direção de Humberto de Campos e sob os auspícios do governo do Maranhão. Aqui cessa a história editorial do livro de Evreux que, por sua importância literária, histórica e etnológica, certamente merecia melhor sorte.

O livro de Claude d'Abbeville teve, em comparação, um destino bem melhor. Embora naturalmente raros, são encontrados em bibliotecas públicas exemplares íntegros e bem conservados da primeira edição de 1614. Em 1922, com patrocínio de Eduardo Prado, Capistrano de Abreu iniciou com a reedição dita facsimilar da obra de Abbeville a série "Para melhor se conhecer o Brasil". A edição, completada por eruditas notas lingüísticas de Rodolpho Garcia, é precisa em mais de um sentido: além de constituir uma raridade bibliográfica (edição restrita a cem exemplares), a edição foi reimpressa com tipos semelhantes aos usados no século XVII e não reproduzida em fac-simile. O fato foi imediatamente percebido por Capistrano, que o comunicou em carta a Paulo Prado. De qualquer sorte, estava iniciada a série de reimpressões e traduções da obra de Abbeville, hoje facilmente encontrada na boa tradução brasileira de Sergio Milliet, com notas de Rodolpho Garcia e em edição fac-similar integral, com introdução de Métraux e Lafaye.

Na verdade, desde começo do século, Capistrano tentava obter cópia das páginas que faltavam ao exemplar mutilado de Evreux que serviu de base à edição de Ferdinand Denis. Assim, em 1906, escrevia ao senador Manuel Cardoso Barata, em Paris:

"Só tenho pressa da carta de La Ravardière que deve estar em Paris e da folha 33-40 do exemplar de Yves d'Evreux existente em Chartres, se este a contiver".

Em carta a João Lucio Azevedo, em 1918, Capistrano discute a introdução que iria elaborar para a reedição de Abbeville e volta a mencionar a busca do texto completo de Evreux:

"Resumirei os dados sobre os índios em Claude e Yves ? Seria conveniente. Vamhagen e outros traçam um quadro dos índios, fundando-se em Hans Staden, Léry, Gabriel Saress, completando uns pelos outros. Cumpre romper com esta sincrise: não sei se o farei. Há nos Estados Unidos um exemplar de Yves d'Evreux, mais completo que o da Biblioteca Nacional de Paris, reimpresso por Ferdinand Denis. Escrevi ao professor Branner (...) me obtivesse cópia das páginas que lá existem. Decidirei depois da resposta".

Capistrano de Abreu morreria em 1927, sem ter obtido as páginas que faltavam a Évreux. Isto só foi conseguido muito recentemente, após algumas tentativas frustradas.

Finalmente, em 1985, graças à intervenção da Dra. Esther Caldas Bertoletti, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conseguimos obter microfilme integral do exemplar da Biblioteca Pública de Nova Iorque. Foi feita tradução integral do livro de Evreux pelas especialistas Marcela Mortara e Irene Kubrik para o programa de edição de fontes francesas para a historia do Brasil, sob a direção de Darcy Ribeiro.

Na introdução à tradução da obra do capuchinho frei Martinho de Nantes, *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*, Barbosa Lima Sobrinho explica a presença de outros capuchinhos franceses no nordeste do Brasil, na segunda metade do século XVII. E que os holandeses, quando invadiram Angola, aprisionaram ali religiosos daquela origem, mais tarde transferidos ao Brasil. Os missionários acabaram aderindo aos portugueses e, com a derrota e saída dos holandeses, obtiveram permissão para continuar na região. Continua Barbosa Lima:

“Diante desses fatos, não é de admirar que, em 1671, chegasse ao Brasil, destinado ao trabalho missionário, frei Martinho de Nantes, atraído pelo exemplo de seus companheiros de ordem religiosa. Vem para Pernambuco, onde já existia o convento de sua ordem, provavelmente o segundo do Brasil, depois do que havia sido fundado em São Luis, no Maranhão, já abandonado depois da derrota da expedição de La Ravardière. O convento do Rio de Janeiro surgiria mais ou menos na mesma ocasião. O da Bahia iria esperar a iniciativa desse mesmo capuchinho, que havia ido para Pernambuco.

A *Relação* de frei Martinho de Nantes é mais sucinta que a dos capuchinhos que foram para Maranhão, frei Ivo d’Evreux ou Claude d’Abbeville, mas é de grande valor, tanto pela inteligência na orientação de seu trabalho de catequese como na documentação, que permite seja acompanhado o drama da conquista e do povoamento do território brasileiro. As lutas imensas, travadas com a Casa da Torre, no auge de sua influência, constituem um dos capítulos mais impressionantes da formação dos latifúndios em nosso país, e revelam a presença de uma espécie de “máquina” para a conquista das terras, em que as tribos aldeadas e os missionários iriam figurar como comparsas, não raro contra a vontade, em proveito dos poderosos, que manejavam facilmente as autoridades régias, como demonstração do que já representava o poder económico, nessa hora tão recuada de nossa história territorial.

O depoimento de frei Martinho de Nantes elucida o que foi a ação da famosa Casa da Torre e, sobretudo, de Francisco Dias de Avila, a quem eram atribuídas todas as terras do rio, “de trinta léguas abaixo até mais de cem léguas para cima”, por força de doação do rei de Portugal.

Um dos relatos mais importantes de frei Martinho de Nantes é a narrativa da guerra a que esteve presente, travada contra os índios dos arredores do rio São Francisco, a aldeia em que servia como missionário recebera ordem do governador para acompanhar a expedição, organizada por Francisco Dias de Avila, para vingar a morte de 85 moradores da região e a destruição de muitos de seus currais. Como os índios não queriam seguir sem a presença de seu valoroso missionário, frei Martinho se incorporou à expedição. A batalha decisiva se travou às margens do rio Salitre, que, nos cálculos de Halfeld, ficava a 138 léguas da foz do S. Francisco, o que revela a profundidade atingida pelo povoamento na década de 1670 a 1680.

Na patente do posto de capitão-mor da jornada às aldeias de Natuva, provida em Domingos Rodrigues de Carvalho, há referências que se ajustam ao relato de frei Martinho. Domingos Rodrigues de Carvalho fora sargento-mor na entrada do sertão do rio Pajeú, em fevereiro de 1675, levando duas companhias e 130 índios domesticados, com os quais impediu aos “guesguais” ou gurguéias, que “com outros bárbaros vinham fazer o mesmo dano, pôde cont. (sic), matando-lhe 20 arcos e aprisionando-lhes 10, por cuja causa se retiraram, e ficaram os ditos moradores em suas fazendas seguros; e, ultimamente, na era de 1676, que teve, com os mesmos bárbaros, no dito rio do Salitre, vindo eles, com grande poder, a fazer nova destruição pelos currais, moradores e escravos daqueles distritos, donde, com duas companhias de ordenanças e 50 índios, dos 400 com que havia marchado, e se lhe opor, por ordem do Coronel Francisco Dias de Avila, lhe matou 50 arcos, e passando elas à outra banda do rio de S. Francisco, para a parte do norte, em suas canoas, e alguns dos moradores que haviam tomado, os seguira com 60 armas de fogo e 300 arcos, e matando-lhes grande número de gente, lhe aprisionou 600, entre homens, mulheres e meninos, e, conduzindo-os à pousada, se pretendeu levantar-se à traição por muitas vezes e para evitar o perigo iminente em que estava com 200 bárbaros, com o que ficou não só segurado a nossa gente, mas dando maior terror a todas as nações inimigas” (Nantes, op. cit. XIII-XIX).

A missão de Martinho de Nantes entre os Cariri estendeu-se de 1671 a 1688.

Os cronistas de *Os missionários Capuchinhos no Brasil* explicam as razões da saída dos capuchinhos franceses da Bahia:

“Por esse tempo [1683], morre a rainha D. Maria Luiza de Saboia, filha do Duque de Nemours, casada com rei de Portugal, (que os protegia)... Os Capuchinhos franceses haviam fundado aldeamentos de índios em vários pontos das Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco e Alagoas. Em 1698, no sertão da Bahia, dirigiam as aldeias de Pacatuba, com um missionário; S. Pedro em Porto de Folha, com um missionário; seis aldeias no rio Rodellas, servidas por três missionários - Porcá, Axará, Vargem, Pambú, Aracapá e Cavallo. Não teriam os Capuchinhos sacrificado o bem das almas e voltado para a sua terra, si a tanto não os obrigasse a política portuguesa... Por esses motivos deviam abandonar os seus postos nas queridas missões e nas aldeias dos índios e voltar para seus conventos na provincia da Bretanha” (Taubaté e Priméiro, 1929:60/66).

Em 1705, um grupo de capuchinhos, da provincia de Milão, partiu para a Bahia, chefiado por frei André de Pavia. Os progressos da catequese determinaram a elevação da missão da Bahia a Prefeitura Apostólica. Até meados do século XVIII a ordem havia aumentado muito o número de seus missionários e a amplitude de sua ação. Somente na Bahia, nessa época, os capuchinhos italianos mantinham e missionavam nove “colônias” ou aldeias de índios: *Irapuá*, distante 60 léguas de Salvador, com 200 índios: *S. Felix*, cinco léguas adiante de Irapuá, também com 200 índios:

Aracapá, com frei Simpliciano de Borja, com 260 índios; *Pambú*, com frei Angelo Maria de Clavari, com 360 índios; *Vargem*, com frei Vitaliano de Milão, localizada a 15 léguas de Pambú, com 320 índios; *Axará*, a 16 léguas de Vargem, com frei Domingos de Cesena e 260 índios; *Rodella*, a maior de todas, 24 léguas além de Axará, com frei Bernardino de Scurcola e 600 índios; *S. Pedro*, com frei Francisco Maria de Todi e 320 índios; *Rio das Contas*, com frei Bernardino de Milão e 360 índios.

Nos primeiros anos do século XIX, o Bispo de Olinda, D. José de Azeredo Coutinho, dá uma notícia geral dos “índios Bárbaros dos sertões de Pernambuco”. Como governador interino da capitania, havia recebido freqüentes informações sobre a inquietação entre grupos indígenas do interior, acompanhada do pedido de que contra eles ordenasse ações armadas. Declarando que a guerra contra esses povos é freqüentemente injusta e quase sempre de resultado incerto, Azeredo Coutinho decide contra a medida e envia a eles o capuchinho frei Vital de Frescarolo, que trabalhava com índios da região desde 1780, incumbido de os pacificar e aldear. Na mesma carta o Bispo de Olinda informa que os mesmos índios, “ainda que poucos em número, são contudo restos de quatro diferentes nações bárbaras que, conservando-se na sua rebelião entre serras e brenyhas incultas, seriam de terríveis conseqüências para o Estado... Os negros da ilha de São Domingos acabam de dar ao mundo um exemplo terrível destas surpresas: aquêles índios seriam o ponto de ajuntamento, e apoio dos negros fugidos, e ainda dos brancos descontentes, se êles existissem por muito tempo na sua rebelião”. (Coutinho, 1883:104-105).

“Nestas condições, sem terras para trabalhar, sem capitais e meios para desenvolver as aptidões comerciais, sem facilidades e garantias de emprêgos, era natural que a grande maioria da população pobre tivesse que submeter-se aos caprichos e prepotências dos proprietários... Por isso, os quadros revolucionários eram formados em grande parte pelos índios de Jacuipe, que viviam miseravelmente da caça, da pesca e da exploração de madeira na floresta e eram freqüentemente recrutados para o serviço militar; por negros e escravos que, fugindo ao cativo, embrenhavam-se nas matas, alimentando-se também de caça e de frutos e mel silvestre (daí derivando a alcunha de papa-méis) de habitantes livres da região e milicianos desertores, habituados à vida selvagem e que facilmente se adaptavam à aventureira vida das matas”. (“A Guerra dos Cabanos”, 204).

O pequeno número de índios que frei Vital de Frecarolo conseguiu aldear nos sertões de Pernambuco, é um índice expressivo do preço pago por essas populações às perseguições que sofreram durante os séculos XVII e XVIII e que continuavam todavia. Em 1801, o frade capuchinho havia aldeado no Olho d’Água da Gameleira “78 gentios brabos *Vouê* e *Umão*” e, no ano seguinte, “114 *Pipipões* e 50 e tantos *Xocós*”. Após continuadas buscas em toda a área, o missionário volta a escrever a Azeredo

Coutinho, em 10 de janeiro de 1804, comunicando que completara com êxito a sua missão... “porque as três nações de gentios Vouê, Umão e Xocó estão todos juntos na nova Missão... em número de 130, que é o total dessa Missão e os gentios da nação de Pipipão, que sempre foi a nação mais braba, e mais numerosa, estão juntos na nova Missão do Jacaré em número de 135, que tudo fazem 263; pode V.Ex.Rvma. estar na certeza que tôdo este seu Bispado e vastíssima Capitania já não têm mais gentios brabos nos matos que possam desgotar os moradores” (Coutinho, *idem*: 112).

A década de 1840 tem importância fundamental no estabelecimento das bases legais do sistema indigenista do Império que, sem modificações maiores, continuaria operante até 1889. Esta série de providências é inaugurada pelo decreto n.285 de 24 de junho de 1843, que autoriza o governo mandar vir da Itália missionários capuchinhos e distribuí-los pelas províncias em missões. A presença de missionários dessa ordem no Brasil data dos primeiros anos do século XVII, quando o intento de colonização francesa no Maranhão foi suplementado pelo trabalho missionário da província francesa da ordem, entre os quais são mais comumente citados pelos relatos que deixaram Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux. Depois de uma presença não muito marcante durante o século XVIII, os missionários capuchinhos já da província italiana, reaparecem no Brasil nos primeiros anos do século XIX, sendo notória a sua atuação entre índios do Nordeste, como documenta o texto do Bispo de Olinda, D. José de Azeredo Coutinho, a que já se fez referência. As medidas instauradas pelo decreto de junho de 1843 dão a esses missionários uma posição de virtual controle sobre a política indigenista do Império, não só no que se refere à atividade mais propriamente missionária, mas à própria execução e direção das medidas de cunho oficial, em relação aos índios. Neste sentido, a ampla autonomia e o suporte que tiveram dos órgãos oficiais só podem ser comparados com iguais facilidades atribuídas aos jesuítas, nos períodos de maior prestígio dessa ordem no Brasil. Os poucos resultados alcançados pelos capuchinhos italianos na execução dessa tarefa devem ser creditados tanto à sua inadaptação às condições culturais e sócio-econômicas em que deveriam trabalhar, como à fragilidade dos recursos postos à sua disposição pelo governo e, acima de tudo, pela orientação básica imposta à política indigenista que, em última análise, não adotava qualquer medida de longo alcance em benefício dessas populações. As crônicas dos frades capuchinhos são o melhor documentário para avaliar-se o grau de sucesso ou de insucesso de sua missão no Brasil. Como se pode ver pela consulta a algumas dessas obras, citadas na bibliografia, é surpreendente o número de missionários que abandonaram seus aldeamentos ou adotaram medidas violentas ou injustas com respeito aos índios, ou que, ainda, sob a pressão das tensões e problemas de seu difícil trabalho, foram acometidos por formas mais ou menos graves de alienação mental. Em defesa dos capuchinhos, além de pouco ou nenhuma ajuda efetiva da parte do governo e das

contínuas pressões da população regional, que constituiriam sérios entraves a sua missão, deve ser ainda lembrada a hipótese de que as crônicas desses frades, ao contrário do caráter edificante e auto-justificativo dos relatos de outras ordens religiosas, especialmente os jesuítas, são de surpreendente franqueza, apresentando, sem disfarces, a longa sucessão de fracassos e erros de seus missionários.

O que importa, entretanto, é que os capuchinhos italianos, vindo para o Brasil em decorrência das medidas aprovadas no decreto mencionado e em outros atos posteriores, tiveram larga margem de responsabilidade na condução da política indigenista do Império. O decreto n.285 autoriza o governo “a fazer as despesas necessárias para mandar vir da Itália missionários Capuchinhos que distribuirá pelas Províncias, onde as Missões puderem ser de maior proveito, tendo o seu centro nesta Côrte”. No artigo seguinte, o decreto autoriza a criação de seis Loterías, segundo o plano das concedidas à Santa Casa de Misericórdia da Côrte, cujo produto seria aplicado na aquisição ou construção de prédios, capelas e outras instalações necessárias ao estabelecimento da Ordem e, inclusive, para fazer frente a quaisquer despesas extraordinárias com as Missões a serem implantadas.

Bibliografia e Fontes Manuscritas

- ABBEVILLE, Claude d., *Histoire de la Mission de Peres Capucins en l'Isle de Maragnan et Terres Circonvoisins*. Introduction Alfred Métraux et Jacques Lafaye. Edição fac-similar da 1ª Edição (1614). Graz, Akademische Druck-u Velagsanstalt, 1963.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo, “Os Índios Bárbaros dos Sertões de Pernambuco”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 46, 1883.
- ÉVREUX, Yves d., *Suitte de VHistoire des Choses plus memorables advenues en Maragnan...* A Paris, Imprimerie de François Huby, 1615.
- Continuação da Historia das Coisas mais Memoráveis ocorridas no Maranhão...* Tradução de Marcela Mortara e Irene Kubrik. (Ms).
- Taubaté & Primério (freis Modesto Rezende e Fidelis Motta), *Os Missionários Capuchinhos no Brasil*. Esboço Histórico prefaciado pelo Dr. Affonso Taunay. São Paulo, Convento da Imaculada Conceição, Typographia do Seminário la Squilla, 1929.
- NANTES, Martin de, *Relation succinte et sincere de la Mission du Père ... Prédicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans le Brezil parmy les Indiens appellés Cariris*. Quimper, 1706.
- Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. (Tradução do precedente). São

Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1979. [Coleção Brasileira, v.368].

PALAZZOLO, Frei Jacinto de, *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. Petrópolis, Vozes, 1945.

RIMINI, Savino da, *Tra I Selvaggi dell Araguaya. Memorie illustrate del miei 29 anni di Missione*. Ancona, Scuola Tipografia Francescana, 1925.

Fonte Manuscrita

Indice dos Documentos do Arquivo do Convento de São Sebastião (Capuchinos). Rio de Janeiro. 243 pp.

CARMELITAS

Os frades da província carmelitana de Portugal chegaram a Pernambuco em 1580 na armada de Frutuoso Barbosa, que se propunha colonizar a Paraíba. Em 1583 foi autorizada a construção de um convento em Olinda. Segundo o cronista da ordem, frei André Pratt:

“Em 1596, havendo já neste convento crescido número de noviços e professos, abriu-se ahi um curso de theologia, precedido de humanidades. Para melhor habilitação dos futuros missionários, era tambem cultivada neste collegio a lingua indigena... Foi do convento de Olinda, casa central de suas missões e, pela antiguidade, tambem cabeça de todos os outros cenóbios carmelitanos fundados no Brasil, donde sahiram os primeiros missionários carmelitas, para christianizar os selvicolas do Maranhão, Grão-Pará e Amazonas” (Prat, 1941:29).

Os carmelitas encontravam-se em São Luis desde os primeiros anos da reconquista portuguesa; em 1616 já se tinham estabelecido nessa cidade de onde, em 1627, recebendo do capitão-mor Bento Maciel Parente doação de casa em Belém, estenderam à Amazônia seu trabalho. O comissário provincial da ordem em São Luís, Frei Francisco da Purificação, transferiu-se para Belém à frente dos primeiros carmelitas. Wermers adverte para o fato de que, originalmente, os carmelitas não eram missionários de índios:

“Os carmelitas, embora tivessem sido dos primeiros religiosos a entrar na conquista do Maranhão, na armada de Alexandre de Moura, e o Conselho fosse de parecer que o Rei devia dar licença de poderem fazer uma casa no Maranhão (S. Luís) e outras no Grão-Pará (Belém), sempre estiveram afastados das missões, privilégio

dos franciscanos e jesuítas, ou separadamente, ou em conjunto. Significativa é a observação do Procurador das Missões da Companhia - Os religiosos do Carmo terão muita religião e virtude, mas não têm por Instituto serem missionários...” (Wermers, 1965:531).

Sabe-se, por exemplo, que o rio Negro, que seria o território mais importante da ação missionária carmelita, foi alvo de expedições jesuítas por volta de 1657, associados a escoltas armadas para garantir o *descimento* de índios. A própria penetração missionária na região do rio negro esteve vinculada à atração adicional dos descimentos de servos indígenas. As crônicas do período registram entre 1657 e 1658 entradas de jesuítas na região. Estas expedições estavam sob o comando dos padres Francisco Velloso, Manoel Pires e Francisco Gonçalves com a escolta que mandava o governador para resgatar escravos; e os padres para que com a fala e práticas aos índios os movessem a que voluntariamente quisessem deixar aquela bárbara vida e fazer-se cristãos. Na verdade, a participação dos padres estendia-se ao julgamento sobre os casos que podiam ocorrer de cativo lícito ou ilícito. Como testemunha o cronista jessuítico André de Barros, aqueles missionários

“...navegaram pelo dito rio das Amazonas e subiram até o rio Negro, jornada que de ida e volta conta mais de mil léguas; e finalmente se recolheram desta entrada ao sertão com 600 escravos licitamente resgatados; vindo tantas almas, ainda que cativas dos homens, a poderem lograr a liberdade dos filhos de Deus... Mandou pelo rio das Amazonas ao padre Francisco Gonçalves e com ele o padre Manoel Pires, que no ano antecedente, como dissemos, tinha feito a mesma entrada... Levando ao passar das Capitánias do Estado canoas e procuradores, para que todos lograssem, dos escravos que fizessem, a sua competente parte... Chegou a tropa até o rio Negro, como no ano antecedente, mas os fortes ministros ou soldados da Companhia de Jesus passaram avante para explorarem e se informarem das gentes que por ali se espalhou o Criador. Quatorze ou quinze meses durou essa missão e se acolheu ao Pará com 600 ou 700 índios, julgados reta e solicitamente por escravos” (Barros, 1858:156-161).

A prioridade da Companhia de Jesus do rio Negro foi superada pela presença das missões carmelitas nessa área, trecho que lhes coube na repartição da Amazônia entre as principais ordens religiosas missionárias, em fins do século XVII.

Num texto sobre o significado histórico do ciclo missionário carmelitano na Amazônia (1693-1755), Hoomaert escreve:

“Ao estudar a impressionante atuação dos religiosos carmelitas no extremo norte, mais precisamente no rio Negro e no rio Solimões, ficamos logo alertados pelo caráter cíclico da mesma. Tudo começa pela Nova repartição das missões, documento régio enviado ao governador do Maranhão no dia 19 de março de 1693, segundo o qual “tudo que fica para o sul do rio Amazonas” é repartido para os jesuítas,

enquanto as bandas do norte do rio ficam para os demais religiosos que têm convento no Pará: os mercedários, franciscanos de Santo António, franciscanos da Piedade, carmelitas. O rei decerto estava recebendo muitas queixas acerca do abandono em que se encontravam os aldeamentos ao longo de imenso rio Amazonas e quisu iniciar uma política indigenista mais ativa. A iniciativa do comprometimento dos frades carmelitas nas missões proveio indubitavelmente do Estado colonizador português, não dos próprios religiosos, condição diretamente decorrente do sistema do padroado que regulava a obra missionária na sua totalidade. Isso não significa que os religiosos não estivessem imbuídos de espírito missionário, mas simplesmente que era o Estado português que estruturava a obra missionária” (Hoomaert, 1980:321).

Será tam em devido às maquinações do Estado português - mais que à espontânea competição entre as duas ordens religiosas - que carmelitas e jesuítas tenham, reiteradamente, aparecido na história das missões de índios da Amazônia, entre fins do século XVII e meados do século XVIII, como instituições divergentes e até contrárias no que se refere à defesa das liberdades indígenas e na orientação do trabalho catequético.

Como quer que seja, é indispensável notar que a expansão e prestígio de uma ordem foram geralmente debitados à situação de desvalimento oficial, de marginalização e até de exclusão da outra. A história da Amazônia tem vários exemplos expressivos do caráter sibilino da política colonial portuguesa que, alternativamente, prestigia ou discrimina uma ou outra dessas duas principais ordens religiosas missionárias.

O incidente com o jesuíta alemão Samuel Fritz, a serviço das missões espanholas da Companhia de Jesus na Amazônia, tem importância no esclarecimento dos complicados jogos político-diplomáticos com que as metrópoles colônias da América do Sul se enfrentavam na disputa pelos territórios contestados da Amazônia. Um balanço feito em 7 de fevereiro de 1693 pelo Conselho Ultramarino, provocado por apresentação da Câmara do Pará no ano anterior, conclui que, em cerca de cem aldeias ou povoações diversas de índios, a maioria não tinha missionários. Dos missionários presentes na época do levantamento, dez eram jesuítas, que pelo menos em dois casos, tinham presença eventual e incerta, como na aldeia de Tapinambazes (Tupinambá) e na aldeia de Guamá. Algumas outras já tinham sido assistidas por missionários jesuítas e encontravam-se de momento abandonadas, como a aldeia dos Ururizes, no rio Madeira, e a aldeia do Cabo do Norte. Duas outras, a aldeia dos Aruan e a aldeia dos Joanes, na ilha de Marajó, estavam confiadas a franciscanos da Província de Santo Antonio. Três aldeias do Anibá e mais de vinte aldeias do rio Urubu estavam confiadas a missionários das Mercês. Em resumo: existiam jesuítas nas aldeias de Mortegura, duas aldeias de Cameté, aldeia dos Bocas, aldeia dos Nheengaíba (Aricum), aldeia do Xingu, aldeia dos Tupinambarana, aldeia de Urubuquara e aldeia de Gurupatuva, “cujo missionário assiste a toda a região do rio Tapajós” (Wermers, 1965:537-549).

Este quadro pouco animador representava o preço pago pelos jesuítas às duas expulsões sofridas, uma na época de Vieira, outra em 1684. O resultado foi a nova repartição das missões ao governador do Maranhão. Esta Carta Régia é transcrita abaixo:

Para Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Sobre mandar separar districtos e encarregar aos Padres de Santo Antonio as missões de Cabo Norte. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Considerando eu que o Padres da Companhia não podem satisfazer a todas as Missões de que são encarregados assim pelo que elles me reprezentarão como por me pedirem especialmente que os houvesse de aliviar do que pertencem ao Cabo do Norte inculcando para ellas os Religiosos de Santo Antonio pela communicação e entrada que tem com os índios que ocupão estas terras: por terem da parte delas hum Hospicio, e varias rezidencias e mandando vêr este negócio na Junta das Missões emprezença de Gomes Freire de Andrade e sendo-me presente pela dita Junta que eu devia conceder na petição dos ditos Padres da Companhia, e mandar separar districtos assim para elles, como para os de Santo Antonio, e também para os da Piedade que novamente vão tratar das Missões, e para os quaes mandei fazer hum Hospício junto da Fortaleza do Gurupá.

Fui servido resolver a dita separação dos districtos, e de encarregar aos Padres da Companhia mando assinalar por districto tudo o que fica para o Sul do Rio das Amazonas terminando pela margem do mesmo Rio, e sem lemitação para o interior dos Certões por ser a parte principal de maiores consequencias do Estado com a razão de serem os mais antigos nelle, e de grande attenção que merecem as suas muitas virtudes. Aos Padres de Santo Antonio mando assenalar por districto tudo o que fica ao norte do mesmo Rio das amazonas, e o Certão chamado cabo do Norte para que descorrendo pela margem do dito Rio Comprehão os Rios de Jary, do Parú, e de aldea de Urubucuará, que hé Missão dos Padres da Companhia e nella se limitará o districto dos ditos Religiosos de Santo Antonio quanto ao dito Rio das Amazonas ficando-lhe sem limitação todo o interior do Certão deste districto. Aos Religiosos da Provincia da Piedade que hão de assistir no Gurupá mando assinalar por discripto todas as terras, e aldeas que estiverem junto da Fortaleza, e assim todas as maiss terras que ficão para sima da aldea de Urubucuará e subindo pelo Rio das Amazonas se comprehenderão no seu districto os Rios do Xingú, dos Trombetas e de Gueriby que tem muitas aldeas de paz e muitas mais para domesticar.

Deste Rio de Gueriby pela margem do Rio das Amazonas se fará outro districto que comprehenda o Rio Urubu, e o Rio Negro, e os mais que houver dentro da demarcação dos meus Domínios.

E querendo os Padres da Companhia este tal districto tendo para elle Missionários competentes o deixareis a sua desposição com adeverencia porem que fareis conservar

nelle os dois Religiosos das Mercês que actualmente estão fazendo Missão por esta parte pois me avizaes que a fazem com inteira satisfação.

Enquanto os Padres da Companhia não queirão o tal districto, ou não mandem para elle os Padres que forem necessários procurareis que os das Mercês não só continuem a Missão que tem a qual nunca lhe será tirada sem culpa mez que fação outras tendo Religiosos capazes deste santo Exercício, por que não sendo assim he mais conveniente ao serviço de Deos nosso senhor e meu que se não fação novas Missões. Nesta mesma materia dos districtos Mepareceu adevertir-vos quanto ao districto dos Padres da Companhia que nas Missões delles serão muito uteis aos Padres Estrangeiros pelo grande fervor de espirito cim que se empregão nellas. Quanto aos Padres de Santo Antonio que tirando elles os índios do Certão do Cabo do Norte e parecendo-lhe assistir-lhe nas partes aonde forem aldeados o possão fazer sem embargo de serem de districtos differentes; por que estes tais Indios devem se reputar sempre da sua repartição ao menos athé sefazerem capazes, e seguros de receberem outros Padres e isto mesmo se entenderá para com os mais Religiosos. Também mepareceu adevertir-vos que muitos rios que desagoão no das Amazonass dentro dos districtos que ficão nomeados vem cortando as terras dos mesmos districtos, e que o gentio que habita nas bocas dos Rios, he o que custuma deduzir com o seu exemplo, epratica aos que vivem no interior dos Certões pelo que se vê ser declaração destes mesmos districtos que pelos rios que se acharem dentro delles possão continuar os Missionários que os assistirem não obstante que por este modo excedão a sua demarcação. Ultimamente Mepareceu advertir-vos não ser conveniente que os Indios do rio Xingu se apartem delle, antes convirá que praticando-se pelos Missionários se haja de povoar com elles amargem do dito rio fazendo-os Aldear para que domesticados e reduzidos a minha obediencia sepossão conhecer as riquezas do Certão do dito rio que promete não só a tradição dos que fallão nellas, maz o credito que merece a Historia que compôs o Padre Christovão da Cunha; e assim convirá que no melhor modo possivel se povoem de aldeas as margens deste e dos mais rios para a comunicação e mais facil entrada no Certão. Esta repartição dos districtos he a que se julgou mais conveniente, e de mais facil execução na junta das Missões à vista das vossas cartas e da informação de Gomes Freire. Assim mesmo o communicareis na Junta das Missões desse Estado, epodereis mudar e alterar della o que se entender que não pode ter pratica, ou que de sua execução pode ter maiores inconvenientes que as utilidades que se procurão e de como assim ofareis me dareis conta. Escrita em Lisboa a 19 de março de 1693. Rey (Livro Grosso 1:142-144).

Um dos pontos mais sensíveis de toda esta vasta região é a área ao norte do Amazonas, incluindo a bacia do Rio Negro e demais territórios até a fronteira espanhola. Os jesuítas negaram-se a assumir o encargo sob a alegação de que não possuíam missionários disponíveis. Como acentua Wermers, a razão era outra: “não quizeram conflitos com os confrades espanhóis das missões de Quito”. Já anteriormente os carmelitas haviam substituídos os jesuítas na antiga missão da serra do Ibiapaba. O governador do Maranhão foi contra esta substituição, segundo carta do vigário provin-

cial dos carmelitas do Maranhão, na qual “queixa-se de que Sua Majestade não ocupe nas Missões os seus religiosos, para o que alega muitas razões. E ultimamente pede a Sua Majestade lhe conceda as missões daquella serra”. (Wermers, 1965:542).

O resultado foi a decisão real comunicada em Carta de fins de 1694 pela qual o rei informa ao governador a nomeação de Frei Manuel da Esperança para vigário provincial dos Carmelitas no Maranhão:

“no qual concorrem todos os requisitos necessários, para se confiar dele a eleição dos seus súditos, que quizerem ser missionários, & assim ser servido de lhe encarregar muito especialmente... procure com o mayor exame, & cuidado de empregar os seus, que julgar mais capazes deste exercício nas ditas missões dos ditos Rios Negro, & da Madeira...” (Wermers, 1965:542).

No começo de 1697, Frei Manuel da Esperança acompanhou o governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho numa visita inicial às missões confiadas aos carmelitas. Na missão de Abacaxis, no rio Madeira, foram surpreendidos com a notícia da presença de espanhóis no rio Solimões. O governador enviou então uma escolta militar para acompanhar e proteger os missionários nessa região fronteiriça.

Os incidentes de fronteira entre espanhóis e portugueses no Solimões tinham relação direta com a expansão das missões jesuíticas da província de Quito que chegavam até essa área contestada. O padre Samuel Fritz trabalhava aí desde 1685 ou 1686, estendendo sua missão desde a boca do rio Napo até a barra do rio Negro por espaço de 250 léguas. Estas compreendiam não menos de 28 aldeias de índios Omá-gua, com centro na redução de São Joaquim. Como informa González Palencia, citado por Rodolfo García, o padre Samuel Fritz, sob o pretexto de tratar de problemas de saúde, viajou em 1689 até Belém do Pará. Na verdade os motivos reais, como informa a mesma fonte, estavam no conflito de fronteiras e nas expedições portuguesas para escravizar índios:

“Quizo convertir à los Jurimaguas, Azuares, Liras é Ibanomas; pero encontró serias dificultades para agruparlos, por el miedo que éstos tenían à los portugueses, que acostumbraban à robarlos y venderlos como escravos en Pará. Este fué causa de que hiciera un viaje para protestar ante el Governador de Pará, teniendo que navegar unas mil leguas” (García, 1917:359).

O padre Samuel Fritz chegou à cidade de Belém do Pará em 11 de setembro de 1689 onde permaneceu por quase dois anos, dezenove meses dos quais detido no colégio dos jesuítas. Durante todo esse tempo Fritz não cessou de proclamar os direitos da coroa espanhola sobre toda a região amazônica, baseado na bula do papa Alexandre VI. A argumentação dos títulos de domínio português do capitão-mor Pedro Teixeira, de 1639, tomando posse da chamada *Aldeia do Ouro*, retrucava que esta,

embora sancionada pela audiência de Quito, não forra confirmada pelo rei Filipe IV. Finalmente, em abril de 1691, chegou a decisão real, mandando repor o padre Fritz em suas missões à custa do erário público, o que foi feito só em julho, viajando o jesuíta acompanhado de uma escolta militar e de remeiros índios. Ainda nessa viagem de volta, Fritz entrou em disputa com os soldados que o acompanhavam sobre os limites das colônias de Portugal e Espanha na Amazônia. Estes antecedentes explicam as decisões e providências do governador do Maranhão, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, propondo a entrega da região do Solimões aos missionários carmelitas portugueses. Em carta de Antonio de Albuquerque ao rei, em 20 de julho de 1697, o governador do Maranhão relata que

“estando no certão do Ryo das Amazonas... pouco distante das naçõis dos Coxiguarãs, e Cambebas, mandando chamar os seus principais, para os ouvir, e advertir da obrigação de Vassallos de S. Magestade me noteciarão, que às suas Aldeas vinha algumas vezes o Padre Samuel da Companhia de Jezu, missionário da Jurisdição de Quito, a persuadillos que se retirassem para a sua vezinhança, pello mesmo Ryo asima, por pertencerem a Coroa de Castela aquellas terras, cuja jurisdicção chegava thé o Ryo Negro, ameassando os, que se por sua vontade o não fizessem, os levaria voluntariamente, de que estavam receosos, por o anno passado haver chegado cô soldados o dito Padre, que he o mesmo, que V. Magestade foi servido mandar daqui restituir a Quito; e propondo eu essas razois ao Provincial do Carmo Frei Manoel da Esperança, que minha companhia havia ido a vezitar as suas Missões do Ryo Negro; pedindolhe me desse dahy um dos seus Religiosos missionários para logo o mandar meter de posse da missão daquellas Aldeas, em companhia dos mesmos Principais, e se introduzir nellas, vto ficarem na mesma banda do seu districto, pelo Ryo asima, ao que não só differio, mas ahinda se offereceo para fazer esta deligencia, de tudo tomar informação; e levando consigo hum Religiozo; os despedi logo com hum cabo, e soldados para sua guarda, com ordem, que se fizesse o pocivel, por chegarem a paragem em que antigamente se tinha posto o marco, que devia as juridiçõis, e mais que da dita ordem consta cuja cópia será com esta presente a V. Magestade, e a resposta do protesto feito pello dito Padre Samuel, que no mesmo chegou àquellas aldeas com o pretexto de vezilas, e avistarce com alguns moradores desta capitania, que aly andavão na colheita do Cacáo; mas como o Provincial do Carmo tivese já tomado posse, armado altar, e se estivessem preparando madeiras para hua Igreja, depois de alguns argumentos se despedio o Padre Samuel, advertido da forma com que naquellas partes devia portarce, e querendo o Provincial do Carmo, e dito Cabo chegar com elle ao lugar, que o gentio noteceava terce posto antigamente o marco, sinco dias de jornada dahy pelo Ryo asima; lhe empedio hua repentina doença, em brancos e Índios, que os obrigou a retirar com a morte de alguns, escapando o Religiozo, que naquela Missão havia de ficar milagrozamente; e nesta cidade o Provincial; com o qual tendo ajustado, mandarce o mesmo missionário infalivelmente para as ditas aldeas, a escolher citio mais saudavel por serem aquelles commumente doentios, e intolerável a quantidade de mosquitos; e parece justo que sendo V. Magestade servido

deve mandar agradecer ao Provincial do Carmo o zello com que neste particular se ouve alem de o merecer pello com que se porta nas obrigações, que lhe ocorrem boa reforma em que tem os seus Religiosos, o augmento da missão do Ryo Negro, sem que para esta jornada se lhe dece ajuda de custo; de espero que V. Magestade seja servido, mandarme ordenar, o como devo haver-me com o dito Padre Samuel, e elle, ou os daquella Coroa, Missionários; para não faltar ao serviço de V. Magestade, e conservação de seus dominios...” (Darcia, 1917:365).

A ação dos carmelitas no rio Negro realizou-se com o estabelecimento de oito aldeias iniciais: Santo Elias do Jaú, Aracari, Comaru, Mariuá, São Caetano, Cabuque-na, Pararuá e Dari, onde trabalharam missionários como frei José de Santa Maria, frei Martinho da Conceição, frei Sebastião da Purificação, frei André de Souza, e o irmão leigo Mateus de Santo Antônio. Entre os grupos atraídos para as missões carmelitas estavam os Manao, submetidos depois de muitos conflitos com os portugueses. A resistência Manao foi personalizada na figura de Ajuricaba e de outros chefes, reprimidos duramente no governo de João da Maia da Gama (1722-1728). Os sobreviventes, que não foram escravizados pelos portugueses da expedição de Belchior Mendes de Moraes e outros chefes de bandeiras, foram atraídos para as missões carmelitas por frei Matias de São Boaventura. Mais ou menos à mesma época foram aldeados os Baré e os Baniua em Santo Eliseu de Mariuá (Barcelos) que seria mais tarde a capital da capitania de São José do Rio Negro.

Enquanto isso continuavam no Solimões os conflitos de fronteira com índios e jesuítas espanhóis, em torno do domínio sobre os índios Omágua (Cambela), Jurimágua, Tarumá, Ibanoma e outros. Wermers historia com detalhes os incidentes que marcaram o início e a expansão das missões carmelitas no Solimões. Nesse processo teve especial importância o vigário provincial frei Vitoriano Pimentel, nomeado em 1701. De frei Vitoriano conhece-se um *Relação sobre as Missões* que Wermers extrata em seu texto e cujo manuscrito se conserva no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Os conflitos com os jesuítas espanhóis continuaram ao longo de toda a primeira década do século XVIII, estimulados como sempre pelo padre Samuel Fritz, que era agora superior das missões e residente em Quito. Sua ação se realizava principalmente através do padre João Batista Sana, que

“atualmente residia nas vizinhanças dos rios Negro e Solimões. Viera este pelo rio das Amazonas abaixo, praticando a nação dos Cambebas, sugerindo-lhes que estavam fora dos limites do Maranhão. O mesmo intentava fazer com os Solimões, mas ficou impedido pelos missionários do Carmo” (Wermers, 1965:559).

A conselho dos carmelitas, o governador resolveu construir uma casa forte na fronteira para impedir o acesso dos missionários espanhóis. Ao mesmo tempo foi de-

terminada, por ordem real, a prisão de Fritz, Sana e quaisquer outros missionários da mesma origem que fossem encontrados nos domínios portugueses. Nos últimos dias do ano de 1709 o governador informou que os padres referidos vieram ao Solimões com uma tropa de oitenta homens, prenderam um missionário carmelita com outros cinco portugueses, pondo fogo nas igrejas e mais casas das aldeias. Sabe-se por comunicação do governador do Maranhão ao Conselho Ultramarino em 24 de novembro de 1711 que a força militar enviada em represália prendeu o padre Sana e mais vinte castelhanos, parte dos quais estava presa em Lisboa. Como o missionário carmelita e os demais portugueses continuavam presos, propunha o governo uma negociação para a troca dos prisioneiros. Concluiu Wermers que

“quanto à disposição do governador de ficarem os carmelitas naquela missão, deve-se-lhe comunicar que obrou bem, suposta a dificuldade de não poderem ir para ela os da Companhia de Jesus. É aprovada, igualmente, a medida que tomou, de enviar soldados para auxiliarem os missionários” (Wermers, 1965:563).

Referencias Bibliográficas

- BARROS, André de, *Vida do Padre Antonio Vieira pelo Pe...* Lisboa, Editora J.M.C. Seabra & T.O. Antunes, 1858.
- GARCIA, Rodolpho, “O Diario do Padre Samuel Fritz com introdução e notas e...” *RIHGB*, Rio de Janeiro, 81, 1917.
- HOORNAERT, Eduardo. “O significado histórico do ciclo missionário carmelitano na Amazônia (1693-1705). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, 40 (158), 1980.
- Livro Grosso do Maranhão, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 68, 1948.
- PRAT, André, *Notas Históricas sobre as Missões Carmelitanas no Extremo Norte do Brasil (séculos XVII e XVIII)* Recife, 1941.
- Notas Históricas sobre as missões... (apêndice)*. Recife, 1942.
- WERMERS, Manuel Maria, “O estabelecimento das missões carmelitanas no rio Negro e Solimões (1695-1711). *Actas do V Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 2, 1965.

BIBLIOGRAFIA DAS BIBLIOGRAFIAS

- ARQUIVO NACIONAL. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, O Arquivo, 1991. 192 pp.
- AYROSA, Plinio, *Apontamentos para a Bibliografia Tupi-Guarani*. São Paulo, Estabelecimento Gráfico Cruzeiro do Sul, 1943. 303 pp.il.
- BALDUS, Herbert, *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. São Paulo, Comissão de Comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v. 1, 859 pp.
- BALDUS, Herbert, *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. Hannover, Kommissionverlag Munstermen-Druck GMBH, 1968. v. 2, 864 pp.
- BIBLIOTECA NACIONAL, *Anais da Biblioteca Nacional. Indice dos v. 1 a 99*. Rio de Janeiro, v. 100, 1980.
- HARTMANN, Theckla, *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. Berlim, Dietrich Reimer Verlag, 1984. V. 3, 724 pp.
- H-IBBD/INPA. *Amazônia. Bibliografia (1614-1962)*. Rio de Janeiro, IBBD, 1963. v. 1, 842 pp.
- IBBD/INPA, *Amazônia. Bibliografia (1601-1970)*. Rio de Janeiro, IBBD, 1972. v.2, 502 PP.
- MELIA, Bartolomeu et alii, *O Guarani: uma bibliografia etnológica*. Santo Angelo, Fund. Missioneira de Ensino Superior, 1987. 448 pp. II.
- MORAES, Rubens Borba de & BERRIEN, William, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Graf. Ed. Souza, 1949, 895 pp.
- MORAES, Rubens Borba de, *Bibliografia Brasileira*. Amsterdam / Rio de Janeiro, Colibris Ed., 1958. v.1, 427 pp.; v.2, 448 pp.
- NIMUENDAJU, Curt, *Mapa Etnohistórico de...* Rio de Janeiro, IBGE / Pró-Memória, 1981. [Carta policrômica, observações do autor, índice de tribos e bibliografia]. 97 pp.
- O'LEARY, Timothy J., *Ethnographie Bibliography of South America*. New Haven, Human Relations Area Files, 1963. 387 pp.

- PASTELS, Pablo, *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos del Archivo General de Indias*. Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1912-1949. 9 v.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Tomo especial. Índice dos tomos 1 a 90 (1839-1921)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacinal, 1927.
- RODRIGUES, José Honório, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949. 489 pp.
- RODRIGUES, J.H., *As Fontes da Historia do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa Nacional, 1950. 42 pp.
- RODRIGUES, J.H., *Teoria da Historia do Brasil (Introdução Metodológica)*. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957. [Coleção Brasileira]. 2 v., 684 pp.
- RODRIGUES, J.H., *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará (do tomo I ao LXVIII)*. Imprensa da Universidade do Ceará, 1959. 391 pp.
- RODRIGUES, J.H., *Índice anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Recife, RIAHG, Recife 44 (1954-59), 1961. 551 pp.
- RODRIGUES, J.H., *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 2.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. [Coleção Brasileira, v.20]. 283 pp.
- RODRIGUES, J.H., *História da História do Brasil. Parte 1: Historiografia Colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. [Coleção Brasileira, v.21]. 534 pp.
- SOARES, José Carlos de Macedo, *Fontes da Historia da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo, Tipografia Edanee, 1954. 381 pp.
- STEWART, Julián C. (ed.), *Handbook of South American Indians*. Washington, Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, 1946-1957. 7 v.
- TAUNAY, Affonso E., *Ensaio da Carta Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, ed. do Museu Paulista, 1922.
- TAUNAY, Affonso E., *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, Typ. Ideal de H. Canton/Ed. do Museu Paulista, 1924-1950. 11 v.

